



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NILDA FERREIRA DOS SANTOS

**TRAJETÓRIAS DOS FILHOS DA LUTA PELA TERRA: O ASSENTAMENTO
“CHE” EM ITABERAÍ – GOIÁS**

GOIÂNIA
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE
TESES**

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Nilda Ferreira dos Santos

3. Título do trabalho

TRAJETÓRIAS DOS FILHOS DA LUTA PELA TERRA: O ASSENTAMENTO "CHE" EM ITABERAÍ - GOIÁS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Nilda Ferreira Dos Santos, Discente**, em 17/10/2023, às 13:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Vettorassi, Professora do Magistério Superior**, em 17/10/2023, às 17:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4128929** e o código CRC **7C1340BE**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

NILDA FERREIRA DOS SANTOS

**TRAJETÓRIAS DOS FILHOS DA LUTA PELA TERRA: O ASSENTAMENTO
“CHÊ” EM ITABERAÍ – GOIÁS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Área de concentração: Sociedade, Política e Cultura.
Linha de pesquisa: Trabalho, Formação e Representações Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Vettorassi

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Nilda Ferreira dos
TRAJETÓRIAS DOS FILHOS DA LUTA PELA TERRA [manuscrito]
: O ASSENTAMENTO “CHÊ” EM ITABERÁÍ – GOIÁS / Nilda Ferreira
dos
Santos. - 2022.
160 f.

Orientador: Profa. Dra. Andréa Vettorassi.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-
Graduação em Sociologia, Goiânia, 2022.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico,
tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Assentamento rural. 2. Reforma agrária. 3. Luta pela



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE TESE

Ata Nº 17 da sessão de Defesa de Tese da **Nilda Ferreira dos Santos** que confere o título de Doutora em **Sociologia**, na área de concentração em Sociedade, Política e Cultura.

Aos trinta de agosto de dois mil e vinte e dois, a partir das quatorze horas na sala Sala de Defesas 1 do Prédio de Humanidades 2 da Faculdade de Ciências Sociais realizou-se a sessão pública de Defesa de Tese intitulada **ASSENTAMENTO RURAL CHE EM ITABERAÍ-GOIÁS: SEGUNDA GERAÇÃO**. Os trabalhos foram instalados pela orientadora, Professora Doutora **Andréa Vettorassi** (PPGS/UFG), com a participação das/os demais membras/os da Banca Examinadora: Professora Doutora Rusvênia Luiza Batista Rodrigues da Silva (PPGEO/UFG) membra titular externa; Professor Doutor Fausto Miziara (PPGCIAMB/UFG), membro titular externo; Professor Doutor Jordão Horta Nunes (PPGS/UFG), membro titular interno e Professor Doutor Flávio Munhoz Sofiati (PPGS/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os/as membros/as da banca **fizeram** sugestão de alteração do título da tese. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Tese tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora **Andréa Vettorassi**, Presidenta da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

TRAJETÓRIAS DOS FILHOS DA LUTA PELA TERRA: O ASSENTAMENTO "CHE" EM ITABERAÍ - GOIÁS



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Vettorassi, Professora do Magistério Superior**, em 30/08/2022, às 18:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fausto Miziara, Professor do Magistério Superior**, em 08/09/2022, às 18:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jordão Horta Nunes, Professor do Magistério Superior**, em 12/01/2023, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rusvenia Luiza Batista Rodrigues Da Silva, Professor do Magistério Superior**, em 17/01/2023, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maximiliano Bayer, Professor do Magistério Superior**, em 27/03/2023, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flavio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 14/11/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3152065** e o código CRC **A7A50ADA**.

Dedicatória

À minha família:

Esposo, Marcelo.

Filhas e filho: Maria Bárbara, Lavínia e João Marcelo pelo empenho, paciência, amor, carinho e por toda dedicação para que eu concluísse a tão famosa Tese! Que compreendam esta fase como etapa importante na construção do conhecimento acadêmico. E que esta possa lhes servir como inspiração e incentivo! A soma de todos os nossos esforços, sempre vale a pena... E aqui não foi diferente! Obrigada por tudo, amores meus...

AGRADECIMENTO

À Deus, sempre e em primeiro lugar!

À Universidade Federal de Goiás (UFG), “minha casa” (Bacharelado, Licenciatura, Mestrado e Doutorado), lugar onde me tornei profissional (Socióloga), atuando na área da educação, espaço de liberdade na busca pelo conhecimento e fonte inesgotável de produção científica voltada para inclusão de todos e para o bem da sociedade. Minha eterna gratidão a esta instituição pública, gratuita e de qualidade!

Ao PPGS (Programa de Pós-graduação em Sociologia) por meio da Coordenação, pelo empenho e zelo de cada coordenador(a) que estiveram à frente desse cargo durante minha trajetória (2017-2022), que não foram anos fáceis! A todos eles, meu respeito, carinho e admiração pelo imenso trabalho em meio aos desafios enfrentados nesse percurso, pela competência do departamento na busca incansável pela qualidade e excelência das produções, e de modo especial, à secretária Letícia, pelo compromisso, dedicação e principalmente paciência na condução e orientação em nossas dúvidas e angústias.

Ao Professor Dr. Ricardo Luiz Sapia de Campos, pela orientação até o período da qualificação. Suas orientações despertaram meu olhar para novos saberes sobre seres humanos e sustentabilidades.

À minha orientadora, Professora Dra. Andréa Vettorassi, pelo desafio da orientação de uma tese já em curso, compromisso que tornou possível a conclusão deste trabalho tão desafiador. Todas as formas e maneiras de expressar minha gratidão por este compromisso assumido com tanto zelo, não caberiam nas breves palavras que aqui descrevo. Sua grandiosidade como pessoa e profissional me leva a concluir o quão fortes somos quando enfrentamos os desafios que a vida nos impõe. Sua atuação motiva e inspira a busca pelo conhecimento e reconhecimento da profissional que podemos nos tornar. Gratidão, gratidão!

À SEDUC-GO (Secretaria de Estado da Educação de Goiás), pela concessão de Licença para Aprimoramento Profissional, fundamental para a conclusão deste trabalho.

Aos meus pais, responsáveis por cada passo da minha vida. De modo especial, ao meu saudoso pai, Joaquim Garcia dos Santos (*in memoriam*), que esteve presente em minha defesa de dissertação de mestrado e agora se faz presente em meu coração, fica a saudade e eterna gratidão por tantos ensinamentos, palavras carinhosas, exemplos de vida.

À minha querida mãe, Dona Jamira Ferreira dos Santos, mulher guerreira e forte, minha fonte de inspiração por toda a vida... Eterna gratidão por tanto!

Aos irmãos e irmãs: Valdeci, Maria, Deuslene, Dercilene, Rosilene e Nilton (*in memoriam*), obrigada pelo carinho e incentivo. Amo vocês!

Aos meus queridos sobrinhos e sobrinhas, afilhados e afilhadas, aos agregados que vão chegando abrilhantando nossa família, obrigada por serem tanto e tantos em minha vida. Não seria possível aqui descrever meu amor por cada um de vocês!

Hino à Santa Rosa de Lima

(Padroeira do Assentamento “Che”, Fazenda Santa Rosa-Itaberaí-Goiás)

Segundo relatos dos assentados, Santa Rosa (Padroeira do Peru), lhes fora apresentada durante o processo de luta pela terra, por representar mulheres camponesas, guerreiras e fortes como as que ali estavam. Então sr. Antônio da Viola escreveu os versos que passou a entoar os cânticos durante a luta pela terra.

REFRÃO

Viva a nossa Padroeira

Da América Latina

Mulher forte e amorosa Santa Rosa de Lima

Lutadora e camponesa

Tinha sua tradição

Sempre foi religiosa

Com o povo em oração

I

Com o seu povo trabalhava

Lá no campo tinha o poder

De proteger as plantações

Difícil luta pela vida contínua

Com muito amor aos excluídos

E às nações

II

Ela vivia sempre em contato

Com Deus em altas noites

Costurava em seu lar

Contemplativa de experiências

Místicas louvando a Cristo Com o seu povo a cantar.

Autor: Sr. Antônio da viola (Assentamento “Che”)

RESUMO

Ao abordar o movimento de luta pela terra, esta tese procura analisar a realidade dinâmica de um assentamento rural na cidade de Itaberaí, no estado de Goiás. A pesquisa busca compreender como uma segunda geração de pessoas do Assentamento “Che” conduziu suas vidas ao longo de dez anos de consolidação desse assentamento, a partir do movimento de luta pela terra. Procuramos entender, também, até que ponto essas novas gerações estão dispostas a assumir um modo de vida no campo, dando continuidade ao trabalho iniciado pelos pais, tendo em vista as dificuldades particularmente impostas a um assentamento. Neste sentido, destacamos como o desenvolvimento tecnológico que tem sido incorporado ao modo de produção no meio rural, bem como a cultura do agronegócio, que visa a uma produção em larga escala voltada para exportação, estão distantes da realidade de um pequeno produtor, ainda mais especificamente no caso dos assentados. Para dar conta desta realidade dinâmica, metodologicamente, a pesquisa se funda no *materialismo histórico-dialético*, numa perspectiva neomarxista proposta por Henri Lefebvre, cujo procedimento metodológico regressivo-progressivo também norteia a pesquisa, visando à articulação entre a Sociologia e a História, juntamente com as contribuições de José de Souza Martins sobre este objeto que, embora esteja inserido no meio rural, possui características peculiares que o torna diferenciado.

Palavras-chave: Reforma agrária; Luta pela terra; Assentamento rural; Segunda geração.

ABSTRACT

By approaching the movement of struggle for land, this thesis seeks to analyze the dynamic reality of a rural settlement in the city of Itaberaí, in the Brazilian state of Goiás. The research seeks to understand how a second generation of people from the “Che” Settlement led their lives over ten years of its consolidation, based on the struggle for land. We also seek to understand the extent to which these new generation are willing to assume a way of life in the countryside, continuing the work started by their parents, in view of the difficulties particularly imposed on a settlement. In this way, we highlight how the technological development that has been incorporated into the mode of production in rural areas, as well as the culture of agribusiness, which aims at large-scale production for exportation, are far from the reality of the small producers, even more specifically in the case of settlers. To account for this dynamic reality, methodologically, the research is based on historical-dialectical materialism, in a neo-Marxist perspective proposed by Henri Lefebvre, whose regressiveprogressive methodological procedure also guides the research, aiming at the articulation between Sociology and History, together with the contributions of José de Souza Martins on this object that, although it is inserted in the rural environment, has peculiar characteristics that make it different.

Keywords: Agrarian reform; Struggle for land; Rural settlement; Second generation.

Lista de Ilustrações

<u>Figura 1 – Distância entre Goiânia e Itaberaí</u>	<u>18</u>
<u>Figura 2 – Foto da cidade de Itaberaí – Goiás</u>	<u>19</u>
<u>Figura 3 – Foto antiga da Igreja Matriz de Nossa Senhora D’Abadia</u>	<u>20</u>
<u>Figura 4 – Foto recente da mesma Igreja Matriz de Nossa Senhora D’Abadia</u>	<u>20</u>
<u>Figura 5 – Entrada do Assentamento “Che” entre São Benedito e Heitoráí</u>	<u>21</u>
<u>Figura 6 – Vista aérea do Assentamento “Che”</u>	<u>21</u>
<u>Figura 7 – Casa de um dos assentados</u>	<u>22</u>
<u>Figura 8 – Pais do Júlio</u>	<u>32</u>
<u>Figura 9 – Foto da primeira, segunda e terceira geração de assentado</u>	<u>33</u>
<u>Figura 10 – Produção de doces para consumo próprio</u>	<u>33</u>
<u>Figura 11 – Produção orgânica no assentamento</u>	<u>34</u>
<u>Figura 12 – Brasil: O sistema de divisão das Capitâneas Hereditárias</u>	<u>35</u>
<u>Figura 13 – Foto do primeiro acampamento em 1995</u>	<u>40</u>
<u>Figura 14 – Área ocupada pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP)</u>	<u>40</u>
<u>Figura 15 – Massacre de Eldorado dos Carajás (velório das vítimas)</u>	<u>41</u>
<u>Figura 16 – Brasil. Área de atuação da Superintendência Regional</u>	<u>52</u>
<u>Figura 17 – Escravos recém libertos</u>	<u>65</u>
<u>Figura 18 – Reportagem feita pelo jornal Folha de São Paulo</u>	<u>69</u>
<u>Figura 19 – Titula Brasil</u>	<u>74</u>
<u>Figura 20 – Imagem da concentração dos assentamentos em 1996</u>	<u>90</u>
<u>Figura 21 – Números de terras desapropriadas no Brasil</u>	<u>97</u>

Lista de Gráficos

<u>Gráfico 1 – Brasil. Famílias assentadas (1995 – 2012)</u>	<u>51</u>
<u>Gráfico 2 – Brasil. Relação de famílias em ocupação de terras por famílias assentadas</u>	<u>52</u>
<u>Gráfico 3 – Brasil. Quantidade de assentamentos por regiões em Goiás</u>	<u>53</u>
<u>Gráfico 4 – Brasil. Famílias assentadas por regiões em Goiás</u>	<u>53</u>

Lista de Siglas

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EFAGO – Escola Família Agrícola de Goiás

FETAEG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás

IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA – Instituto de Desenvolvimento Agrícola

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PDAS – Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
<u>Informações prévias sobre o Assentamento “Che” localizado na cidade de Itaberaí-Goiás</u>	18
CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES SOBRE METODOLOGIA	23
1.1 Caminhos metodológicos	23
1.2 Geração de dados	28
CAPÍTULO 2 – REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL	35
2.1 Contexto geral	35
2.2 Goiás: Luta pela terra e Assentamentos Rurais	45
2.3 Assentamento “Che” – Segunda Geração: construindo identidades	55
CAPÍTULO 3 – A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA	64
3.1 Contextualizando a luta pela terra no Brasil	64
3.2 Os agentes desta luta	74
CAPÍTULO 4 – ASSENTAMENTO “CHE”: PERSPECTIVAS DA SEGUNDA GERAÇÃO	81
4.1 Segunda geração de assentados: breve conceito e experiências	81
4.2 Nova geração, velhos dilemas	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESISTÊNCIA, DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS	100
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	116

APRESENTAÇÃO

O estudo da tese apresentada parte de um longo processo envolvendo pesquisa referente ao tema, assentamento rural. A primeira experiência foi com o projeto de pesquisa intitulado *Sociabilidade de crianças e adolescentes na periferia de cidades e assentamentos rurais goianos: inserção no mundo do trabalho e educação*, do qual participei como bolsista do CNPq, nos anos de 2003 a 2005. Esta primeira pesquisa envolveu o Projeto de Assentamento Rural chamado “Canudos”, no município de Palmeiras de Goiás, e parte do Assentamento “Che”, que na época ainda era só um acampamento organizado pelo MST (Movimento dos Sem Terra).

O assentamento “Che”, objeto desta tese, está localizado no município de Itaberaí, cidade que fica a cerca de 100 km de Goiânia. Teve início no ano de 1996, com aproximadamente 300 famílias, e foi um movimento organizado com a participação do MST e da CPT (Central Pastoral da Terra). O processo de luta pela terra deste assentamento durou quatro anos e, no ano de 2000, 106 famílias conseguiram a posse definitiva, quando, então, foi efetivado com o nome de Assentamento “Che”.

A escolha do nome do assentamento denota o cumprimento das orientações de coordenadores do MST, enfatizando que os nomes dos acampamentos/assentamentos devem fazer referências a grandes líderes revolucionários. Neste caso, a homenagem foi a um dos líderes da Revolução cubana – Ernesto Guevara de la Serna. No município de Itaberaí, existem outros assentamentos que também possuem esta característica quanto aos nomes, são eles: Assentamento Dom Fernando Gomes e Dom Hélder Câmara (ambos bispos católicos que lutaram contra a ditadura militar em defesa dos oprimidos) e o Assentamento Carlos Marighella (guerrilheiro brasileiro, um dos organizadores da resistência armada contra a ditadura militar).

A pesquisa de campo realizada no período em que fui bolsista focou três situações distintas – *antes e durante* o acampamento, e *depois* de assentados, para melhor compreender as motivações que levaram estas famílias a enfrentarem todo um processo de luta dentro desta dinâmica social.

O *antes* foi resgatado pela memória dos pais ou responsáveis através de entrevistas elaboradas previamente. O *durante* ainda trazia um pouco daquilo que foi relatado nas entrevistas – uma idealização da terra provedora do sustento da família, como meio de sobrevivência e garantia de um futuro melhor, aos filhos, por meio do trabalho na terra. E, quando já estão assentados, surgem novos desafios marcando a dinâmica da vida daqueles que lutaram e alcançaram o direito a terra.

O fato de conquistarem uma terra, através de um projeto de assentamento rural, não significou o fim dos problemas das famílias que buscavam sobreviver do trabalho no campo. A partir daí surgiu o meu interesse em desenvolver um projeto para pleitear uma vaga no mestrado em Sociologia da UFG, no ano de 2004, para dar continuidade aos estudos sobre esta temática.

Aliás, vale ressaltar que desde a época do mestrado, tenho percebido que o tema “rural”, numa perspectiva de abordagem sociológica, ou até mesmo em outros programas de pós-graduação, como o de História e o de Geografia, tem sido negligenciado, deixado de lado. O que é uma grande perda, já que Goiás se destaca, no cenário nacional, como um estado com a economia voltada para a agricultura, chegando a ser um dos maiores produtores rurais do país. Além de ser, também, um estado que se formou a partir da ocupação de terras ociosas que acabou, ao longo do tempo, caracterizando-o como um estado de economia voltada para o campo, para o rural. Portanto, um campo de pesquisa amplo, dada a diversidade que o tema “rural” apresenta e ainda é pouco explorado.

Dentre os resultados do estudo, àquela época, observei uma dificuldade de adaptação dos agricultores quando se tornam assentados. Pareceu-me que isso se deve à falta de preparo resultante de um longo período de afastamento do trabalho na terra. Contudo, a falta de apoio dos órgãos responsáveis pela efetivação do assentamento apareceu como a principal causa de um expressivo número de venda de lotes já no início do assentamento.

De acordo com Pessoa (1999 p. 155), a consolidação de um assentamento pressupõe a conclusão de duas etapas importantes: a primeira delas, é a demarcação dos lotes; a segunda e mais importante, na perspectiva do autor, é a garantia de permanência na área, que será obtida tanto mais eficazmente quanto melhor for a assimilação dos assentados aos novos modos de produção e representação da cultura do trabalho, no campo, ou seja, às novas formas de representação deste trabalho.

É justamente nesta etapa que os recursos e o apoio técnico por parte do governo são essenciais e definitivos para os assentados. Pessoa (1999, p. 156) afirma que as desistências das parcelas ocorrem principalmente nos primeiros anos da consolidação da posse da terra, como resultado do despreparo dos trabalhadores e da falta de assistência por parte dos órgãos competentes. Portanto, isso não deve ser atribuído à falta de competência, como de fato pude constatar em entrevistas no período do mestrado: “Aqui não tem autoridade pra nada. É gente vendendo, é gente comprando, trocando, gambirando. Os que ficou aqui na luta da terra desde o início mesmo, são poucos” (Dona Nilda e Sr. Milton, assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007, p. 50).

Até aquele momento, muitos jovens ainda manifestavam o desejo de permanecerem no

campo. Porém, o fato de a terra ser muito pequena, era o argumento utilizado por eles que inviabilizaria a permanência deles no assentamento pensando num projeto de vida e de futuro melhor. À medida que iam crescendo, estudando ou até mesmo constituindo família, os jovens procuravam cada vez mais a cidade como meio de lhes garantir trabalho e renda para o sustento da família ou para a concretização de seus sonhos. Todos os entrevistados (os pais e os jovens), durante o mestrado, admitiam ter interesse em permanecer na terra que conquistaram com muita luta. Afinal, apesar das dificuldades e problemas, o assentamento é a concretização de um sonho socialmente construído entre conflitos e disputas ocorridas durante o acampamento. A conquista efetiva da terra garantia uma considerável melhoria nas condições de vida, como afirmam os pais, especialmente, no que se refere a alimentação.

Eles relataram com muito orgulho essa melhoria, conforme segue nas entrevistas de Dona Maria Francisca e Dona Elizete que participaram do acampamento “Che” desde o início das ocupações: “Aqui no assentamento melhorou muita coisa, principalmente no modo de alimentar. Esse ano mesmo eu fiz uma boa colheita. Colhi 77 volumes de arroz, muito milho, feijão, quer dizer, não compra, né?” (Dona Maria Francisca); “Aqui a gente planta e colhe banana, quiabo, jiló, vende um frango, vende um ovo na feirinha do pequeno produtor” (Dona Elizete *apud* SANTOS, 2007, p. 47).

Entretanto, mesmo considerando os aspectos que levam à satisfação com a posse da terra, os pais, e principalmente os jovens, consideravam, à época, que a garantia de um futuro melhor não se encontrava nos limites do assentamento. Apesar de todos valorizarem a luta pela terra, as perspectivas para que os mais jovens ali permanecessem não eram as melhores. E atribuíam este desfecho principalmente à falta de apoio por parte dos órgãos competentes, daqueles que deveriam cuidar não só da implantação do assentamento, mas também da sua implementação para que este se efetivasse com maior êxito.

Mesmo diante de tantas dificuldades, concluí o mestrado trazendo as perspectivas tanto dos pais quanto dos mais jovens, que manifestavam um grande desejo de ali permanecerem por tudo que o lugar representava para eles até aquele momento. Havia algumas iniciativas por parte dos órgãos governamentais que estavam sendo levadas ao assentamento justamente na época da minha conclusão. E as expectativas eram altas com as possibilidades que se abriam para o desenvolvimento de trabalhos que pudessem gerar renda para os assentados. E dessa forma, garantir a permanência principalmente dos mais jovens para garantir a viabilidade e o sucesso do assentamento.

Após ter concluído a dissertação de mestrado, retornei a esta Universidade com a proposta de discutir novamente este assentamento na perspectiva da segunda geração destes assentados. Em 2017, iniciei o doutorado exatamente quando se completava dez anos da

conclusão do meu mestrado. Depois de todo esse espaço de tempo, achei pertinente e relevante o retorno para procurar compreender como estas pessoas seguiram a vida, quais foram os caminhos percorridos, neste período, que atribuíssem sentido à luta pela terra, se permaneceram ou não, quais as dificuldades, enfim, havia um espaço de tempo bem considerável para se olhar novamente para o mesmo objeto.

Atualmente, cerca de 70% das 106 famílias que foram assentadas, inicialmente, ainda permanecem no assentamento “Che”. E o fenômeno das desistências ficou mais evidente e passível de ser compreendido, ao longo da pesquisa.

Em geral, as pesquisas sobre assentamentos rurais, em Goiás, revelam que as terras destinadas a esta finalidade se concentram nas regiões menos desenvolvidas, o que acaba dificultando a permanência das famílias, em longo prazo, por estarem ocupando terras pouco produtivas. O INCRA, órgão do governo responsável pela desapropriação, assentamento e acompanhamento das famílias, tem se mostrado pouco eficiente no sentido de não aplicar o conceito de função social da terra. Assim, acaba não promovendo um modelo mais justo e igualitário como se prevê no processo de Reforma Agrária. Esta função social da terra está prevista na Constituição Federal de 1988:

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 1988).

A região norte de Goiás – com terras menos valorizadas economicamente – é a que concentra o maior número de assentamentos implementados pelo INCRA. Contrariamente à região norte, as regiões sul e sudeste concentram as terras mais produtivas e, portanto, mais valorizadas, inclusive com mais estrutura para escoamento da produção. Desse modo, uma hipótese para a falta de permanência das famílias, nos assentamentos, pode estar ligada ao fato de que a região norte do estado de Goiás recebe menos investimentos e infraestrutura do que as regiões sul e sudeste.

Considerando o exposto, nesta pesquisa de doutorado procuro compreender como a segunda geração do assentamento “Che”, depois de passar pela experiência do processo de luta pela terra, está vivenciando o momento atual de suas vidas. Sendo assim, o objetivo é verificar até que ponto as experiências do passado influenciam, de algum modo, suas escolhas, o trabalho, a família, a visão sobre a vida no campo, a conquista da terra e suas perspectivas para o futuro. Ao final, poderemos compreender melhor o sentido que teve para eles, todo o processo de luta,

pela terra, do qual participaram desde a infância. Por fim, observaremos como toda esta história de vida, enquanto assentados, contribui com o momento atual.

Boa parte das obras de José de Souza Martins norteiam esta pesquisa por tratar da questão do meio rural, no Brasil, com foco nos trabalhadores rurais e nos destinos destes com o avanço do capitalismo no campo. Para ele, o rural serve como ponto de partida para compreendermos as muitas contradições do desenvolvimento do capitalismo, no Brasil, e da formação social do povo brasileiro.

Através desse autor, chegamos a Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, grande influenciador de suas obras. Lefebvre também atribuiu grande importância para compreensão do rural como explicação para o fenômeno do avanço do capitalismo no mundo todo.

Portanto, tendo por base obras importantes desses dois autores, utilizamos o método “regressivo-progressivo”, elaborado por Henri Lefebvre e presente em boa parte dos estudos de José de Souza Martins, para compreender o objeto desta pesquisa. Mais especificamente voltado para uma parte marginalizada do rural brasileiro, aqueles que partem para o movimento de luta pela terra. Metodologicamente falando, encontra-se presente nesta tese as contribuições da perspectiva do materialismo histórico-dialético de Karl Marx, mas trazidas pelas contribuições teóricas de um neomarxista, Lefebvre, na construção do método regressivo-progressivo.

Para compreender a construção cronológica, enumeramos brevemente o que está posto em cada capítulo. No Capítulo 1, tratamos das questões metodológicas desta pesquisa. Neste capítulo, encontra-se com mais detalhes os recursos metodológicos que foram utilizados no levantamento de dados. O recurso mais utilizado foi um roteiro de entrevista com um questionário semiestruturado para dar mais flexibilidade para a abordagem do entrevistado.

Este roteiro/questionário contém as perguntas básicas para a compreensão da realidade dos assentados, especialmente, os da segunda geração, que são o público-alvo deste trabalho. Porém, outras questões importantes vão surgindo à medida que a entrevista segue. Nem todas as entrevistas acontecem do mesmo jeito ou da mesma forma, e nem com o mesmo tempo de duração. Muitas vezes nos deparamos com os “silêncios constrangedores”, pausas que o entrevistado faz e que precisam ser retomadas pelo entrevistador, com sensibilidade e cuidado. Por isso, a necessidade desta flexibilidade para concluir as entrevistas.

No Capítulo 2, traçamos um breve panorama sobre a formação do Brasil com foco nas questões agrárias desde o início da colonização. Mas a centralidade deste trabalho está voltada para as questões envolvendo a “terra”, no Brasil, mais especificamente a partir do século XX. As questões políticas envolvendo esse período vão desde o estado novo, passando pelo período da ditadura militar, e, posteriormente, as mudanças que acontecem a partir do processo de redemocratização do país, em meados dos anos de 1980.

Após esse processo de redemocratização, traçamos um apanhado geral do que cada governo eleito democraticamente procurou fazer sobre os impasses da reforma agrária. Apresentamos números e dados importantes desse período. Neste capítulo, também estão informações específicas de como o estado de Goiás se insere nesse contexto de reforma agrária e luta pela terra. E já adentramos também um pouco na história do assentamento “Che”.

Já no Capítulo 3, abordamos a questão agrária mais voltada para a luta pela terra, no Brasil, e mais especificamente no estado de Goiás. Aqui está presente a forma como o estado de Goiás se insere nesse processo de luta pela terra, a partir do contexto de mudanças presentes no cenário nacional.

As experiências trazidas do período do mestrado fazem parte deste capítulo como forma de compor os novos passos para a condução dessa pesquisa atual, ou seja, a conclusão da tese de doutorado. Movimentos como o MST e a CPT surgem nesse capítulo como importantes mobilizadores e condutores do processo de luta pela terra, no estado de Goiás. Neste capítulo, foram resgatadas algumas entrevistas do período do mestrado para melhor compreender o que chamamos de uma segunda geração de assentados, que é o foco da tese deste doutorado.

No Capítulo 4, as questões estão voltadas inteiramente para esta segunda geração e para os aspectos que envolvem a construção/condução de suas vidas, partindo das experiências que tiveram no processo de luta pela terra no Estado de Goiás.

Na conclusão, por meio do contexto geral da pesquisa, chegamos a informações importantes de como o processo de luta pela terra torna-se um diferencial na vida dessa segunda geração, não só agora, mas também por meio de um passado marcante no processo de luta pela terra. E desta forma, se pensar em perspectiva para o futuro desta segunda ou até terceira geração, no assentamento. Passado, presente e futuro em um contexto rural diferenciado que se constituiu a partir de um processo de luta pela terra e que por isso mesmo os tornam diferenciados.

Informações prévias sobre o Assentamento “Che” localizado na cidade de Itaberaí-Goiás

Figura 1 – Distância entre Goiânia e Itaberaí



Fonte: <https://www.rotamapas.com.br/distancia-entre-goiana-e-itaberaí>. Acesso em: 14 maio 2022.

Curiosidade sobre essa cidade, outrora conhecida como Curralinho

Segundo informações e registros da prefeitura de Itaberaí, a cidade teve início como quase todas as cidades do estado de Goiás. Geralmente, vai surgindo uma pequena corrutela, com poucas casas e vai se iniciando um pequeno povoado, onde as pessoas começam a se aglomerar quase sempre por um motivo religioso.

A cidade de Itaberaí surgiu no século XVIII, por volta do ano de 1770, nas proximidades da fazenda Palmital. O princípio do arraial se deveu à devoção dos roceiros da região que se juntaram e edificaram uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Abadia (onde hoje é a Igreja Matriz). Aos poucos, com a chegada de mais moradores, o arraial, então conhecido por Curralinho, foi se firmando. Por Curralinho a povoação ficou conhecida por mais de século, até que em 05 de agosto de 1924, por iniciativa do deputado coronel Benedito Pinheiro de Abreu, foi aprovado o projeto de mudança do nome de Curralinho para Itaberahy que significa na língua guarani “Rio das Pedras Brilhantes”. Fonte: <https://itaberaí.go.gov.br/historia/>. Acesso em: 04 maio 2022.

A seguir, temos imagens da igreja construída em homenagem a Nossa Senhora D’Abadia, que foi a primeira padroeira da cidade, reforçando a religiosidade, a influência da religião, especialmente a católica, no início de um povoado, características comuns na formação de grande parte das cidades no interior do Brasil. Nesse sentido, a presença da igreja católica no contexto desta cidade acabou contribuindo com a formação do acampamento e posteriormente, auxiliando na efetivação do assentamento “Che”.

Pela tradição de envolvimento nas questões sociais, a CPT (Comissão Pastoral da Terra) esteve atuante junto ao movimento de luta pela terra naquela ocasião específica, seja nas condições básicas como alimentação e saúde, seja mais especificamente no campo de conscientização dos trabalhadores em luta pela terra. O fato é que a igreja católica, por meio da CPT, foi importante na condução dos diálogos entre os interlocutores desse processo e até mesmo para “amenizar” o preconceito das pessoas da cidade com relação aos trabalhadores sem-terra.

Figura 2 – Foto mais recente da cidade de Itaberaí - Goiás



Fonte: <https://itaberaí.go.gov.br/galeria/imagens-historicas>. Acesso em: 14 maio 2022.

Figura 3 – Foto antiga da Igreja Matriz de Nossa Senhora D'Abadia



Fonte: <https://itaberaí.go.gov.br/galeria/imagens-historicas>. Acesso em: 14 maio 2022.

Figura 4 – Foto recente da mesma Igreja Matriz de Nossa Senhora D'Abadia



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 5 – Entrada do Assentamento “Che” entre as cidades de São Benedito e Heitorai



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

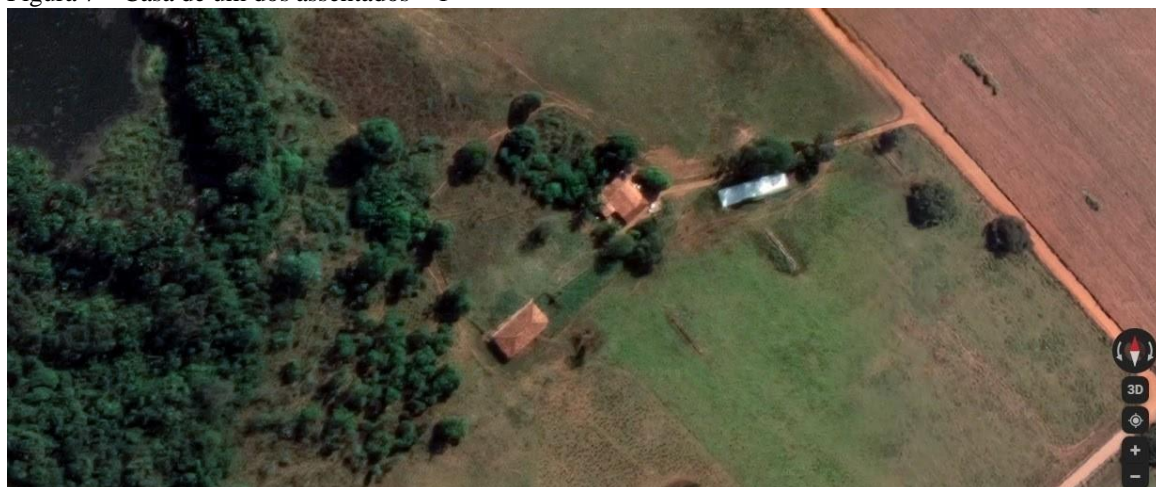
Nesta entrada, no início da formação do Assentamento “Che”, existia uma placa contendo as informações a respeito do assentamento. Com o tempo, a placa se desfez e até o momento das visitas a campo, não havia nada no local que fizesse referência ao Projeto de Assentamento “Che”.

Figura 6 – Vista aérea do Assentamento “Che”



Fonte: Foto de Satélite.

Figura 7 – Casa de um dos assentados – 1



Fonte: Foto de Satélite.

Capítulo 1 – Considerações sobre metodologia

1.1 Caminhos metodológicos

Nas Ciências Sociais, Sociologia, nas Ciências Humanas em geral, a metodologia está para além de imprimir regras e procedimentos padrões fechados e rígidos, porque não lidamos com “coisas” no sentido literal da palavra. Lidamos com “gente” no melhor e mais belo sentido. Trabalhamos com seres humanos cheios de histórias de vida, hábitos, costumes e culturas. Cheios de sentimentos e memórias móveis constantemente mutáveis e esperançosas pelo devir. É bem isso que vejo quando me deparo com objeto de estudo desta tese, com o qual converso há pelo menos 10 anos.

Mas é preciso também reconhecer e destacar que a Sociologia é uma ciência e como tal deve buscar conhecimento baseado em método científico. Para os clássicos da Sociologia, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, esta é uma ciência que nos ajuda a compreender a sociedade através de métodos específicos. Antes de Durkheim, reconhecido como o “pai da Sociologia”, Marx já procurava compreender as transformações sociais através do método que ele nomeou Materialismo histórico-dialético, contrapondo-se ao Idealismo de Hegel, mas não chegou a ir a campo.

A perspectiva do materialismo histórico-dialético de Marx, trazido pela lente de Henri Lefebvre (1901-1991), em uma leitura renovada desse clássico, serviu como ponto de partida para pensar o caminho metodológico a ser utilizado nesta pesquisa.

A metodologia nos indica o percurso a ser seguido, nos trazendo centralidade e as regras para não nos perdermos durante a pesquisa. E para não correr o risco de ficar apenas no senso comum, ressaltando que aqui a ideia de senso comum não está sendo vista como algo impróprio, desnecessário e sem valor para produção de conhecimento, mas apenas como uma compreensão mais superficial daquilo que ainda necessita ser aprofundado. José de Souza Martins (2021, p. 131) nos traz uma reflexão de que ampliar a compreensão do conhecimento “desafia a própria Sociologia a admitir a validade referencial do senso comum, como conhecimento a ser conhecido e não como conhecimento a ser contrariado”.

A metodologia, portanto, nos orienta como prosseguir neste desafio para a produção do conhecimento, de modo a legitimar o caráter científico do objeto a que nos propomos estudar, sem, contudo, desprezar qualquer conhecimento já adquirido. Nesse sentido, ela instrumentaliza o que ainda está sendo construído e o processo da produção do conhecimento acerca do objeto estudado. É no rigor por trás da metodologia que nos apoiamos para compreender um objeto cheio de subjetividade como o desta pesquisa. Tão cheio de histórias de vida, e de vida.

As histórias desta pesquisa exigem um rigor metodológico que nos permite uma visão holista daquilo que já foi, do que é hoje e projetar o que ainda está por vir, já que este mesmo grupo fez parte também da minha pesquisa do mestrado. Em outras palavras, precisamos nos ater a historicidade que envolve a vida daqueles assentados.

Para melhor compreender o cotidiano, o modo de vida, enfim, as subjetividades dos agentes pesquisados, acredito que o procedimento metodológico a dar esse respaldo é o “regressivo-progressivo”, no movimento dialético proposto por Henri Lefebvre (1995), e também muito utilizado por José de Sousa Martins (1986), em suas pesquisas sobre o meio rural, no Brasil. Em seus estudos, Lefebvre (1995) destaca a importância de se reunir a sociologia e a história, na percepção dos fenômenos agrários, colocando o agente no centro do processo social.

Para que haja avanço nos estudos sobre o meio rural brasileiro e o modo como este influencia a cultura e a economia do país, é preciso lançar mão de uma perspectiva metodológica ampla, que considere a trajetória, o caminho percorrido histórica, econômica e politicamente por aqueles que constroem a complexa sociedade brasileira.

José de Souza Martins (2000), estudioso do tema da sociologia rural aqui no Brasil, traz importantes contribuições metodológicas, influenciado por esse que é considerado um filósofo marxista e sociólogo, o francês Henri Lefebvre que, ao seu tempo, contribuiu com essa compreensão mais ampla. Para Lefebvre (1995), havia um certo bloqueio nos estudos sobre campesinato, uma vez que estes deixavam de lado a história. Isto traz para a sociologia rural dificuldades com o rigor metodológico. Compreender as transformações em curso, contrapondo-as com as bases do conhecimento sociológico, se faz necessário, inclusive, para a superação da dicotomia do tipo campo-cidade, por exemplo.

Embora estudos mostrem que ainda há uma concepção do rural como sinônimo de atrasado, em oposição ao urbano como civilizado, a modernidade aproxima essa relação campo-cidade, como ressaltam Vettorassi, Ferreira e Sofiati (2021, p. 7) em artigo sobre influência da cultura sobre a categoria juvenil:

Por isso é oportuno salientar que a contraposição urbano-rural vai muito além da diferenciação entre cidade e campo e que estes não podem ser identificados como dicotômicos, já que a modernização da sociedade engendrou transformações profundas e não só estreitou como intensificou as relações sociais estabelecidas entre ele. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de que o urbano e o rural precisam ser encarados como interdependentes e complementares, nos pontos em que se mesclam, formando um híbrido (VETTORASSI, FERREIRA e SOFIATI, 2021, p. 7).

Nessa perspectiva, Lefebvre (2001) se ocupou em elucidar a problemática passagem da sociedade rural para a sociedade urbana, compreendendo o fenômeno urbano em ascensão, sem a negação do rural, considerando estes como tempos históricos distintos.

Durante uma década (1948-1958), Lefebvre (2001) procurou aprofundar seus estudos sobre os processos agrários e, assim, fortalecer o que ele chamou de tratado de sociologia rural, embora este período ainda tenha sido pouco discutido por seus intérpretes. Isso ocorre num momento em que ele percebe que o rural está cedendo espaço para o urbano e era preciso compreender melhor a transição e os resultados desses processos, nas sociedades de um modo geral.

Seus estudos sobre este assunto, incluindo sua tese de doutorado sobre campesinato no sul da França, muito contribuíram com os estudos sobre a sociologia rural. Lefebvre (2001) acreditava que a passagem por completo da sociedade rural para urbana seria um processo lento e necessitava de uma abordagem que não desprezasse a história e também contemplasse um rigor metodológico.

Desse modo, partindo do *materialismo histórico-dialético* de Marx, Lefebvre (1977), sem perder sua crítica ao movimento marxista contemporâneo, procurou definir um procedimento metodológico que aproximasse a sociologia e a história e, assim, compreendesse melhor os fenômenos ligados ao campo. A superação desses desafios somente pode ser alcançada partindo desta lógica dialética. E a maior relevância desse estudo está na passagem que Lefebvre (1977) faz do mundo filosófico para o não filosófico, procurando superar a própria filosofia, sem, contudo, abandoná-la: “nos *Manuscritos de 1844*, nas *Teses sobre Feuerbach*, na *Sagrada família* e na *Ideologia alemã* (redigidos com Engels em 1845/46), a noção de práxis emerge” (LEFEBVRE, 1977, p. 177).

É nessa noção de *práxis* que Lefebvre (1977) apresenta o momento em que o marxismo busca superar as duas interpretações do mundo: idealismo e materialismo através da *praxis* revolucionária, sendo este resultado não de uma concepção materialista, mas do caráter prático superando até mesmo a Filosofia, definindo, portanto, que o marxismo não é uma Filosofia materialista, mas é também Histórica. Nas palavras do autor:

A Filosofia, atitude contemplativa, aceita o existente. Não transforma o mundo, transforma apenas as interpretações do mundo. A atitude contemplativa, consequência longínqua da divisão do trabalho, é uma atividade mutilada, parcial. Ora, o verdadeiro é o todo. A Filosofia não pode pretender o título de atividade suprema e total. Os resultados obtidos por esta atividade contemplativa vão contra os fatos empiricamente observados. Não existem os absolutos imóveis, nem existe o além espiritual. Todo absoluto se revela como máscaras que justifica a exploração do homem pelo homem (LEFEBVRE, 1977, p. 177).

Pode-se compreender a *práxis* não como uma dicotomia entre teoria e prática, mas sim como a existência humana sendo elemento fundamental de elaboração da realidade. Na *práxis* o homem produz sua própria existência, mas se separa dela, produz, mas não se reconhece em seu próprio produto. Lefebvre faz crítica a Marx em este considerar ter atingido a crítica da Filosofia. Porém, ele não voltou à noção de *práxis* e também não conseguiu escrever, como era da sua vontade, uma exposição da metodologia dialética. Neste sentido, ele considera a obra de Marx não somente inacabada, mas também incompleta, o que acabou contribuindo com mal-entendidos posteriores:

Marx tinha de explicar como o mesmo processo de reprodução ampliada do capital assumia formas sociais diversificadas em lugares tão diferentes como a América escravista, a Irlanda e a Rússia camponesas, a Índia de antiga civilização, mas subjugada, com seu sistema de castas integrado na lógica capitalista do lucro e da razão (MARTINS, 2000, p. 116).

De acordo com Lefebvre (1977), Marx tem uma visão economicista que se mostra insuficiente para explicar diferentes tipos de sociedade, apenas pelo vértice do desenvolvimento e subdesenvolvimento. Na perspectiva lefebvreviana, “as forças produtivas, as relações sociais, as superestruturas (políticas e culturais) não avançam igualmente, simultaneamente, no mesmo ritmo histórico” (MARTINS, 2000, p. 117).

Para o estudo desta tese, uma visão pautada somente pelo viés econômico possivelmente não daria conta da amplitude e complexidade da análise das questões sociais que envolvem o processo de luta pela terra. Esta conquista vai além das questões meramente econômicas. Envolve outros sentidos, outros sentimentos como retorno ao lugar de origem, raízes do passado lembrado como um tempo bom, estar mais próximos da natureza, questões de direito à terra para trabalho e sustento da família e superação da condição de pobreza.

Assim, Lefebvre (1977) trata a análise da sociedade como uma totalidade aberta, inconclusa, que se movimenta e se transforma o tempo todo. Parte da atualidade do presente para o passado, para que se possa analisar o percurso e, assim, projetar o futuro. Os fenômenos observados não devem ser compreendidos como uma sucessão de etapas, mas sim de modo articulado, onde as partes se encaixam e produzem novos resultados, deixando de lado o economicismo de Marx.

O tempo, o espaço e a vida cotidiana estão presentes no pensamento lefebvriano e acabam por influenciar os estudos de Martins (2000), contribuindo e enriquecendo seus escritos sobre a sociologia rural e a compreensão da relação campo-cidade, no Brasil.

Todo o empenho despendido por Lefebvre (1977), nesse estudo, resultou na elaboração do método *regressivo-progressivo*, sendo este fundamentado no materialismo histórico-

dialético de Marx. Para elaboração desse método, o autor faz um retorno a dialética de Marx, um retorno a um Marx de seu tempo, homem de luta, homem da História e não acima dela, um Marx mortal e, por isso mesmo, humano também. Um Marx renovado, inacabado, precisando ser retomado. Ele rejeita a ideia de um Marx falsamente concluído, fetichizado em suas teorias. Nas palavras de José de Souza Martins:

Nessa retomada, há também uma certa concepção da relação entre o espacial e o temporal, entre o espaço e a História. A questão do âmbito dos processos sociais, isto é, da sua referência espacial está reiteradamente sugerida na obra de Marx e reaparece na obra de Lefebvre (MARTINS, 2000, p. 116).

Lefebvre (1977) tanto trava uma discussão com a obra de Marx, como ao mesmo tempo assume a tarefa de ultrapassá-la. Ele se propõe ao estudo de temas pouco contemplado pela reflexão crítica, como método, espaço, cidade e cotidiano. Para ele, é no cotidiano que se reproduzem as relações sociais e é preciso observá-las bem de perto. Lefebvre (1977) também se preocupa com as intervenções políticas, sendo estas capazes de uma transformação social rumo a emancipação.

O método regressivo-progressivo, portanto, pressupõe três momentos de investigação: o primeiro é descritivo, trata da observação baseada em uma teoria crítica do objeto de estudo. O pesquisador deve fazer uma descrição etnográfica daquilo que vê; o segundo é analítico regressivo, parte da análise da realidade, o pesquisador deve datar exatamente a relação cultural, material, espiritual etc. Aqui deve ser dada importância à história, economia, sociologia e antropologia, especialidades capazes de descrever as ações e relações sociais; e o terceiro, é o histórico genético, trata-se de uma visão de todo o processo, o olhar sobre o todo. Aqui o pesquisador deve se reencontrar, voltar-se para o presente, mas elucidado, compreendido. O presente pressupõe o passado e cria condições e possibilidades para o futuro.

Martins (2000) faz uso desse método para explicar a complexa passagem do rural para o urbano aqui no Brasil. Desde o fim da escravidão, passando pelo período das imigrações, expulsão dos pobres da terra, a sociologia voltada para o rural, utilizada por Martins, busca compreender esse fenômeno a fim de esclarecer como se instaura o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e como este está ligado ao meio rural.

Para compreender o rural brasileiro à luz do pensamento lefebvriano, Martins (2000) trouxe para o centro de suas discussões a posição, ou melhor, as condições sociais da vítima dos processos agrários. Especialmente, em seu livro *A sociabilidade do homem simples*, ele traz grandes contribuições sociológicas sobre o cotidiano do meio rural, sobre a modernidade e os fenômenos sociais rurais no Brasil:

O livro contém, além do mais, uma proposta metodológica, a de tomar o que é liminar, marginal e anômalo como referência da o tempo sociológica. É nos limites dos extremos, na periferia da realidade social que a indagação sociológica se torna fecunda, quando fica evidente que a explicação do todo concreto é incompleta e pobre se não passa pela mediação do insignificante. É nesses momentos e situações do protagonismo oculto e mutilado dos simples, das pessoas comuns, dos que foram postos à margem da História, do homem sem qualidades, que a sociedade propõe ao sociólogo suas indagações mais completas, seus problemas mais ricos, sua diversidade teoricamente mais desafiadora (MARTINS, 2000, p. 13).

Nesta obra, o autor procura compreender o cotidiano do homem simples e, a partir daí, problematizar sua atuação no processo histórico de construção da modernidade. As coisas simples do campo, os costumes, as manifestações culturais perdem espaço no imaginário moderno. Na visão positivista, sempre houve a tentativa de se negar o passado escravista do Brasil e ainda “civilizar” a nova nação. A pobreza, a cultura afro-brasileira, bem como suas memórias são colocadas a margem da sociedade em nome do progresso capitalista. No entanto, essas desigualdades estão intrínsecas no cotidiano da modernidade. Não há como ignorar o passado e partir para explicação do presente como se não houvesse nada a ser considerado anteriormente.

O que acha de escrever um parágrafo fazendo um link deste último com a realidade do assentamento? De que forma essa negação do passado afeta a vida social e econômica da comunidade que você investiga?

1.2 Geração de dados

Os participantes desta pesquisa são moradores do assentamento “Che” no município de Itaberá. Participaram do movimento de luta pela terra quando ainda da passagem da infância para adolescência, com idade entre 10 e 11 anos, acompanhado dos pais. Quando estes pais decidem ir em busca da terra por meio da luta, os filhos não participaram efetivamente da decisão em virtude da pouca idade na época. Não participaram da decisão, mas participaram efetivamente da luta. E trazem esse contexto em suas histórias rememoradas.

Levando em conta que eles ficaram acampados por mais ou menos uns 5 anos, quando os entrevistei, no mestrado, eles tinham em média 15, 16 anos. Portanto, eles têm uma trajetória longa de relações construídas neste assentamento. E, por esse motivo, foram os escolhidos para serem os entrevistados desta pesquisa. São agentes com um percurso longo e, por isso, importante para o conhecimento do processo de efetivação e viabilidade ou não deste assentamento rural.

Na pesquisa atual, procurei focar nos mesmos entrevistados da época do mestrado, porém somente entrevistei aqueles que nomeamos de segunda geração. Ou seja, nas entrevistas para o doutorado, os pais ou responsáveis não participaram como entrevistados, embora quase sempre estiveram por perto acompanhando o processo.

Logo no início do doutorado, fiz um rápido levantamento do campo onde a pesquisa se realizaria e percebi que seria possível trabalhar com os mesmos agentes que entrevistei durante a dissertação de mestrado, embora já era de se imaginar que nem todos se encontrassem morando ainda no assentamento, naquele momento. Até aqui ainda havia a expectativa de conseguir entrevistar um número maior daqueles que participaram da pesquisa anterior. O que acabou não se concretizando depois.

Nesse levantamento prévio, reencontrei meu informante principal da época do mestrado, e o apoio dele que já havia sido fundamental anteriormente, só foi reforçado nesta nova etapa, o que me deixou mais tranquila, otimista e também muito feliz com o retorno.

Fui recebida com o mesmo carinho de sempre e ele sabia como me conduzir novamente a cada um dos entrevistados de antes. Através dele, soube que alguns daqueles jovens¹ já não se encontravam mais como assentados, mas mesmo assim seria possível e muito importante encontrá-los para participarem desta nova etapa, aos menos alguns deles, dentro ou fora do assentamento. Estava muito motivada após este retorno ao campo e pude inclusive já revisar alguns materiais que seriam utilizados, inclusive o questionário, e repensar os próximos passos com mais segurança. Porém, algumas coisas não saíram exatamente como planejadas.

No ano de 2020, já estava previamente combinada a ida a campo efetivamente para as entrevistas, logo depois do feriado de carnaval. Mas fomos surpreendidos com a pandemia Covid-19! Até aquele momento não tínhamos noção de quão brutal e dolorosa seria esta experiência para todos nós e em todos os sentidos de nossas vidas.

As idas a campo tiveram que ser suspensas sem data para retorno. Um abismo parecia se abrir diante de nós. Começam a surgir vários questionamentos, incertezas, inseguranças e principalmente medos! Ajustar agenda e replanejar os caminhos são previsíveis e, inclusive, muito comum quando se trata de pesquisa acadêmica. Porém, nada parecido com o vivenciado naquele momento. Nada desta proporção e natureza! Eu mesma tive Covid-19, em maio de 2021, ainda sem ser vacinada. Consequentemente, os sintomas foram bem complicados, desestabilizando-me física e emocionalmente. Além dos fatores ligados à saúde, o fato de estarmos todos em casa, impedidos de sair e tendo que seguir a vida, trouxe limitações inclusive

¹ Atualmente já não se incluem na categoria “jovens”, uma vez que eles têm, em média, idade de 30 anos. Inclusive constituindo suas próprias famílias.

tecnológicas, uma vez que tínhamos em casa apenas um celular e um *notebook* para atender às minhas demandas e de mais três crianças vivenciando o ensino remoto. Foi complicado, mas a vida seguiu, com alguns traumas, mas seguiu. E, por fim, umas das maiores preocupações, entre tantas, era o retorno a campo para realização das entrevistas.

Um das alternativas pensadas para reorganizar essas entrevistas foram os recursos tecnológicos dos quais dispomos atualmente. Estratégias como entrevistas *online* via vídeo chamadas, salas virtuais utilizando *google meet*, conversas pelo *whatsapp*, tudo isso foi pensado como recursos estratégicos para dar continuidade ao trabalho de pesquisa de campo.

Mas os problemas estavam além de meramente conseguir falar com as pessoas. Havia a limitação para uso de alguns desses recursos técnicos, por parte deles, e até mesmo de minha parte. Uma limitação que não foi só prática e tecnológica, mas também física e emocional. Estas dificuldades limitaram e muito o número de participantes da pesquisa. Inicialmente, havia pensado em torno de 20 a 25 entrevistados, mas ao final só foi possível concluir oito entrevistas, com muitas dificuldades e ainda com muito medo. De ambas as partes. Não foi mais possível pensar, por exemplo, em entrevistar aqueles que já residiam em outros municípios ou até mesmo na cidade de Itaberaí, dadas as dificuldades impostas pelo isolamento social que estávamos vivenciando.

Algumas alternativas foram até negociadas, com o recurso de *WhatsApp*, por ser o mais acessível. Mas quando fomos para essa prática, encontrei dificuldades. Percebi que precisava recuar com as tentativas porque, apesar de alguns mais próximos se disponibilizarem a me atender através desse recurso, as chamadas dificilmente eram atendidas, seja por falha de sinal de *internet*, ou até mesmo por estarem emocionalmente sem condições de contribuir com a pesquisa, naquele momento. O recurso possível, ainda que menos viável, seria ir a campo, com o consentimento de alguns poucos que se dispuseram a me receber, tomando todos os cuidados recomendados pela OMS (Organização Mundial de Saúde).

Porém, mais um dificultador surge pelo caminho: meu informante e grande parte dos seus familiares foram diagnosticados com Covid-19 bem próximo da data prevista para que eu fosse à campo. O caso dele foi grave, ficando, inclusive, intubado por 15 dias em UTI, na cidade de Goiânia. Ele era minha principal porta de entrada no assentamento para uma reaproximação que já não costuma ser fácil em circunstâncias favoráveis, imagine em plena pandemia de Covid-19! Novamente tive que recuar e repensar novas estratégias. Foi por este motivo que a realização das entrevistas só aconteceu tardiamente e com número bem reduzido de participantes.

Quando já estava quase tudo pronto para o retorno a campo, após uma melhora no processo longo e doloroso desse informante, fui novamente impedida de seguir em frente porque

no assentamento havia muitas pessoas diagnosticadas com Covid-19. Inclusive o pai de um daqueles que seria entrevistado desta vez, veio a óbito, causando muita comoção, no assentamento, devido a longa história de parceria entre a famílias mais próximas.

O retorno, assim que foi possível, causava tensão e uma certa dose de ansiedade, acredito que de ambas as partes: pesquisadora e entrevistado. Foi difícil e tenso os primeiros contatos por conta de tantas regras e protocolos necessários, além do medo que ainda era intenso. Este foi um dos motivos que realmente dificultou a participação de um maior número de entrevistados.

Ao final, de aproximadamente 20 pessoas que participariam da pesquisa, só foi possível entrevistar 08, sendo 04 homens e 04 mulheres. Estas entrevistas geraram cerca de 3 horas e 30 minutos de material gravado para a tese. Acreditamos que se não fosse a pandemia a amplitude do material gerado, nessa pesquisa, seria bem maior, uma vez que tenho uma certa “facilidade” em adentrar o assentamento, conquistada ao longo do tempo, pelo compromisso e respeito que tenho para com todos daquele lugar.

Todo material das entrevistas foi transcrito e arquivado para uso nesta tese. Os entrevistados também foram esclarecidos sobre os termos éticos que regem a pesquisa. Esclareci sobre o uso dos próprios nomes e a possibilidade de serem criados pseudônimos para proteger suas identidades, caso assim desejassem. Porém, todos se mostraram tranquilos com os esclarecimentos e optaram pela utilização do próprio nome.

Embora tenha sido poucos os que se dispuseram a conceder a entrevista, ainda foram necessárias quatro idas a campo com esse objetivo, quatro viagens de Goiânia à Itaberaí. As entrevistas não eram prolongadas para não gerar ainda mais dificuldades para ambas as partes. Essas idas à campo aconteceram do período de 15 de julho a 20 de outubro de 2021.

Mesmo realizando um agendamento prévio, às vezes, algumas situações ainda fugiam do controle, como por exemplo, a pessoa que estava agendada ter saído para cuidar de outra que estava doente, ou outras pessoas da mesma casa estava com suspeita de covid-19. Enfim, muitas dificuldades nesse processo de entrevistas.

Contudo, houve também momentos descontraídos e alegres que, apesar de todas as circunstâncias adversas daquele momento e de todos os protocolos que nos mantinham distantes, a hospitalidade goiana prevaleceu e fez tudo valer a pena. O que aumentou ainda mais meu respeito, admiração e compromisso com aquelas pessoas.

Seguem fotos que representam muito dessa hospitalidade goiana:

Figura 8 – Casa dos pais do Júlio (primeira geração)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 9 – Primeira geração, segunda geração (Júlio), ao centro, e terceira geração (filho do Júlio)



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 10 – Produção de doce de leite e doce do pau de mamão para consumo próprio



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Figura 11 – Produção orgânica no assentamento



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

camponeses liderados por uma figura carismática como foi o caso, por exemplo, de Antônio Conselheiro, em Canudos, e as lutas do cangaço, com Lampião, entre outros. Então, a luta pela terra é anterior ao desenvolvimento da Reforma Agrária propriamente dita. Na luta pela terra, quem participa são os trabalhadores rurais em busca de terra para cultivo e sobrevivência da família. Já no projeto de Reforma Agrária, participam diferentes instituições, segundo Mendonça (2010, p. 80 *apud* FERNANDES, 1998, p.1).

A luta pela terra no Brasil é, portanto, histórica e remete ao período do Brasil Colônia. Como delimitação desta pesquisa, o estudo faz um apanhado geral, mas mantém como recorte temporal e teórico o período a partir de meados do século XX, com ênfase nas questões relacionadas ao meio rural, que começam a emergir no cenário do regime político vigente, o Estado Novo, instaurado por Getúlio Vargas.

Durante o primeiro governo de Vargas, foi criada a Primeira Comissão Revisora de Títulos da Terra (1938), que tinha por objetivo recuperar grandes extensões de terra em vários pontos do país com a finalidade de beneficiar famílias de pequenos produtores rurais.

Uma política fundiária (pensada como Reforma agrária) começa a surgir somente no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 como respostas aos movimentos sociais no campo, (BERGAMASCO e NORDER, 1996). É nesta época também que surge o termo “Assentamento”, num momento em que grande parte da população do meio rural estava sendo expulsa do campo. Partindo de Bergamasco e Norder (1996), considero importante apresentar um panorama histórico e político da questão agrária no Brasil, para prosseguirmos com as discussões.

Em 1945, começa a se delinear uma democratização, após a Era Vargas, sinalizada pela eleição presidencial, que nesse mesmo ano elege Eurico Gaspar Dutra. Nesse período, começam as primeiras manifestações camponesas. Surgem as “Ligas Camponesas”, que foram organizações de trabalhadores rurais formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), a partir de 1945, impulsionadas por novos conflitos no campo na luta por melhores salários e direitos trabalhistas. Essas Ligas estabeleceram alianças com setores urbanos para fortalecer a pauta camponesa. Foi considerado um movimento importante para a Reforma Agrária, além de promover uma melhoria das condições no meio rural brasileiro. Os principais estados de atuação das Ligas foram, inicialmente, Pernambuco, posteriormente, Paraíba, Rio de Janeiro e Goiás.

Em Goiás, o movimento conhecido como a “Revolta de Formoso e Trombas” se tornou um marco da atuação das Ligas. Foi um movimento importante, mas assim como outros, foi brutalmente aniquilado pela Ditadura Militar de 1964, que ainda retomaremos mais a diante.

A década de 50, retomando Bergamasco e Norder (1996), mostrou-se muito produtiva ao ponto desses autores a chamarem de uma “antecipação da reforma agrária”. No Rio Grande

do Sul, nesse período, havia cerca de 10 mil acampados e a desapropriação de 25 mil hectares, próximo a Pelotas, transformou esta região em uma das mais ricas e produtivas do país (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 15).

O Estatuto da Terra (Lei 4.504) foi elaborado durante o golpe de 1964 e a questão agrária continuou presente no cenário brasileiro, porém, com características inteiramente novas. O governo Castelo Branco cria o Estatuto da Terra, mas não incorpora os interesses dos trabalhadores rurais no processo de Reforma Agrária. Ainda nesse ano, foram criados o Instituto de Desenvolvimento Agrícola (INDA) e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), que atuavam em conjunto para amenizar as tensões sociais no campo nesse período.

Contudo, estas instituições logo se afastaram das preocupações com a Reforma Agrária. Em 1970, é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que passa a incorporar estas duas instituições.

Segundo José de Souza Martins (1991), sociólogo estudioso dos conflitos no campo e muito utilizado como referencial teórico desta pesquisa, nos anos entre 1950 e 1970, o número de empregados na agricultura caiu 1,5 milhões devido à expansão das pastagens. Só para ilustrar esse crescimento, no ano de 1970, as propriedades com mais de 20 ha³ tinham 54,6% de sua área destinada à pastagem e apenas 8,5% para lavouras (MARTINS, 1991, p. 45). De acordo com o autor, esta expulsão dos trabalhadores foi marcada por diversas situações de violência, envolvendo desde jagunços e pistoleiros profissionais até soldados, oficiais de justiça e juízes.

O período entre os anos de 1970 e 1984 foi o momento de maior alcance da colonização onde foram assentadas em torno de 86.500 famílias. Em 20 anos de ditadura militar, estatísticas apontam para o assentamento de cerca de 160 mil famílias. Porém, faz-se necessário o registro de que a maioria destes assentamentos nesse período se basearam nas regiões de fronteiras agrícolas, como a Amazônia, numa nítida estratégia de se deslocar a luta pela terra para regiões mais distantes.

Já no período de redemocratização, o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, é eleito ainda indiretamente e fala em “levar a efeito, sem violência e sem traumas, uma reforma agrária necessária no país” (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 31). Entretanto, este vem a falecer antes mesmo de tomar posse. Seu vice, José Sarney, assume a Presidência da República e o compromisso de Tancredo Neves, delegando ao INCRA a reponsabilidade de elaborar uma proposta inicial de acordo com o Estatuto da Terra. O governo passa a enfrentar a bancada ruralista e os poderes Legislativo e Judiciário, que dificultaram a conclusão das

³ Medida de superfície, simbolizada por *ha*, com valor igual a cem ares ou a um hectômetro quadrado (dez mil metros quadrados). Disponível em: <https://www.dicio.com.br/hectares/> . Acesso em: 20 abr. 2019.

desapropriações e a implementação dos assentamentos, resultando na efetivação de apenas 2% da meta inicial de 15 milhões de hectares.

Esta situação traz descontentamento e gera violência nos processos de luta pela terra. A esse respeito, como contribuição, temos um importante documentário que nos dá uma ideia de quão violentos têm se tornado os conflitos no campo. Trata-se do documentário “Da terra ao sonho de Rose”, produzido por Tetê Moraes, entre 1987 e 2000. O documentário descreve toda a saga daqueles trabalhadores rurais sem terra no sul do país, mas que representa uma série de situações de violência no processo de luta pela terra no Brasil, desde sempre.

Em 1984, surge o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), importante movimento mobilizador da população em torno da questão agrária no país, com o objetivo de lutar pela terra e pela Reforma Agrária. De acordo com Coelho (2013), antes mesmo de seu nascimento enquanto “Movimento”, trabalhadores do campo, com o apoio de sindicatos rurais e principalmente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), já articulavam estratégias que culminaram com o surgimento do MST. Ou seja, este Movimento não surge aleatoriamente, mas a partir das articulações dos interesses de grupos ligados à questão dos trabalhadores rurais naquele momento.

O momento político no Brasil na década de 1980 estava propício para grandes transformações. Tivemos o movimento das “Diretas Já”, movimento civil organizado que reivindicava eleições diretas e a promulgação da Constituição de 1988, só para citar alguns exemplos. Na Constituição de 88, consta como Lei que toda propriedade rural deve cumprir seu papel social, ou seja, deve ser produtiva, preservar o meio ambiente e cumprir com as obrigações trabalhistas. Do contrário, poderá ser desapropriada para fins de Reforma Agrária. Esta situação acaba pressionando os próximos governos a manter em suas pautas a questão agrária para mediar os conflitos que estavam latentes.

Nesse ponto, é importante ressaltar os acontecimentos históricos que envolvem a Reforma Agrária, o MST e as políticas referentes a estes assuntos nos governos do Brasil após a Ditadura Militar, no contexto da redemocratização até os acontecimentos mais recentes.

Desde o início, o MST se coloca como oposição ao governo. O primeiro governo pós redemocratização, no caso, de José Sarney (vice que assume após a morte de Tancredo Neves), elabora o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), com a promessa de assentar cerca de 1,4 milhão de famílias em cinco anos. Isso representou um plano muito ousado que rapidamente enfrentou a oposição dos ruralistas com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), associação civil criada em 1985 por grandes proprietários de terras contra a política agrária do governo. O resultado foi que ao final do governo de Sarney, somente 90 mil famílias foram assentadas.

Em 1990, Fernando Collor de Melo tornou-se o primeiro presidente eleito pelo voto direto após a Ditadura Militar. Na prática, entretanto, foi visto como um governo que não se diferenciava dos militares nem de seu antecessor, José Sarney. O programa de assentamentos ficou paralisado nesse governo. Enquanto Collor esteve na presidência (de 1990 até 1992), nenhuma desapropriação de terra foi realizada com a finalidade de reforma agrária. Somente 23 mil famílias receberam título de propriedade de terra, ainda referente ao governo anterior. Ações do MST foram duramente reprimidas nesse período e isso fez com que o Movimento atuasse nas manifestações do “Fora Collor”, que pedia o impedimento desse governo, através do movimento que ficou conhecido como “caras pintadas”. Com várias denúncias de corrupção, Collor renuncia à presidência ao mesmo tempo em que ocorre a votação do processo de *impeachment*. Mesmo diante da renúncia, a votação continuou. Foram 76 votos a favor e 3 contra no Senado.

Quem assume, então, é o vice, Itamar Franco, de 1992 a 1995. Este foi mais aberto e democrático. Recebeu representantes do MST, reconhecendo o Movimento como legítimo, e criou a Lei Agrária (Lei 8.629). Esta Lei previa que as propriedades fossem reclassificadas com vistas à Constituição e isto, na prática, significava que não haveria mais argumento jurídico que impossibilitasse as desapropriações. Ainda assim, os projetos de assentamentos não prosperaram em razão das tensões dentro e fora do governo em volta do Plano Real (PEREIRA, 2015).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) inicia-se em 1995 e vai até janeiro de 2003. FHC foi o primeiro governo após a redemocratização a exercer dois mandatos consecutivos, depois de uma polêmica envolvendo compra de votos para reeleição de presidentes. Seus mandatos foram marcados pela transnacionalização da economia e pela estabilização do Plano Real por meio de uma política neoliberal que privatizou várias estatais.

Nesse período, dois fatos trágicos marcaram a urgência e necessidade de se atentar para os conflitos no campo: Corumbiara em 1995, com pelo menos 8 mortos, entre eles uma criança de 8 anos, 20 trabalhadores rurais desaparecidos e cerca de 350 feridos numa violenta ação envolvendo 300 policiais do COE (Companhia de Operações Especiais) do estado de Rondônia para desocupação da Fazenda Santa Elina.

Figura 13 – Foto do primeiro acampamento em 1995



Fonte:

<https://anovademocracia.com.br/no-43/1687-corumbiara-rondonia-camponeses-retomam-a-fazenda-santa-elina>.

Acesso em: 20 fev. 20.

Esta tragédia acabou contribuindo para o surgimento da Liga dos Camponeses Pobres, LCP, fundada em 1999 e se constituindo como o principal movimento social de Rondônia em defesa da reforma agrária – ou “revolução agrária”, como preferem dizer.

Figura 14 – Área ocupada pela Liga dos Camponeses Pobres



Fonte: Fernando Martinho/Repórter Brasil⁴.

O outro fato, foi na cidade de Eldorado dos Carajás no Estado do Pará. Conflito entre policiais militares e trabalhadores rurais sem-terra, terminou com 19 trabalhadores mortos, em 1996.

⁴ Área ocupada pela Liga dos Camponeses Pobres a 130 km de Porto Velho é alvo de disputa judicial; um fazendeiro, com suspeita de grilagem, se diz dono das terras. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br>. Acesso em: 01 maio 2022.

Figura 15 – Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará (Velório das vítimas)



Fonte: Sebastião Salgado⁵.

Em ambos os conflitos, houve participação tanto do MST quanto da CPT. E estes conflitos ocorreram durante o governo de FHC. José de Souza Martins (2003) faz uma crítica ao MST, CPT e até aos acadêmicos nas universidades, que segundo ele, parecem se ater aos aspectos políticos da reforma agrária, tornando o discurso de ambos, apenas aparentemente revolucionário. No governo de Fernando Henrique Cardoso, ele opta por deixar a execução da reforma agrária a cargo de funcionários e técnicos de carreira. Esta decisão tenta confirmar a reforma agrária como política de Estado e não a serviço de partidos. Mas isso não é tão simples na prática.

José de Souza Martins (2003) faz uma crítica ao MST, CPT e até aos acadêmicos nas universidades que segundo ele, parecem se ater aos aspectos políticos da reforma agrária, tornando seus discursos apenas aparentemente revolucionários. FHC opta por deixar a execução da reforma agrária a cargo de funcionários e técnicos de carreira. Esta decisão confirmou a reforma agrária como política de Estado e não a serviço de partidos.

Apesar dessas medidas e de apresentar um número bem maior de famílias assentadas que os governos anteriores, a política de Reforma Agrária de FHC deixou muitas lacunas como: diminuição da pequena produção agrícola; aumento de empréstimos para grandes empresas agrícolas; diminuição de créditos para as cooperativas, que é o modo mais utilizado nos assentamentos; além da falta da assistência técnica, escolas e postos de saúde para os recém-assentados. Estes têm sido alguns dos grandes motivos apontados pelas pesquisas que levam as famílias a abandonarem o campo, mesmo depois de terem conseguido a posse da terra por meio de muita luta. Aqui, vale ressaltar que foi durante esse governo que os acampados da Fazenda

⁵ Massacre de Eldorado dos Carajás no Pará ocorrido em 17 de abril de 1996 marcou a história de luta pela reforma agrária no campo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/>. Acesso em: 01 maio 22.

Santa Rosa conquistaram a posse da terra, efetivando o projeto de Assentamento “Chê”, objeto desta pesquisa.

Após sofrer forte represália por parte do governo FHC, o MST procura acalmar suas bases motivado pela esperança em um novo ciclo que se acena com a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente da República, segundo Silva (2018). Um exemplo é que, durante o período de campanha eleitoral, praticamente não houve ocupações, numa clara demonstração de apoio do MST ao então candidato petista. Ainda segundo Silva, a vitória de Lula, em 2002, representava a esperança de que reformas que reduzissem as desigualdades históricas em nosso país, entre elas, a reforma agrária, fossem então efetivadas. Porém, o que se configurou logo no início foram vários acordos políticos e partidários que revelaram um governo comprometido com o modelo neoliberal, deixado por seu antecessor.

No que se refere à Reforma Agrária, foi realizado o II PNRA para ser executado de 2003 à 2007. O Plano previa desapropriações por interesse social, compra de terras e até a retomada de terra estatais que haviam sido “griladas”, além ainda de prever a regularização de posseiros e comunidades quilombolas.

Mas o cenário que se desenhou logo em seguida não foi animador. Houve uma disputa entre linhas de pensamento sobre a questão agrária: de um lado, a equipe de Plínio Sampaio com o apoio de Marcelo Rezende, primeiro presidente do INCRA no governo Lula, e de outro, setores ligados ao partido, basicamente a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A equipe de Sampaio não consegue se sobressair neste jogo de poder e pelo poder, e a que se sobressai tem uma concepção de reforma agrária similar a de Fernando Henrique Cardoso (SILVA, 2018).

Durante o primeiro mandato de Lula (2003 a 2006), o MST não esconde sua decepção e frustração com o governo. Nesse período, o MST passa a ser novamente oposição ao governo e sua política, até que, em 2004, os discursos a respeito do presidente mudaram radicalmente. Havia o discurso de que o presidente teria privilegiado o agronegócio em detrimento da pequena propriedade. Lula deixa de ser a “esperança” de transformação (COELHO, 2013).

Mesmo percebendo que esse governo já havia se posicionado a favor de uma política neoliberal, favorecendo o agronegócio no campo, o MST não retirou seu apoio. O que se colocava naquele momento era evitar o conflito, promovendo o diálogo entre Estado, MST e o capital. Diante de todo um contexto histórico e político que se instituiu em nosso país, desde a colonização, Silva (2018) nos leva a refletir que não é possível que ocorra uma reforma agrária completa dentro de um sistema capitalista, de um modo de produção capitalista. O que seria necessário para radicalizar, nas palavras do autor, seria “lutar por uma revolução agrária”, e não apenas por uma “reforma”.

Há uma enorme diferença entre o que se definia como reforma agrária em 1989 e o que se colocava como projeto de reforma agrária no período eleitoral de 2002. Este último modelo já estava pautado em uma concepção de política neoliberal. Desse modo, “todos os mandatos do PT (Lula e Dilma) mantiveram tal política agrária, mercantilizando e burocratizando o acesso à terra, além de diminuir as desapropriações”, conforme Silva (2018, p. 132).

Seria o fim do MST frente à defesa dos interesses da classe de trabalhadores rurais? Segundo Campos (2015), tal fato poderia ser verdadeiro se não fosse por um movimento intrigante: a participação de 15 mil trabalhadores rurais no VI Congresso Nacional do MST, em 2014. Um número recorde de participantes. Nas palavras desse autor, o MST, em sua essência, não se resume apenas à luta por reforma agrária. Há uma forte crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento e uma clara defesa do modelo socialista. E, nesse momento, a estratégia se desloca da continuidade e expansão das ocupações para uma maior mobilização dos grupos já organizados em busca de novas reivindicações. Isso não significa o fim da luta pela terra, mas apenas uma redução nas ocupações e um foco maior naqueles que já conquistaram suas terras, ou seja, nos assentados.

Esta situação se configurou especialmente no governo Dilma, conforme destaca Campos:

no plano da política de reforma agrária, passou a ter espaço no governo a ideia de que os investimentos no campo deveriam ser feitos no sentido de melhorar as condições de vida e produção nos assentamentos rurais já existentes. Novas desapropriações só teriam espaço na agenda estatal após um amplo processo de qualificação dos assentamentos rurais (CAMPOS, 2015 p. 10).

O MST, adotando a estratégia de “diminuição das ocupações”, não está, na compreensão do autor, perdendo sua capacidade de mobilização e atuação política. Um bom exemplo foi a movimentação e repercussão do VI Congresso Nacional do MST, em 2014.

De acordo com dados divulgados pelo INCRA, entre os anos de 2011 e 2015, período do governo Dilma, teriam sido fixadas 133,6 mil famílias em assentamentos, contra 381,4 mil famílias no primeiro mandato de Lula, e 232,6 mil famílias no segundo mandato. Lula assentou uma média de 76,7 mil famílias por ano, ao passo que a média de Dilma foi de 25 mil.

Lideranças do MST reconhecem programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros, mas afirmam criticamente que mesmo com todas as benesses desses programas, eles não podem, de modo algum, substituir as desapropriações.

Diante de tanta polêmica, o fato é que o Brasil, mesmo com alguns avanços já conquistados com a distribuição de terras, até o censo de 1996, ocupava o segundo lugar no *ranking* de países com maior concentração de terras, perdendo apenas para a África do Sul. No último censo, que foi realizado em 2017 e divulgado em 2018, a concentração de terras aumentou de 45% para 47,5% e cerca 1,5 milhões de trabalhadores do campo perderam seus postos para máquinas e equipamentos intensivos. Ainda há os que digam que a introdução e implementação das máquinas no campo são positivas porque diminuem o desgaste do trabalhador do campo. Resta saber de quais e de quantos trabalhadores do campo estão falando. Portanto, este assunto ainda merece mais atenção e pesquisa.

Só para instigar ainda mais o debate, logo no início do atual governo de Jair Bolsonaro, foi anunciada a suspensão por tempo indeterminado da compra e demarcação de terras para projetos de assentamentos rurais. Segundo o INCRA, cerca de 250 processos estavam em andamento e agora estão suspensos, além de 1,7 mil processos de identificação e delimitação de territórios quilombolas que também foram suspensos. “É um acirramento do conflito agrário no país”, disse Alexandre Conceição, da coordenação nacional do MST, em entrevista à revista *Compre Rural* (BOLSONARO ORDENA..., online, 2019)⁶.

Movimentos sociais como o MST avaliam que este é o primeiro passo para a extinção da Reforma Agrária nesse governo. Após repercussão negativa, o governo “recuou” da decisão, afirmando que apenas necessitam de mais esclarecimentos sobre os processos já em aberto, de acordo com Cletho Muniz de Brito, diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA, em circular interna.

O atual governo nomeou como Secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, nada menos que Luiz Antônio Nabhan Garcia, sendo este considerado um enfático defensor da criminalização dos movimentos sociais.

Ainda há muito o que se discutir sobre reforma agrária e sobre a condução desta no atual governo. A marginalização dos movimentos sociais como um todo trouxe um retrocesso na luta por direitos, especialmente para aqueles que quase sempre precisam de um interlocutor que possa fazer valer o direito às suas necessidades mais básicas. Portanto, ainda teremos que dedicar atenção ao desenrolar dessa história que, de longe, nos faz acender todos os sinais de alerta.

⁶ Disponível em:

<https://www.comprerural.com/bolsonaro-ordena-paralisar-a-refroama-afraria-no-pais/>. Acesso em: 15 fev. de 2019.

2.2 Goiás: Luta pela terra e Assentamentos Rurais

Goiás, bem como outros estados brasileiros, se desenvolve economicamente a partir do processo de ocupação do território nacional. Historicamente, este processo pode ser dividido em três fases (CARNEIRO, 1988).

Uma primeira fase que se refere ao início da exploração das minas de ouro, período de grande fluxo de migrações que perdurou até 1780.

Com finalização das atividades auríferas, as únicas atividades econômicas viáveis foram a agricultura e a pecuária extensiva. Esse tipo de atividade econômica contribuiu com a formação de grandes propriedades e com o surgimento de uma figura bastante conhecida pelo exercício do autoritarismo político em Goiás, os Coronéis – Coronelismo (CAMPOS, 1975). Nesse período (1930), as famílias Bulhões e Caiado revezavam o poder político em Goiás.

A segunda fase inicia-se por volta de 1913, com a chegada da ferrovia à cidade de Ipameri. Goiás tornou-se um grande produtor de grãos, principalmente de milho, arroz e feijão, com vistas a atender às exigências do mercado nacional e internacional. A propriedade, contudo, encontrava-se concentrada nas mãos de uma pequena elite. Até 1920, não se registrava a existência de ocupantes, posseiros, em Goiás (CARNEIRO, 1988).

O período conhecido como “Marcha para o Oeste” constitui uma terceira fase. A partir de 1938, o Estado Novo, com a intenção de promover a ocupação dos vazios demográficos e a integração do território nacional, promoveu alguns projetos de colonização como forma de legitimar uma “reforma agrária” controlada.

Tais projetos visavam à promoção do desenvolvimento rural através da expansão do capitalismo no campo, o que agravou a questão agrária no país e em Goiás, que passou a receber grande contingente de migrantes. Um dos exemplos mais notórios que temos, e que ganhou repercussão nacional, foi a “Revolta camponesa de Formoso e Trombas”, que durou de 1950 a 1964, e cuja história tornou-se livro como o mesmo nome, cuidadosamente escrito por Maria Esperança Fernandes Carneiro (1988).

Ainda segundo Carneiro (1988), nesta época, Goiás se integra ao processo produtivo nacional como fornecedor de gêneros alimentícios e matéria prima, e por absorver os excedentes populacionais de outras regiões (CARNEIRO, 1988, p.77). A integração do estado com a Federação ocorreu sem maiores problemas, uma vez que Pedro Ludovico Teixeira, interventor do Estado de 1930 a 1945, buscava impulsionar a ocupação como estratégia para expansão do capitalismo em Goiás.

Nesse contexto, para elucidar as questões políticas e agrárias em Goiás, farei uma breve apresentação dos acontecimentos, especialmente, a partir da transferência da capital. Goiás

passa por intensas mudanças no campo da política um pouco antes da década de 1950, período de bastante efervescência para os movimentos sociais no campo.

A transferência da capital da Cidade de Goiás começou a ser pensada ainda no final do século XIX. Contudo, só começa a ser efetivada em 1932, pelo então governador (interventor) Pedro Ludovico Teixeira. Em 24 de outubro de 1933, a transferência da capital para a planejada e politicamente articulada Goiânia é finalmente concluída, tornando-se oficialmente a Capital do Estado de Goiás, em 1937.

Pedro Ludovico foi um importante articulador político que enfrentou a resistência dos conservadores da antiga capital, Cidade de Goiás. Após a morte de Getúlio Vargas, em 1945, Pedro Ludovico Teixeira é deposto do cargo de governador de Goiás e, posteriormente, torna-se senador para um mandato de 8 anos, mas só permanece até 1950.

No ano seguinte, retorna como governador eleito do estado de Goiás e permanece até 1955. Depois, torna-se novamente senador por dois mandatos, permanecendo no meio político até 1969, quando teve seu mandato cassado com base no Ato Institucional número 5 (AI5), instituído por uma junta militar formada pelos ministros do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em substituição do presidente Costa e Silva, que estava doente. Como político, Pedro Ludovico fez história em Goiás e influenciou seu filho, Mauro Borges, eleito governador do estado em 1961 e deposto em 1964, com o golpe militar.

Retomando o foco nas questões do campo em Goiás, temos fatos importantes nessas idas e vindas do meio político, que tiveram grande influência no meio rural goiano. Com a construção da nova capital, houve um incremento populacional no estado, respaldado pelo governo federal com a “Marcha para o Oeste”⁷ e dentro desse movimento foi criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG). Essa corrente migratória concentrou-se principalmente no campo, o que representou um aumento de 73,3% da população rural goiana entre 1940 e 1950.

No período em que Mauro Borges foi governador de Goiás, de 1961 a 1964, procurou combater a grilagem de terras e regularizar propriedades de pequenos produtores. Embora não tenha sido tão simples assim, seu governo foi marcado pela sua capacidade de conter as reivindicações do acesso à terra e ainda conciliar os interesses da elite agrária. Nessa época, o movimento social camponês que ficou conhecido como Revolta Camponesa de Formoso e

⁷ Criada em 1918, por meio da política nacionalista do Estado Novo, “A Marcha para Oeste” tinha como intuito ocupar os imensos vazios demográficos existentes no centro do país. A proposta fazia parte da política desenvolvimentista implantada por Getúlio Vargas, a qual tomava como bandeira a unidade e a segurança nacional. Disponível em: <https://trombaseformoso.cidarq.ufg.br/p/11836-linha-do-tempo>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Trombas, chegou a declarar a independência daquele território, localizado ao norte do estado. Esta região chegou a receber até 6 famílias por dia (CARNEIRO, 1988).

Toda essa movimentação faz parte do processo de expansão do capitalismo na agricultura, da modernização do campo, que durante a ditadura militar acabou acelerando a expulsão do trabalhador do campo no âmbito nacional (MEDEIROS, 1996) e não foi diferente em Goiás.

Em busca de um lugar para se estabelecer e trabalhar, este excedente de trabalhadores do campo acabou gerando um fluxo migratório intenso. No caso do estado de Goiás, motivados pela “Marcha para o Oeste”, partiam em busca de terras prometidas pelo governo, na região também de Ceres, cidade localizada à 178 km de Goiânia.

Mas quando as famílias ali chegavam, as terras já tinham sido ocupadas e as condições eram difíceis. Então estes migrantes, em geral, vindos dos estados nordestinos e de Minas Gerais, partiam para outras regiões do estado, como foi o caso das migrações para Formoso e Trombas (CARNEIRO, 1988).

O movimento foi intenso na luta pelo direito à terra nessa região, que durou de 1948 até 1964, chegando a eleger um camponês como deputado estadual, José Porfírio, levantando a bandeira de uma “Reforma Agrária Radical”, ou seja, pela lei ou pela força. Esse chegou a ser o lema naquela região. Embora tenha sido organizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), o movimento camponês de Formoso e Trombas, dado o nível de organização política adquirido, assumiu proporções mais avançadas que a do próprio Partido, rejeitando qualquer proposição que não estivesse de acordo com a realidade local (CARNEIRO, 1988, p.188). Apesar da organização e da projeção em âmbito nacional, o movimento foi brutalmente derrotado pelo golpe de 1964. Os líderes foram presos, torturados, alguns foram mortos e outros se tornaram desaparecidos, como é o caso do próprio José Porfírio, que nunca foi encontrado após deixar o Pelotão de Investigações Criminais/Batalhão de Polícia do Exército de Brasília (PIC/BPEB), no dia 08 de junho de 1973.

A partir dos anos 1970, com todos estes conflitos, o governo incentiva, interessadamente, a criação dos sindicatos de trabalhadores rurais e passa a nomear pessoas próximas às autoridades para serem dirigentes destes sindicatos. Mas certo nível de consciência política já havia se formado entre os trabalhadores rurais que passam a não aceitar passivamente as determinações dos governantes.

Com o apoio de algumas entidades, entre elas a Diocese de Goiás, os trabalhadores fundaram a Oposição Sindical, movimento que lutava contra os dirigentes sindicais nomeados pelo governo, de acordo com Silva (2003). É bem provável que seja justamente por esse motivo

que Goiás (Cidade de Goiás) e cidades próximas marcam o retorno da luta pela terra no estado logo após a redemocratização, em meados dos anos 1980.

Foi justamente no município da Cidade de Goiás que ocorreu a primeira ocupação de terra nas fazendas Estiva e Mosquito, que deram inclusive o nome do primeiro assentamento rural do INCRA em Goiás, o Assentamento Mosquito, criado em 1986. Logo depois, surge o assentamento João de Deus, no município de Silvânia, criado em 1987; assentamento Barro Amarelo, criado em 1989, no município de Abadiânia e, voltando para o município da Cidade de Goiás, temos o Assentamento São João da Lavrinha, mais conhecido na região como Lavrinha apenas, criado em 1995. E assim foram surgindo os assentamentos em Goiás. No ano de 1996, surge um novo acampamento na região de Itaberaí que depois veio a se tornar no P.A. Assentamento “Che”, objeto desta pesquisa.

A definição de tamanho e localização de cada lote, depende das condições geográficas do terreno. O tamanho padrão que se adota nos assentamentos em Goiás é de cerca de 5 alqueires por lote. Um alqueire aqui no estado possui 48.400 metros quadrados, que é o mesmo que 4,84 ha (hectares). Portanto, um lote com aproximadamente 24,2 ha, corresponde aos 5 alqueires, padrão aproximado que se adota nos assentamentos em Goiás.

Não se pode deixar de registrar que os conflitos por terras em Goiás geralmente são marcados por momentos de tensão e medo da ação de “capangas” dos fazendeiros e por parte da polícia, em nome do estado.

Além desses conflitos externos, há que se ressaltar também que a constituição de um assentamento não possui características inteiramente homogêneas. As pessoas que partem pela luta da terra, num contexto mais atual, já tiveram, no geral, diversas experiências de vida. Não são apenas trabalhadores rurais sem terra em busca de terra para trabalho. São também trabalhadores das periferias das cidades que se encontram excluídos, marginalizados no contexto de vida na cidade, mas que, em geral, também já tiveram experiência em algum momento com a vida no campo.

Para compreender melhor a questão da luta pela terra, considero relevante a definição de “Assentamento” por se tratar de um espaço, um contexto e um grupo específico, no caso, os assentados, que se diferenciam de outra categoria que engloba o rural, já que este grupo passou por um processo de luta pela terra, com momentos de formação intensa. FA

O termo “Assentamento” surge primeiramente no contexto da Reforma Agrária da Venezuela, nos anos 1960, e se propagou para outros países. De modo geral, são definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola que visa promover o reordenamento do uso da terra por trabalhadores rurais em busca de terra para o trabalho (BERGAMASCO e NORDER, 1996).

Por possuir essa dinâmica social, os assentamentos representam uma importante iniciativa na geração de empregos diretos e indiretos a baixo custo, contribuindo com um modelo de desenvolvimento agrícola fundado em bases sociais.

Para Bergamasco e Norber (1996, p.10), os assentamentos não têm suas origens em “uma deliberada política de desenvolvimento voltada para o atendimento das demandas da população rural, mas de uma tentativa de atenuar a violência dos conflitos sociais no campo, principalmente a partir da primeira metade dos anos de 1980”.

Segundo o INCRA, o assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é destinada a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias (INCRA, 2019).

Nesse novo contexto que surge a partir da luta pela terra, os assentamentos rurais cumprem uma função social importante, especialmente no que se refere à produção familiar rural. As famílias assentadas geralmente são oriundas das periferias das cidades, mas que quase sempre trazem consigo a recordação do trabalho no campo. Geralmente, fazem parte de uma segunda ou terceira geração de trabalhadores rurais que foram excluídos do campo em função das relações capitalistas de produção que se instalou no campo.

Por toda conotação social que envolve um Assentamento, ele se torna estratégico para se avaliar a proposta de reforma agrária, que passa a ser pensada com base nessa realidade. Segundo Bergamasco e Norder (1996), é importante atentar que a implementação dos assentamentos rurais no Brasil não parte de uma política voltada para as demandas da população do campo, mas aparece, sim, como uma tentativa de amenizar os conflitos por terra, que se intensificaram nos anos de 1980. Um assentamento, além da noção de fixar o homem à terra, tem como incentivo à vida em comunidade, para uma melhor organização da vida social e da produção, o que quase sempre não se realiza dada a diversidade daqueles que formam os grupos de assentados.

Pensando sobre assentamentos, Pessoa (1999, p. 289) lança algumas questões importantes: os assentamentos rurais fazem parte de um processo de construção da estabilização camponesa ou representa apenas uma reedição dessa condição de fronteira agrícola, dentro de uma região com áreas ainda precariamente exploradas? E isso me leva a outros questionamentos: as condições gerais em que se constituem os projetos de assentamentos são capazes de garantir que as famílias possam permanecer e, mais ainda, que as próximas gerações possam também usufruir desta conquista? Ou será que o ciclo se repete e teremos novamente o retorno desses trabalhadores às periferias das cidades ou até em busca de outras terras mais

produtivas? Embora este não seja o foco desta pesquisa, estas questões são instigantes, e, quem sabe, ao final, esta pesquisa possa sinalizar algumas respostas.

Retomando, o tema da reforma agrária entra na pauta política durante a redemocratização por pressão dos movimentos sociais e ganha força com a criação do MST, a partir de 1984. No período de efervescência da elaboração da Constituição de 1988, com a pressão dos movimentos sociais e dos conflitos no campo, algumas desapropriações começam a ser realizadas, dando início aos Projetos de Assentamento Rural (PAs), tal como nos interessa nesta pesquisa.

Em Goiás, em maio de 1985, um grupo de 30 famílias ocupam a fazenda Mosquito. Pela primeira vez, após a redemocratização, se ouviu falar em ocupação de terras pelos “sem terra” por aqui. O MST ainda não havia atuado no estado. Este movimento foi organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Goiás e teve ainda a participação da Diocese de cidade, com a liderança do Bispo Dom Tomaz Balduino.

Entre vários processos de negociação, ocupação e despejo das famílias (que já se somavam 60 famílias), em outubro de 1986, o INCRA torna efetivo o primeiro assentamento rural do estado de Goiás, o Assentamento Mosquito, com capacidade para assentar 43 famílias. Esta foi a primeira fazenda desapropriada pelo INCRA desde sua criação, em 1970. É interessante ressaltar que toda essa agitação acontece num momento em que o país passa pelo processo de redemocratização, fim do regime militar, criação da UDR (União Democrática Ruralista), entre outros.

Partindo da experiência do assentamento Mosquito, tem início vários processos de ocupação de terras na mesma região e nas proximidades.

Em 1987, 56 famílias ocuparam a Fazenda Rio Vermelho, município de Goiás, que deu origem a mais três assentamentos: Rancho Grande, Acaba Vida e São Félix, sendo que algumas famílias que estavam nesse mesmo acampamento foram transferidas para o assentamento Lebre, no município de Doverlândia.

Em todo o contexto político e social que envolve esse processo de luta pela terra no Brasil, faz-se necessário ressaltar a falta de uma base confiável de dados. A realidade sobre a extensão de terras improdutivas, número de trabalhadores sem terra, além de uma proposta que seja viável e eficaz, parece estar longe de ser transparente e acessível (SCHMIDT, 1998).

Mesmo após uma parceria entre o INCRA e a Universidade de Brasília (UNB), que resultou no livro *“Os assentamentos de reforma agrária no Brasil”*, de 1998, os resultados acabaram restritos a uma descrição geral de vida das famílias.

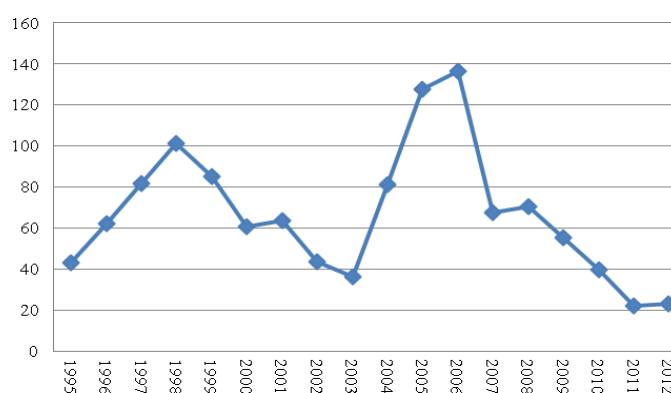
Ainda que as discordâncias existam, o levantamento censitário dos assentamentos é, sem dúvida, relevante para conferir legitimidade à Reforma Agrária, além de que, no caso desse

livro, redimensionou o elo entre a universidade e a sociedade, de acordo com Bergamasco (1998). Assim, partimos para análise de alguns dados importantes sobre os assentamentos, mas com olhar cuidadoso e atento às informações.

Logo após o processo redemocratização, observa-se uma movimentação com relação à luta pela terra, já com a atuação do MST, em 1985, no governo de José Sarney. Inicia-se com cerca de 9.000 famílias assentadas, chegando ao auge de 37.000, em 1988. Já os governos seguintes, Collor e Itamar, são marcados por violência e perseguição contra os movimentos de luta pela terra. Especialmente no primeiro, houve uma redução extremamente rigorosa dos recursos para a política agrícola. Já com Itamar Franco, o tema voltou a ter algum espaço no governo, mas programas como o Plano real (de estabilização financeira), entre outros, acabaram por prejudicar o já escasso recurso do programa de assentamento.

No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, houve um considerável aumento do número de famílias assentadas, mas que não se manteve no segundo mandato. Esse aumento ocorreu de modo mais significativo em 2005, primeiro governo de Lula, mas que também não se manteve, apresentando uma queda considerável de um ano para o outro. O Gráfico 1 serve para ilustrar melhor as informações sobre o número de famílias assentadas nos governos de FHC em 1995, até início do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2012.

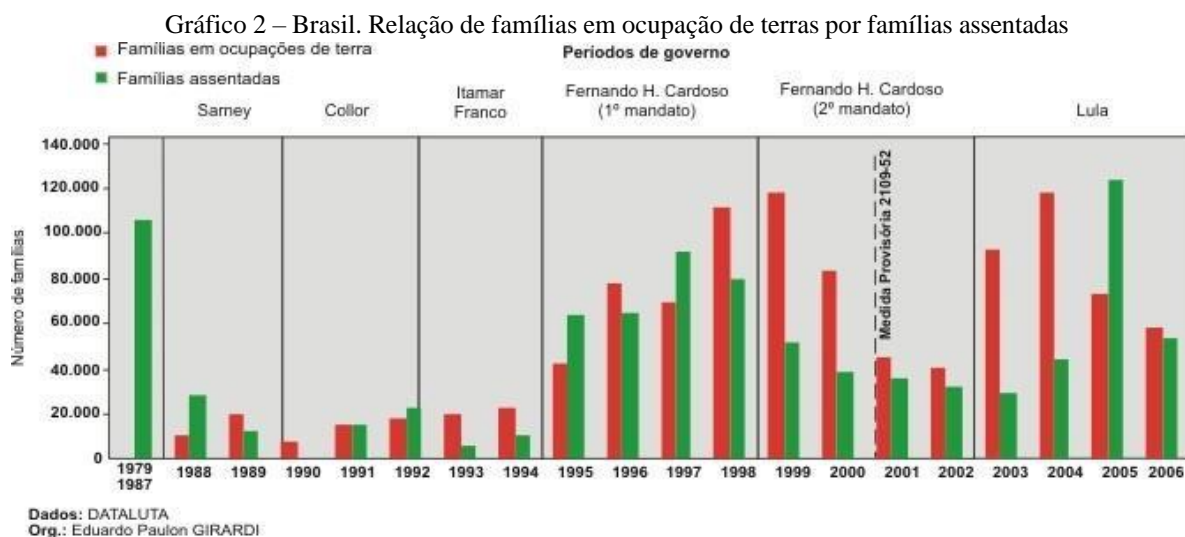
Gráfico 1 – Brasil. Famílias assentadas (1995 – 2012)



Fonte: INCRA (2019).

No Gráfico 2, podemos observar que nos anos de 1979 a 1987 só aparece o número de famílias assentadas, não levando em consideração que a partir dos anos de 1984, principalmente com a atuação do recém-criado MST e o processo de redemocratização, iniciase um forte movimento em torno das ocupações de terras. O número tanto de ocupação quanto de famílias assentadas permanece sem muitas alterações até 1995, quando volta a crescer, até 1997. Depois,

ocorre novamente um declínio, seguido por uma rápida ascensão em 2005, mas que logo depois, volta a cair.



Fonte: INCRA (2019).

Em Goiás, o primeiro assentamento do INCRA foi o de nome Mosquito, criado em 1986, e o último, foi o Elton José da Silva, criado em julho de 2017, no município de Arenópolis, segundo últimas informações do INCRA, Superintendência Regional de Goiás (SR-04). Os dados, eventualmente, podem sofrer algumas alterações dependendo da fonte.

A Figura 16 a seguir mostra toda a área de atuação da Superintendência Regional (SR-04) do INCRA em Goiás, destacada pela cor verde. As áreas em cinza, na região Nordeste e entorno do Distrito Federal, fazem parte de outra jurisdição, a do Distrito Federal e Entorno, Superintendência Regional (SR-28).

Figura 16 – Brasil. Área de atuação da Superintendência Regional

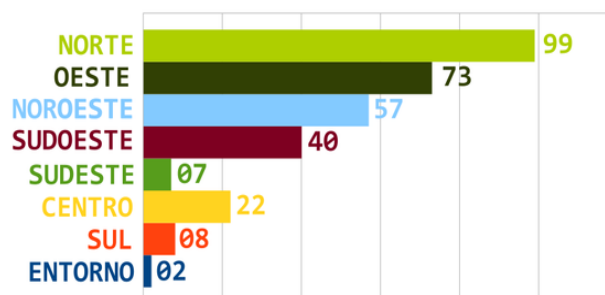


Fonte: INCRA (2019).

Já no Gráfico 3, podemos perceber alguns dados interessantes para a pesquisa. A região Sudeste, por exemplo, é a que apresenta menor número de assentamentos implantados, apenas

07, seguida da região Sul, com apenas 08. Estas regiões apresentam os melhores Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), sendo que estes abrangem três componentes: Longevidade, Educação e Renda (SILVA, 2017).

Gráfico 3 – Brasil. Quantidade de assentamentos por regiões em Goiás

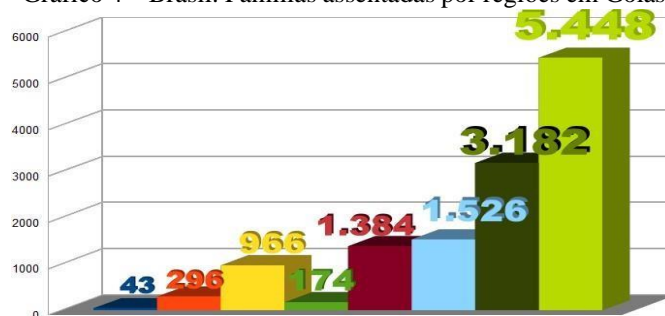


Fonte: INCRA (2019)

Ainda de acordo com Silva (2017), uma hipótese para o baixo número de assentamentos nas regiões Sul e Sudeste se deve ao fato de serem regiões mais desenvolvidas, portanto, estão menos disponíveis e são mais caras, o que dificulta a compra para fins de reforma agrária. Isso só revela, segundo a autora, que a implementação dos assentamentos rurais não resulta de uma política voltada para o atendimento das demandas e necessidades dos trabalhadores rurais, e sim de uma proteção aos interesses dos latifundiários, em defesa do agronegócio, por exemplo.

A quantidade de famílias assentadas acompanha o número de assentamentos implantados, com destaque para as regiões Norte e Oeste, conforme mostram os dados no Gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 – Brasil. Famílias assentadas por regiões em Goiás



Fonte: INCRA (2019)

Se estas duas regiões (Norte e Oeste) do estado concentram o maior número de assentamento e famílias, então, pode-se inferir que não há uma preocupação com maior desenvolvimento, tão pouco com a produtividade e permanência das famílias assentadas. O que

faz pensar que o fato de haver um número maior de famílias e assentamentos nessas regiões seja a pouca valorização e produtividade das terras (SILVA, 2017). Os assentamentos rurais possuem todo um aparato legal, garantidos pelo Estatuto da Terra, de 1964; pela Constituição Federal de 1988; e ainda pela Lei 8.171/91, que dispõe sobre a política agrícola do país. Mas, ainda assim, segundo Bergamasco e Norder (1996), a questão regional aparece como um elemento fundamental que interfere na viabilidade socioeconômica, bem como na permanência ou não das famílias assentadas.

A seguir, apresentamos algumas informações sobre os assentamentos do estado de Goiás. A região do município da Cidade de Goiás se destaca com o maior número de assentamentos implementados, 24 no total. E a cidade de Baliza é o município com mais famílias assentadas, 673. Ao todo, Goiás possui 309 assentamentos, numa área de 720.439,09 hectares (ha), abrigando 309 famílias assentadas. Em Goiás, a unidade de medida de terras utilizadas pelo INCRA é o hectare, sendo que este vale 10.000 m².

No Anexo 3, temos uma lista completa dos assentamentos atualizada em novembro de 2017, pela Superintendência Regional de Goiás (SR-04). Ela está dividida por município, quantidade de famílias assentadas e nome dos assentamentos, sendo que esses nomes, em sua maioria, fazem homenagem a alguma liderança local, regional e até internacional⁸. E para ser mais prática, os dados dessa lista estão sintetizados na Tabela 1, porém, nela não aparecem os nomes dos municípios, nem dos assentamentos.

Tabela 1 – Brasil. Distribuição de assentamentos por regiões no Estado de Goiás

Municípios	N° de cidades	%	N° de assentamentos	%	N° de Famílias assentadas	%
CENTRO GOIANO	9	10,59 %	22	6,30%	977	7,48%
ENTORNO GOIANO	2	2,35%	43	12,32 %	43	0,33%
NOROESTE	7	8,24%	57	16,33 %	1526	11,69%
NORTE GOIANO	20	23,53 %	99	28,37 %	5448	41,74%
OESTE GOIANO	24	28,24 %	74	21,20 %	3229	24,74%
SUDOESTE GOIANO	15	17,65 %	40	11,46 %	1384	10,60%

⁸Disponível em: <<https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>>. Acesso em: 10 mar. 2019. Apresentada também no Anexo 3 deste estudo.

SUL GOIANO	4	4,71%	7	2,01%	272	2,08%
SULDESTE GOIANO	4	4,71%	7	2,01%	174	1,33%
Total	85	100,00 %	349	100,00 %	13053	100,00 %

Fonte: Adaptada pela autora de INCRA (2019)

Em Goiás, nas duas últimas décadas, os trabalhadores rurais, com o apoio de entidades como a CPT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás (FETAEG) e o MST, têm conseguido resultados animadores com relação aos assentamentos. Muitas famílias já receberam a posse da terra e em assentamentos com características diferenciadas, porém, com desafios bem similares e que merecem uma atenção cuidadosa dos pesquisadores desta temática. Como já se passaram décadas, dá para se trabalhar com um olhar atento à historicidade desses assentamentos.

Os desafios que surgem após a conquista da terra, como a falta de apoio técnico por parte do governo e as dificuldades de se tornarem “donos” após longos períodos exercendo outras atividades laborais não relacionadas à terra, geralmente são comuns e se assemelham em todos os assentamentos. É nesse constante movimento que a dinâmica desses trabalhadores permite que procuro uma estratégia metodológica que possibilite um constante diálogo entre História e Sociologia, a fim de contemplar a totalidade e apreender melhor a realidade.

2.3 Assentamento “Che” – Segunda Geração: construindo identidades

O assentamento Che, objeto desta pesquisa, está situado no município de Itaberaí, cidade que fica a cerca de 100 km de Goiânia. O acampamento teve início em 1996, mesmo ano em que ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, que foi um conflito entre policiais militares e trabalhadores rurais sem-terra, em que 19 trabalhadores foram mortos. Este fato levou a violência na luta pela terra ao destaque dos principais jornais, dentro e fora do país.

Alguns dos entrevistados do assentamento “Che” chegaram a dizer que, na época, este cenário de violência só não ocorreu em Itaberaí porque o assunto estava muito latente na mídia devido ao lamentável acontecimento no Pará. E esta situação acabou, de certa forma, por “protegê-los” da violência dos policiais goianos.

Durante o acampamento (momento em que estão na luta pela terra), a presença da imprensa de todo país e até internacional colaborou com a intimidação destes atos, tanto por parte de jagunços contratados por fazendeiros, como também da ação dos policiais militares que ali atuavam. De certa forma, a presença da imprensa acabou contribuindo com a segurança nos

vários momentos de ocupação e desocupação da fazenda Santa Rosa, até conseguirem a posse da terra. Esse período do acampamento foi de 1996 a 2001.

Para Martins (1991), o próprio Estado que deveria zelar pelos direitos fundamentais da pessoa acaba por se envolver também na disputa por terras por meio das “empresas públicas”. Este fato pode ser observado nas construções das barragens de Itaipu e São Francisco, onde os lavradores acabavam recebendo uma indenização insuficiente para seu reestabelecimento em outra propriedade que lhes garantisse continuidade e sobrevivência da família no campo. Desse modo, esses trabalhadores acabam transformando-se em proletários à procura de trabalho não só no campo, mas principalmente nas cidades.

Nessa mesma linha, segue o avanço do capitalismo no campo através de empresas nacionais e multinacionais com incentivos do próprio Estado e assim vai separando cada vez mais o trabalhador de seu instrumento de trabalho⁹, relegando a eles sua total dependência ao capital. Esta situação particular do trabalhador rural não atinge somente as relações de trabalho no campo com o “boia-fria” ou o volante¹⁰, mas também as relações de trabalho na cidade, que tem grande oferta de mão de obra, mas com baixa qualificação, portanto, não absorvida.

Outro detalhe importante nesse movimento é que, inclusive nos dias atuais, há uma política de incentivo aos grandes empresários do campo como assistência técnica gratuita e empréstimos a juros subsidiados, abaixo dos praticados no mercado. Isso acaba trazendo uma “modernização” para o campo, gerando muito desemprego neste segmento. Martins (1991, p. 51-52) apresenta resultados de uma pesquisa da Universidade Federal do Pará que mostra que fazendas que se ocupam da criação de gado empregam apenas um trabalhador para cada 788 ha (hectare), enquanto que a recomendação do INCRA é de 100 ha por trabalhador, e portanto, neste caso, se poderia empregar ao menos 8 famílias. Ou seja, seguindo esta lógica, a expansão de pastagens gera a expulsão de 7 famílias das 8 que poderiam ser empregadas, agravando e engrossando o quantitativo de migrantes em busca de terra para trabalho.

Como nesta pesquisa o público alvo serão os “mais novos”, ou seja, os filhos dos assentados, a segunda geração, considero importante trazer algumas definições sobre a categoria “juventude”. Embora juventude não seja o tema central nesta pesquisa uma vez que os entrevistados de agora têm em média 30 anos, enquanto “jovens”, eles viveram esta fase

⁹ Aqui vale ressaltar como Lefebvre entende essas desigualdades na citação de Martins (2000, 117): “A desigualdade dos ritmos de desenvolvimento histórico decorre do desencontro que na práxis faz do homem produtor de sua própria história e, ao mesmo tempo, o divorcia dela, não faz dele senhor daquilo que faz. Sua obra ganha vida própria, torna-se objeto e objetivação e subjuga em renovada sujeição o seu sujeito”.

¹⁰ São pessoas que devido à instabilidade de emprego e a inexistência de um vínculo empregatício formal, atuam tanto no trabalho rural quanto no urbano.

importante de construção da vida social, profissional e familiar sempre envolvidos com este assentamento.

A temática “juventude rural” tem recebido recentemente mais atenção dos pesquisadores, embora ainda se mostre bastante limitada se comparada às pesquisas referente à população jovem dos grandes centros urbanos. Geralmente, a categoria “jovem rural” aparece nas pesquisas apenas como um componente do grupo família, sem maior atenção.

Além da dificuldade em relação ao tema da juventude, também existe a questão de definição do tema “rural”, do que se entende por rural, dada a intensificação da comunicação dos dois universos: campo-cidade. De acordo com Carneiro (2005), ainda que não haja um consenso quanto a esta delimitação, é possível afirmar que há entre os pesquisadores desta temática uma concordância em ampliar a definição do rural para além do setor agrícola.

Nessa dinâmica de estreitamento da relação campo-cidade, o jovem rural se destaca como categoria mais afetada, diante da realidade de redução da perspectiva de trabalho na agricultura e da ampliação de suas referências, desejos e necessidades voltadas para o modo de vida mais urbano.

Embora estudos mostram que ainda há uma concepção do rural como sinônimo de atrasado em oposição ao urbano como civilizado, a modernidade aproxima essa relação campo-cidade, como ressalta Vettorassi (2021, p. 7) em artigo sobre influência da cultura sobre a categoria juvenil:

Por isso é oportuno salientar que a contraposição urbano-rural vai muito além da diferenciação entre cidade e campo e que estes não podem ser identificados como dicotômicos, já que a modernização da sociedade engendrou transformações profundas e não só estreitou como intensificou as relações sociais estabelecidas entre ele. Nesse sentido, ressalta-se a necessidade de que o urbano e o rural precisam ser encarados como interdependentes e complementares, nos pontos em que se mesclam, formando um híbrido (VETTORASSI, 2021, p. 7).

Ainda segundo Carneiro (2005), dada a dificuldade de se estabelecer limites entre estes dois universos, cabe a cada pesquisador delimitar o uso deste termo, de acordo com os objetivos de seu estudo. Se ainda temos lacunas entre o que se define sociologicamente como “juventude”, ainda mais teremos para tratar com “juventude rural”, que deve ser, portanto, considerada dentro e de acordo com suas especificidades.

No caso desta pesquisa, o rural está sendo pensado enquanto espaço geograficamente definido e limitado ao Assentamento “Che” e se referindo aos jovens que experimentaram o processo de luta pela terra, suas vivências e experiências ao longo de mais de 10 anos do assentamento. Jovens, cujos pais, em um primeiro momento, pensavam em possuir uma terra,

trabalhar nela e passar para os filhos este legado de ter uma vida estruturada na terra, sem precisar retornar para a cidade.

Estudos específicos sobre juventude rural, em especial aquela que se encontra assentada, trazem uma melhor compressão desta temática como um problema sociológico que se coloca na atualidade: a viabilidade dos assentamentos de reforma agrária como forma de fixar o homem à terra, ou seja, a possibilidade de permanência dessa segunda geração no campo para concretização dos objetivos dos pais.

Para se compreender melhor as concepções dos jovens acerca de sua permanência na terra, é necessário, primeiramente, se discutir um pouco mais sobre o conceito de juventude.

De acordo com Sousa e Duque (2002), quando se trata do meio rural, a própria infância já é vista como um período da vida em que a criança se prepara para trabalhar. Tal representação é fundamental para que se perceba, desde cedo, que o trabalho na terra, mais do que garantir sustento, é uma forma de possibilitar a permanência e, portanto, a continuidade do trabalho na terra pelas novas gerações.

Segundo as autoras, não existe uma definição universalmente aceita para os limites da idade em que se encontra a juventude. Parece mais haver uma transição direta da infância à fase adulta a partir da incorporação precoce do indivíduo ao mundo do trabalho.

Dois outros momentos importantes, ainda de acordo com as autoras, marcam a passagem da juventude à fase adulta. É quando o indivíduo se casa, mesmo com pouca idade, ou quando o jovem deixa a casa dos pais para trabalhar fora e, assim, adquirir definitivamente o *status* de adulto.

Os adultos do Assentamento “Che” são, em geral, pessoas que viveram seu passado ligado ao campo e que por conta de uma dinâmica histórica de expulsão do pequeno camponês, pequenos produtores, se viram obrigados a buscar outros caminhos para garantir a sobrevivência. Mais do que deixar o campo, entendido como meio de trabalho, eles abandonaram também um estilo de vida, uma cultura específica, algo que vai além da mera luta pela sobrevivência econômica.

A “modernização” no campo se deu principalmente pela posse irregular de terras, tomadas à força, expulsando os pequenos proprietários, fazendo surgir os grandes latifúndios. O rural e o urbano surgem como categorias dicotômicas: o rural aparece ligado à ideia de atraso, rústico, enquanto o urbano está ligado ao desenvolvido, “moderno”. Esta visão polarizada contribuiu para o modelo de desenvolvimento excludente que vimos ter impulso em nosso país desde a década de 1930, mas que não se sustenta, ao menos sociologicamente.

Recentemente, alguns estudos mostram que há uma tendência na aproximação entre campo e a cidade que desconstrói a ideia do rural como “atrasado” e o urbano como lugar de

“progresso”. Este cenário é possível graças ao processo de avanço das tecnologias, que tendem a reduzir cada vez mais a distância entre estas duas realidades, campo e cidade. Uma visão dicotômica desses dois mundos, rural-urbano, já não faz mais sentido nem pode ser compreendida se pensarmos nessas tecnologias que estão postas na contemporaneidade. Há uma valorização do campo como lugar de tranquilidade e ambiente mais saudável.

Voltando ao objeto de estudo desta pesquisa, vemos que os assentamentos rurais podem ser compreendidos como retorno ao lugar de origem daqueles que foram, em algum momento, obrigados a deixar suas raízes culturais. No caso do Assentamento “Che”, famílias relatam suas origens no campo e o desejo de retorno:

Nós fomos criados na roça. Meu pai criou nós na roça. Não tinha esse negócio de pobre morar na cidade. Depois é que nós fomos pra cidade. Mas não acostumou não. Morar na cidade era muito difícil. E quando eu vi na televisão assim, a reforma agrária, aquilo me chamou a atenção e eu falei para meu esposo: - eu quero ir para aquela luta. (Dona Elizete, Assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007)¹¹.

Eu fui nascida e criada em fazenda dos outros. O que eu sei, aprendi com meu pai e minha mãe trabalhando pros outros... Porque agora, graças a Deus, a luta tá ganha. Agora tem que trabalhar em cima da terra. Eu não penso em vender nunca. (Joana do Galego, Assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Quando questionadas sobre o número de pessoas que desistem da terra, algumas famílias relatam que:

Se o governo não ajudar a gente aqui no assentamento, porque só promete, só promete, é por isso que muitos desistiram. A gente é persistente e vai ficando. Você vai plantar roça é porque você vende um gadim. A única renda que você tem é o gado pra entregar o leite. Aí você vende ele pra plantá roça e o dinheiro da roça não retorna pra comprar o gado porque aí você já tem que pagar outras coisas, e só vai acabando. Muitos acabou. Mas se trazer recurso aqui pra gente igual eles falou que ia trazer, a gente tava firme pra poder melhorar as coisas. (Dona Cida e Sr. Marcelino, Assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Pessoa (1999) afirma que as desistências das parcelas ocorrem principalmente nos primeiros anos da consolidação da posse da terra, como resultado do despreparo dos trabalhadores e da falta de assistência por parte dos órgãos competentes, o que, portanto, não deve ser atribuído à falta de competência dos assentados, gerando inclusive constrangimento entre eles (PESSOA, 1999, p. 156-157).

O autor afirma ainda que para se consolidar um assentamento é necessário que se cumpra ao menos duas etapas, sendo a primeira a demarcação dos lotes e, a segunda e mais importante na perspectiva dele, é a capacitação desses assentados e assimilação por eles dos novos modos de produção e da cultura do trabalho no campo. E, de acordo com os depoimentos citados acima, estas etapas não foram cumpridas, especialmente a segunda.

Esta situação gera a desistência de algumas famílias e elucida as dificuldades daquelas que ali permanecem. Alguns jovens entrevistados (SANTOS, 2007), relataram suas opiniões sobre o assentamento “Che”:

O trabalho na terra pra nós jovens não dá. Pro meu pai e pra minha mãe só dá. Mas pra mais pessoas não dá não. Dá pra viver... mas é difícil. Falta mais oportunidade. Tinha que ter outras coisas pra ganhar dinheiro aqui. Então, meu futuro era pensando na terra, mas se não tiver trabalho, meu futuro é na cidade. O que faz a gente querer ir pra cidade também, além de oportunidade de trabalho e renda, é o lazer também. Jovem gosta de lazer. (Weber, jovem do Assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Na pesquisa “Perfil da juventude brasileira”, analisada por Carneiro (2005), os jovens

¹¹ Entrevistas realizadas durante a pesquisa do mestrado (SANTOS, 2007), no Assentamento “Che”, em 2006. Todas foram devidamente autorizadas e divulgadas com o nome verdadeiro dos entrevistados. Esta mesma conduta foi mantida pelos entrevistados da pesquisa para o Doutorado.

rurais demonstram interesse maior pelos estudos do que os jovens urbanos, em proporção. O estudo aparece como um caminho alternativo ao trabalho pesado na agricultura. Cerca de 50% dos jovens já exercem atividades agrícolas. E, deste total, a metade afirma não ter interesse em permanecer no campo, motivo pelo qual pretendem dar continuidade nos estudos. No Assentamento “Che”, este assunto também aparece:

Eu gosto de ficar na fazenda, sabe? Só porque a gente vai crescendo, vai estudando, o espaço vai ficando pequeno pra nós aqui, né? Assim, eu penso assim, igual meu pai, minha mãe ficar aqui, eles já são mais velhos, lá na cidade eles não vão se adaptar. Lá também pra eles... já não tão mais na idade. Mas eles aqui é que tá uma área legal, ar puro, como eles falam. E pra nós, que tá mais na adolescência, a cidade vai indo a gente quer ir. Mercado de trabalho mesmo pede. (Drica, jovem do Assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Retomando Pessoa (1999), ele nos diz que a menos que haja projetos ou programas específicos voltados para os jovens, os assentamentos terão dificuldade em tornar o trabalho no campo atrativo e viável para esta categoria. Dona Cida, em entrevista a Santos (2007), exemplifica essa situação em seu depoimento: “Eu penso agora que um dos meus filhos já foi pra cidade, é que o outro vai acabá indo embora daqui também. Eles vai ficando rapaz, cê sabe, a gente não tem como manter eles aqui sem renda. O sonho de todos os jovens daqui é ir embora. Infelizmente é isso”.

Contudo apesar das informações trazidas nas falas dos jovens nestas entrevistas, o que se percebe é que a cidade também não contempla a realização de seus ideais. E essa situação

acaba fazendo com que alguns jovens procurem relativizar a ideia de sair do campo, deixando de buscar a cidade como alternativa de trabalho, renda e lazer.

No Assentamento “Che”, quando se percebe uma melhor organização da estrutura do lote e da família em relação às atividades agrícolas, a ideia de permanecer no campo é reforçada e aparece no relato de um dos jovens entrevistados:

Pro meu futuro, eu gostaria de continuar trabalhando na terra, de maneira mais moderna, né? Ter assim, umas vacas melhor de leite, talvez até um maquinário que podia auxiliar a gente no campo. E trabalhar autônomo, que eu acho que é o mais interessante. Que hoje em dia, sei lá. Eu não nunca trabalhei pra patrão nenhum. Eu acho que as vezes a gente aguenta muita humilhação de patrão à toa. Então preferia trabalhar pra mim. Queria ter um pedacinho de terra pra trabalhar. Não que eu ganhasse muito dinheiro, não. Ganhando o suficiente pra viver tava bom. (Mário, jovem do Assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Também tive a oportunidade de entrevistar um jovem que, após ter decidido ir para cidade, retornou para o assentamento por não ter conseguido se estabelecer em um trabalho lá na cidade: “Fui para cidade por causa da falta de trabalho. Só que a gente vai pra cidade e vê que lá não tá fácil também. Tá bem difícil”. (Weber, jovem do Assentamento “Che”, após retorno da cidade *apud* SANTOS, 2007).

Nesse sentido, não se pode afirmar que há um crescente desinteresse dos jovens em permanecer no campo se não tivermos por base um estudo cuidadoso sobre essa situação. Em alguns casos, a falta de qualificação e baixa escolaridade dos jovens rurais acabam contribuindo com a sua desqualificação no competitivo mercado de trabalho urbano. Esta situação os levam refletirem sobre o retorno e também a repensarem a vida no campo como passível de oportunidades.

Ainda há uma valorização urbana do campo como “ambiente mais saudável, limpo”, “ar puro” etc., que passa a ser levada em consideração pelos mais novos no momento da decisão entre sair ou permanecer no campo, como podemos verificar na continuidade da entrevista com Weber, após retorno ao assentamento:

A gente tá aprendendo como se deve viver na terra, eles vai ensinar nós como fazer um projeto pra nós. Se eu souber como fazer esse projeto, posso conseguir recurso pra esse projeto, aí com certeza vai melhorar muito. Eu vejo um futuro bem melhor agora. Tá vindo muitas oportunidades pra cá. Ninguém precisa ir embora. Pode continuar morando com os pais aqui na fazenda mesmo. Quem não sonha em ir morar na fazenda um dia? Acho que todo mundo sonha. (Weber, jovem assentado, mais otimista em relação a permanecer no campo *apud* SANTOS, 2007).

Durante a pesquisa para o mestrado, havia um manifesto desejo dos jovens do Assentamento “Che” em permanecerem na terra como pequenos produtores, com objetivos que

pareciam reforçar o sentimento de pertencimento, de construção da identidade daqueles jovens assentados que participaram da luta pela terra e a consideravam muito importante como garantia de um direito que até aquele momento eles desconheciam. Mesmo assim, havia entre eles uma dualidade entre o permanecer ou sair que ainda hoje merece um estudo mais detalhado. Essa decisão de permanecer ou sair envolve mais que a manifestação de um desejo pessoal e individual.

A questão agrária no Brasil e, mais especificamente, os Projetos de Assentamentos rurais se constituem como um grande campo de pesquisa. Embora haja um número considerável de pesquisa nessa área, ainda há muito que explorar, especialmente os aspectos sociais que podem ser tratados pela Sociologia. No caso desta pesquisa, a segunda geração do Assentamento “Che”, por ter passado pelo processo de luta pela terra, de certa forma, lhes atribui algo de peculiar. Trata-se, portanto, de uma segunda geração de assentados que, exatamente por este atributo, os torna diferenciados no meio rural. Ou seja, é preciso considerar que eles vivenciaram todo um processo de conscientização, “politização”, que envolve a luta pela terra.

Aqui é importante justificar mais uma vez a escolha do método regressivoprogressivo, porque percebemos necessidade de um olhar que faça esse movimento de descrição (quase uma etnografia), de que o movimento pela luta parte de um lugar já vivenciado pelos seus agente, ou seja, eles não partem do “nada”. Depois é preciso analisar e compreender que os fatos não acontecem do mesmo modo em todos os lugares, portanto, é preciso considerar a História, Sociologia, Antropologia e Economia para o entendimento de um processo que não se faz por etapas. É preciso considerar sua historicidade. E finalmente, voltar para o presente (realidade social) explicando o real a partir do concreto. Assim, com o método regressivo-progressivo é possível perceber “que as contradições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais”. Martins (2000, p. 121).

São, portanto, uma segunda geração que vive no meio rural, mas que se diferencia de outros jovens da mesma faixa de idade, na mesma condição, inclusive na mesma região. A condição de ser um “assentado”, parece diferenciar o modo como essa segunda geração projeta suas vidas.

E foi exatamente isto o que procurei explorar nesta pesquisa: o caminho percorrido por aqueles que nesse momento são a segunda geração do Assentamento “Che”, quais foram as mudanças, questões relacionadas à família, à terra, ao trabalho, e às novas perspectivas para o futuro. A questão do trabalho mereceu atenção no sentido de que é a partir deste que eles pensam o futuro do assentamento com a permanência ou não das próximas gerações.

No cenário atual, a reforma agrária vem perdendo espaço no orçamento do governo federal, desde 2015, ano em que o Congresso aprovou gastos de R\$ 2,5 bilhões para o programa Reforma Agrária e Governança Fundiária. Para 2019, a Lei Orçamentária Anual (LOA) fez a previsão de gastos de R\$ 762 milhões – corte de 70% em quatro anos. Essa política inclui não apenas a aquisição de terras para o assentamento das famílias, mas também gestão do cadastro rural, regularização da estrutura fundiária, desenvolvimento dos assentamentos e projetos de assistência social, educação e pacificação no campo (GOVERNO BOLSONARO..., *online*, 2019)¹¹.

Politicamente, o momento atual apresenta uma conjuntura não muito animadora. Na visão de alguns segmentos dos movimentos sociais ligados ao campo, fala-se inclusive em “extinção da reforma agrária”. O fato é que o momento é de incertezas no campo, nas políticas públicas voltadas para os trabalhadores rurais, especialmente quando se trata de projetos de assentamentos rurais.

O atual governo de Jair Bolsonaro, por meio de suas redes sociais, comemorou redução de ocupações de terras, que no primeiro trimestre de 2019 registrou apenas uma ocupação, contra 43 registradas no mesmo período do ano anterior. Ele classificou a situação como “enfraquecimento do MST” e atribuiu esse resultado à “facilitação do porte de armas”, estabelecida por decreto, em janeiro de 2019.

Nesse momento, o que temos é um cenário nebuloso, de criminalização dos movimentos sociais, facilitação de posse de armas, da propriedade se sobrepondo à vida, que nos coloca a necessidade de compreender as condições atuais e as projeções para o futuro daqueles que já venceram uma luta, mas não a guerra.

A partir deste contexto mais amplo, busco apresentar, nos próximos capítulos, uma análise das condições gerais da segunda geração do Assentamento “Che”, alguns anos depois das primeiras entrevistas que ocorreram durante o meu mestrado.

¹¹ Disponível em: <<http://amazonia.org.br/2019/01/governo-bolsonaro-suspende-reforma-agraria-por-tempo-indeterminado/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

Capítulo 3 – A questão agrária e a luta pela terra

3.1 Contextualizando a luta pela terra no Brasil

Partindo das transformações ocorridas no mundo rural, procuramos trabalhar na perspectiva das obras de José de Souza Martins que nos traz a questão agrária como tema central para compreensão da complexa modernização brasileira através do sistema de propriedade e das relações de trabalho.

Nesse sentido, o processo de luta pela terra, no Brasil, é longo, complexo e penoso. Seja pela imensidão do vasto território brasileiro, com suas particularidades, seja pela subjetividade de experiências dos participantes desta luta, ou até mesmo pela forma como se conduziu essa relação entre luta pela terra e reforma agrária, política, social e economicamente.

Historicamente, José de Souza de Martins procurou traçar em suas obras, um panorama para o entendimento desta complexa teia que envolve a luta pela terra e o projeto de reforma agrária no Brasil. Considero relevante as obras deste autor, para este trabalho, pelo movimento dialético que ele traz dentro de um processo histórico para compreensão da questão agrária. Com base nesse movimento, é possível compreender essa parte importante da história do Brasil desde o fim do período de escravidão.

Desde os anos de 1850, com a instituição das Leis de Terras que previa a divisão da zona rural em latifúndios, intensifica-se a exclusão do pequeno proprietário e marginalizados. Esta foi instituída como uma importante estratégia dos fazendeiros já prevendo o fim da escravidão com a retirada do Brasil do tráfico negreiro. Desse modo, os fazendeiros mantinham o controle político na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Esta situação tornou-se ainda mais complicada para os pobres e marginalizados do país, com a chegada do imigrante europeu, a partir da década de 1870, que significou ainda mais mão de obra disponível.

Figura 17 – Escravos recém libertos¹²

Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/ha-170-anos-lei-de-terras-oficializou-opcao-do-brasil-peloslatifundios.html>. Acesso em: 20 maio 2021.

Cabe aqui um jogo de palavras: terra livre, trabalho cativo; trabalho livre, terra cativa, representando que no período colonial a terra que era livre, passa a ser sujeita ao controle legal; enquanto o trabalho que era escravo, passa-se formalmente a ser livre.

Este modelo de desenvolvimento centralizador e excludente contribui para um processo lento na tomada de decisões e busca de solução para os problemas no meio rural. Questionamentos quanto a Lei de terra começa a surgir após cem anos de sua implantação, ou seja, na década de 1950. Mas somente em 1980, depois de mais 30 anos, é que protestos sociais mais significativos começam a surgir quando se intensifica a expulsão dos trabalhadores rurais do campo, sendo substituídos por trabalhadores assalariados, além da efervescência do processo de redemocratização.

Essa lentidão ocorre em função dos interesses de classe. Os interesses políticos de uma determinada classe, geralmente dos proprietários de terras, e as necessidades imediatas dos trabalhadores rurais encontram-se em oposição. Essa relação desigual coloca os trabalhadores numa situação de vulnerabilidade e dependência dos proprietários de terra.

Toda essa situação acabou criando uma massa de trabalhadores rurais não contemplados em seus direitos e pouco consciente de sua situação, enquanto se acentua ainda mais os privilégios dos proprietários rurais. Portanto, o trabalhador rural privado de seus direitos e sem

¹² Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades. Fonte: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/ha-170-anos-lei-de-terras-oficializou-opcao-do-brasil-peloslatifundios.html>. Acesso em: 20 maio 2021.

a devida tomada de consciência de sua situação, acaba contribuindo com uma exploração econômica camuflada em sua condição histórica de submissão pessoal.

De acordo com José de Souza Martins, política e historicamente, o camponês foi sendo estigmatizado como sendo incapazes de atuação no debate político, portanto, excluído do processo histórico do qual ele faz parte. Eram vistos como inexperientes diante de causas políticas, necessitando serem representados por organizações numa relação quase sempre desigual.

No assentamento “Che”, duas instituições mais especificamente cumprem esse papel, num primeiro momento, nas palavras de Pelé, um dos entrevistados durante o mestrado: “Nós teve essa educação, orientação porque nós sempre interessou em procurar o pessoal do MST e da CPT que orientava nós” (SANTOS, 2007, p. 62).

No artigo *Revolução e inocência: o perfil político do campesinato brasileiro*, Leandro Santos faz um apanhado das principais obras do autor referente as atuações dos camponeses na luta pela terra no Brasil, especialmente, entre os anos de 1945-1964. Segundo o autor do artigo, estas obras apresentam em seus argumentos, que em diferentes períodos da história dos camponeses em luta pela terra, há intensa e tensa influência da esquerda brasileira, nesses movimentos, inclusive, às vezes, agindo contra os interesses dos camponeses. Segundo ele, há que se reconhecer a importância dos movimentos sociais e político no campo, inclusive como meio de se obter legitimidade diante das reivindicações. O problema, nesse caso, é a “infiltração” e a “instrumentalização” que acaba acontecendo. A própria reforma agrária proposta entre os anos 50 e 60 aparece como forma de instrumentalizar a luta pela terra e qualquer tentativa de se desvincular dessa situação esbarra num “Estado conservador”, numa “burguesia oligárquica” e ainda nos interesses de uma “pequena burguesia iluminista” voltada para uma ideologia liberal e reformista (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, tanto faz se pensarmos em esquerda ou direita no Brasil, ambos, “no afã generoso de ajudar os pobres e as vítimas da sociedade, acabam com sua ajuda cerceando e bloqueando sua imaginação e sua criatividade social e política” (MARTINS, 2003, p. 182). E assim, não resolve os problemas que se apresentam no presente, nem tão pouco os preparam para o futuro.

Para alguns intelectuais, como Oto Santos (1996), por exemplo, era de fundamental importância trazer os camponeses para o debate político como importantes aliados do proletariado e, assim, promover uma revolução popular, no país, como um todo. Mas não foi levado em consideração quais eram as reais aspirações desses camponeses, pelo que lutavam, quais eram seus anseios.

Assim, Martins (1983) faz críticas à atuação do PCB (Partido Comunista Brasileiro) que, percebendo a resistência dos camponeses em “aceitar” os ideais comunistas, negligenciaram ao não reconhecer a diversidade dos diferentes grupos (posseiros, meeiros, empreiteiros, assalariados agrícolas) que, mesmo querendo a luta, estes a buscavam com base em suas necessidades mais urgentes e imediatas. De modo geral, os camponeses queriam uma reforma agrária promovida legalmente, enquanto a esquerda buscava a ampliação do mercado interno.

Para melhor compreender a dificuldade e tensão entre as perspectivas “legalistas” dos camponeses, de um lado, e as de linhas não-pacíficas dos comunistas, do outro, é interessante o depoimento de José Leandro, tentando divulgar entre alguns camponeses cearenses os princípios do *Manifesto de Agosto* (1950), citado por Santos (2006, p. 191-192):

Eu reuni um bom número de camponeses e chamava eles para uma luta mais forte, no rumo da citada pelo *Manifesto de Agosto*. Eu dizia que nós podíamos chegar a fazer uma reforma agrária no pulso e tomar a terra dos latifundiários pela força. O José Gomes [um lavrador companheiro, até aquele momento, seu] perguntou: “E as armas, companheiro, onde é que a gente vai arrumar?” Eu respondi: “As armas estão nas mãos dos soldados, os soldados são filhos dos pobres, a gente chega lá e toma as armas com o apoio deles”. Aí ele disse: “Companheiro, você pode desde já me botar fora desse negócio, me tire dessa lista [...] então como é que o companheiro acha que nós [...] podemos tomar um latifúndio a pulso, sem saber de onde a gente vai tirar as armas? Eu quero dizer para o companheiro que, dessa hora em diante, eu desisto dessa organização (LEANDRO, 1988, p. 62-63).

Leandro (1988) reconhece que os camponeses queriam lutar pela terra, mas com embasamentos legais, usucapião, por exemplo, eram também favoráveis a criação de sindicatos, mas desde que fossem reconhecidos pelo governo. Nessa busca pelo “mais justo”, os camponeses tiveram algumas vitórias, mas também muitas derrotas.

Assim, ainda de acordo com as concepções mais gerais de José de Souza Martins [ano], sobre aqueles que buscam uma terra para trabalho, é preciso reforçar a sua ênfase em destacar a importância e o comprometimento que se deve ter sobre a definição do “sujeito” social. Compreender as ideais, concepções de mundo e, principalmente, as ações destes que são os protagonistas da luta pela terra, é fundamental para que de fato e efetivamente se haja uma reforma agrária nesse país.

A luta pela terra precisa atender aos interesses daqueles que realmente precisam dela para trabalho, como finalidade última de seus interesses, que tenham histórico de vínculo de trabalho com a terra. Muitas vezes, os conflitos de interesses divergentes por parte dos que estão na organização do movimento, podem até arruinar o processo desta luta por não fazer sentido para os mais interessados em se fixarem na terra como meio de trabalho e sobrevivência da família.

A questão agrária mais do que uma questão social precisa se tornar uma questão política – e política social, não política econômica –, e estar atenta às transformações sociais de seu tempo para atender aos seus objetivos e fazer sentido para aqueles que de fato dela tanto precisa. Mas de acordo com Martins (2003), quando isso acontece, ocorre mais pela intervenção dos mediadores ali envolvidos, do que pela tomada de consciência política daqueles que por ela são vitimados. Assim, o que sobressai é uma vontade política de uma classe média, camuflada como sendo daqueles que ali estão como representados, o que acaba caracterizando uma mediação instrumental que não promove autonomia política e deixando de cumprir com a função social dessa reforma.

Na época ainda do acampamento “Che” havia uma “insegurança” por parte dos participantes da luta, sendo a maioria deles pessoas que tinham de alguma forma remota um vínculo com as atividades do campo. Havia entre eles muitas dúvidas do que poderiam enfrentar e muito medo de não dar certo, principalmente, pelos históricos de situações envolvendo muita violência que circulavam na mídia no mesmo período em que estavam acampados. Além disso, poucas informações eram repassadas pelos líderes do movimento.

Mário, entrevistado como *jovem* durante o mestrado e agora como *segunda geração*, traz algo a esse respeito quando questionado sobre algumas “memórias” dessa luta: “às vezes liderança na época, é muita informação que às vezes se engana né. Então assim a gente tem um pouco dessa não é mágoa, mas vamos se dizer assim, com o pé atrás” (Mário, jovem, 2007). Algumas questões envolvendo principalmente o MST e outras lideranças que estiveram à frente do movimento, durante o acampamento, não eram muito bem recebidas por nenhum dos entrevistados durante o mestrado. Eles desviavam do assunto e, percebendo esse “constrangimento”, preferi não voltar a estas questões, até porque, o movimento social em si, não era o foco da pesquisa.

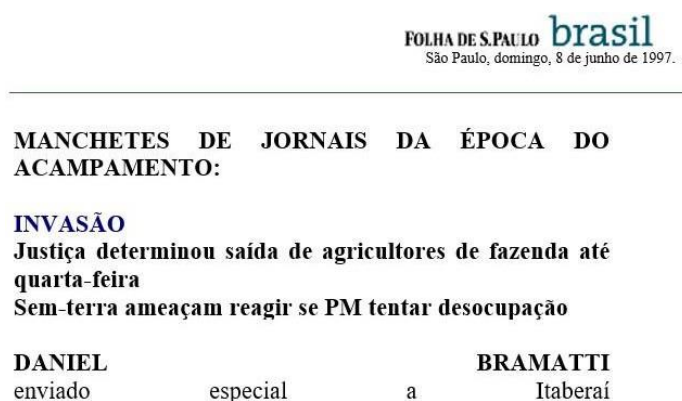
Desta vez, o assunto surgiu novamente quando falamos das “memórias” de todo o processo de luta. Segue, dando continuidade à fala do Mário:

Foi muito bom e importante. Divisa grande na vida de todos, não só nossa aqui, mas de todos, de ter a oportunidade de ter o sustento, de ter a família, de buscar a educação, de né, de ter um lugar, uma raiz, onde, o ser humano ele tem que ter uma raiz, então isso foi muito importante. Só a época lá da luta mesmo, deixa um pouco assim entre aspas “mágoa” as informações falsas porque muita das vezes esse processo que durou de 96 a 99 poderia ter sido mais curto, mas a coordenação na época né, às vezes sair fora do caminho da luta direta para uma conquista mais rápida. Porque era várias lideranças, vários coordenador, uns vinha com as informações distorcidas de outras na época, eu era menino, mas me lembro bem, então o que deixa um pouquinho é só essa questão mesmo (Mário, segunda geração, 2021).

Em geral, as informações eram mais no sentido de montar as estratégias de atuação durante a luta. Mas quais seriam os próximos passos, caso fossem vitoriosos, não era algo bem esclarecido pelas lideranças.

A seguir, destaque para uma reportagem da época realizada pelo jornal Folha de São Paulo, que fazia cobertura dos fatos e que retrata bem esses momentos de tensão vivenciados por aqueles que hoje são os assentados:

Figura 18 – Reportagem feita pela Folha de São Paulo



Fonte: Folha de São Paulo, junho de 1997.

Destaques como este são importantes para retratar as tensões daquele momento. A fala de um importante informante daquela época, que concedeu uma entrevista a este jornal, revela momentos de tensão durante o período em que estavam acampados: "Nós não temos casa, nem emprego, nem terra. Somos os sem-nada. Não temos motivo nenhum para sair daqui, mesmo com o risco de perder a vida", disse José Ferreira, o "Zé do Facão" (FERREIRA, Folha de São Paulo, 1997).

Em outro momento da reportagem, é possível perceber a tensão vivenciada por eles, no acampamento, e como eram orientados sobre os responsáveis por aquela situação: "Se houver um massacre, os responsáveis serão o governo federal, o governo estadual e o juiz Renan de Arimatéia Pereira", afirmou Ferreira (Folha de São Paulo, 1997). Ele afirma que naquele momento havia no acampamento cerca de 150 adolescentes e crianças, e também 20 mulheres grávidas. Todos ficavam impedidos de sair do acampamento por qualquer motivo e estavam sempre vigiados por policiais militares: "A polícia fez disso um campo de concentração. Não podemos sair e até helicópteros ficam nos vigiando", disse Ferreira (Folha de São Paulo, 1997).

Historicamente, pode se dizer que os movimentos sociais, no campo, têm buscado estratégias que possam garantir o sucesso de suas reivindicações. É certo que isso não ocorre

sem conflito, porém, garante reconhecimento por meio de estratégia política que amplia a possibilidade de sucesso de suas empreitadas. Todo esse movimento ocorre sem perder de vista um pensamento conservador, em que se entrelaçam relações de partidos políticos, movimentos sociais e religiosos.

Portanto, para que houvesse sucesso de ambos os lados, era necessário esse movimento de aproximação, não sem conflitos, mas que impulsionasse novas conquistas baseadas nas necessidades de cada grupo. É basicamente nesse turbilhão de conflito de interesses de grupos diversos que a atuação de cada agente importa e evita que apenas um lado seja visto e legitimado.

A igreja católica, por exemplo, entra nesse cenário nos de 1950, com a justificativa de se promover uma maior justiça social, procurando combater a influência do comunismo no campo, sem, contudo, perder o caráter conservador. Sendo assim, não é visto como estranho o apoio da igreja ao golpe de 64, mas com ressalvas. Num primeiro momento, a igreja aparece junto ao Estado, pela coincidência de posições, e em outro, começam a surgir tensões entre os interesses do Estado e da defesa da igreja quanto ao problema da terra.

A igreja passa a atuar mais na luta pela emancipação humana, numa concepção de justiça social em que o humano é sobreposto ao dinheiro. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, passa a ter um papel de destaque importante nos processos de luta pela terra e pela superação das desigualdades sociais, no campo, quando essas lutas se intensificam, principalmente, a partir dos anos 1980.

Só para trazer esta reflexão para nossa pesquisa, temos que, na luta pela terra que deu origem ao assentamento “Che”, a igreja católica, via movimento da CPT, se fez presente, como aparece nas falas dos entrevistados quando questionados sobre as instituições que os apoiaram durante o processo dessa luta. O MST aparece nas entrevistas, mas geralmente está mais carregado de críticas:

A bandeira nossa na época era MST né, então tinha os coordenado do movimento. Tinha a CPT que foi muito importante nisso. Foi uma base pra nós aqui, em remédio, alimento, e até mesmo em segurança, porque através deles acaba que e, ajudava a gente colocar num cenário o risco eminente que tava correndo na época, de luta, de confronto, então a CPT foi muito importante naquela época (Mário, segunda geração, 2021).

Antigamente a igreja católica era mais forte né, a ligação da igreja católica e o MST era mais. A igreja evangélica não tem ligação com esses projetos, tanto que tudo vai fazer é na igreja católica né, tudo é igreja católica, hoje aqui dentro do assentamento a gente tem né, a igreja evangélica e a católica, só porque se você for falar assim ligado ao MST ao sem-terra pra essa área aí, é só a igreja católica, a assembleia num é não, ligada a isso, não ajuda, não tem interesse nisso, a verdade é isso não tem vínculo, não tem. (Drica, segunda geração, 2021).

A igreja católica aparece como apoio em diversos momentos como estes referentes aos cuidados com a saúde e a alimentação. Mas ela também, e principalmente, teve um papel político concludente naquele impasse. Suas intervenções ultrapassavam os limites do acampamento:

Antigamente a igreja católica tinha uma força muito grande, no início (acampamento), a igreja evangélica também deu, mas a igreja católica tinha mais força, então eles ajudou mais, eles orientou até os governantes na época, pra tá facilitando a terra ser liberada né, porque se não fosse isso também as coisas tinha dificultado mais. Teve esse apoio nesse ponto (Júlio, segunda geração, 2021).

Paróquia ajudou nós, os padres ajudou muito nós, o padre Elégio, ele que era nossa, era o nosso Salvador né, o as outras igrejas evangélicas também ajudou, e igual eu falo pro pai, a gente não pode ser hipócrita, mas quem ajudou mais foi a paróquia, a paróquia nunca esqueceu do assentamento, nunca esqueceu, com tantos problemas que deu até hoje tem a Eleuza lá em Itaberaí, sempre eles lembra da gente, sempre lembra. Mas muitos, muitas agora já outros é o MST esses aí abandonaram nos (Renata, segunda geração, 2021).

A igreja católica ela ajudou bastante as pessoas né, em questão de orientação mesmo a cabeça, questão de de auxiliar mesmo assim, as vezes alimentação, a igrejas teve muita importância aqui dentro do assentamento. Aí teve o MST na época era o movimento mesmo dos sem terra, também que ajudava bastante (Max, segunda geração, 2021).

Retomando a reflexão anterior, Martins (1986) nos apresenta dados da política agrária definida pela ditadura militar, através do Estatuto da terra (1964) que, segundo ele, surgiu menos para resolver problemas de ordem econômica, e mais como estratégia organizada para o esvaziamento das lutas no campo.

Antes do golpe militar, entre 1950 e 1960, as terras novas foram ocupadas do seguinte modo: 85% para estabelecimentos com menos de 100 ha e 15% para estabelecimentos com mais de 10 ha. Já na vigência do Estatuto, entre 1960 e 1970, essa distribuição de terras novas sofreu modificações beneficiando os grandes proprietários: 35% dessas terras foram para os pequenos e 65% para os grandes. Entre 1970 e 1980, a década da grande violência no campo, os pequenos receberam 6% das terras novas e os grandes ficaram com 94% (Martins, 1986, p. 49).

Quadro 1 – Ilustrativo da distribuição de terras

QUADRO ILUSTRATIVO			
DISTRIBUIÇÃO DE TERRAS			
ANTES DA DITADURA		DEPOIS DA DITADURA	
1950 - 1960		1960 - 1970	
Menos de 100 ha	Mais de 100 ha	Menos de 100 ha	Mais de 100 ha
85%	15%	35%	65%
ANOS DE MAIOR VIOLÊNCIA NO CAMPO			
1970 – 1980			
menos de 100 ha		mais de 100 ha	
6%		94%	

Fonte: Elaborado pela autora (maio de 2022).

O que se assiste, nos anos seguintes, são sinais de um total despreparo, por parte dos militares, em lidar com os conflitos no campo, e uma agenda de reivindicações de questões agrárias importantes que são levadas à diante somente por representantes, por grupos de mediação, intensificando a ideia de que “*aquele que faz, não é aquele que pensa*”. Nesse sentido, a luta pela terra como meio de revolucionar, reorganizar bases locais através de uma democracia participativa, é mais significativo do que a propriedade da terra propriamente dita.

E são exatamente esses movimentos que foram constante e violentamente reprimidos, a exemplo do que ocorreu em Trombas e Formoso¹³, que tem encontrado força para resistir e continuar a luta em busca de terra para trabalho. O estado procura se antecipar ante as reivindicações da luta no campo, esvaziando os encaminhamentos políticos das questões agrárias por meio dos grupos de mediação.

Mas, os envolvidos nos movimentos de luta pela terra não sucumbiram à violência, nem tampouco se mostram passivamente reprodutores daquilo que espera seus mediadores. Ou seja, não se colocam apenas como “sujeitos” desta luta, mas sua força, coragem e capacidade de se organizarem em busca do objetivo comum, mesmo quando se sentem abandonados pelas instituições que deveriam apoiá-los, têm demonstrado que são “agentes” de construção de suas próprias realidades, de suas próprias histórias. “Agentes” *de* história e *com* história. Histórias como as que o Júlio nos relata em sua entrevista quando questionado sobre todo o histórico do assentamento:

¹³ A Revolta de Trombas e Formoso ocorreu na região norte do Estado de Goiás, de 1950 a 1957, chegando a receber até 06 famílias de migrantes nordestinos por dia. Disponível em: <https://trombaseformoso.cidarq.ufg.br/p/11836-linha-do-tempo>. Acesso em: 10 jun. 2022.

No início foi complicado né, o povo discriminava muito essa luta da terra. O povo ficava falando: ah, olha o sem-terra... essas coisas né, era complicado no início. Até o povo que tinha um poder aquisitivo maior até isolava nós. Mas hoje isso não acontece mais, né. Pra nós, é igual meu pai tava falando, é muito bom (o assentamento), porque hoje eles vê com outros olhos. E a gente enxergou outras oportunidades, muita coisa através disso aqui, se não fosse talvez nós não taria hoje do jeito que tá, então abriu nossos olhos, abriu. Você cresce mentalmente, e vê como pode mexer com agricultura. Tem muita gente na pobreza ainda e não deveria estar na pobreza e está, porque o governante não pensa. Igual eles promete, ah vou fazer isso e não faz, então nosso país tinha condição de ser um país melhor, se nossos governantes pensassem diferente. Mas a gente não espera só o governo não. O assentamento Santa Rosa cresceu muito nos últimos 2 anos, tanto financeiramente, tem muita gente aqui que graças a Deus deu conta de dar uma crescida financeiramente, e tá muito bom aqui o assentamento. Então o pessoal tá crescendo muito (Júlio, segunda geração, 2021).

Nesse sentido, para se compreender a complexa rede que envolve um assentamento rural é preciso se atentar para a diversidade historicamente construída das relações sociais, da vida social dos agentes presentes no contexto dessa luta, tão *complexa* e, ao mesmo tempo, tão *completa* para se compreender o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira. Daí, mais uma vez, destacamos a importância do movimento dialético para compreensão desta pesquisa.

Ainda na entrevista com o Júlio, quando questionado sobre o futuro no assentamento, ele traz uma informação anunciada pelo governo atual e que eles consideram um passo muito importante para os assentados:

O que poderia ser feito pra melhorar mais ainda era escriturar né, todo mundo. Pra pessoa ter oportunidade de ser o real dono né, então ter uma garantia né, pessoa ter uma garantia. Se ele não for escriturado não tem essa oportunidade, igual tem aquele pequeno produtor que é escriturado, nós não tem mesma oportunidade que eles hoje, né? (Júlio, segunda geração, 2021).

Esta é uma notícia muito esperada e que agrada a todos os assentados que aguardam pelo título definitivo de sua terra. Porém, até o final da pesquisa de campo, não se tinha nenhuma data definida ainda. O programa indica que será realizado em parceria com os municípios, conforme informações a seguir:

Figura 19 – Titula Brasil



Fonte: Incra (maio, 2022)¹⁴.

3.2 Os agentes desta luta

Compreender o debate em torno da reforma agrária como uma questão social relevante, requer compreender também o “sujeito social” ali envolvido. Estudos têm demonstrado uma grande diversidade entre os participantes desta luta, desde sempre, seja ela de ordem social ou até mesmo do modo como estes interpretam sua existência e do próprio movimento em busca dessa terra. Por conter aspectos tão contraditórios e interesses divergentes, o debate em torno da reforma agrária e das lutas para realizá-la se faz atual e necessário.

Para Martins (2003), no contexto histórico brasileiro, o camponês sempre ocupou uma posição de excluído, politicamente, visto como não preparado para o debate político, necessitando, portanto, ser representado por “grupos políticos mais experientes”, geralmente grupos urbanos. Essa situação acaba gerando um certo descompasso entre o problema da questão agrária e a conscientização da população sobre a reforma agrária. “Ora o problema é grave e a consciência é superficial, ora o problema é menos intenso e a consciência é dramática” (MARTINS, 2003, p. 165). Trata-se de conhecer quem é esse sujeito, quais são os aspectos econômicos, políticos e sociais que formam esse sujeito que parte em busca de terra para trabalho.

É preciso uma ampla visão do que ocorreu no Brasil para compreender melhor o contexto de surgimento da reforma agrária e suas limitações como medida revolucionária.

¹⁴ Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/titulabrasil>. Acesso em: 20 maio 2022.

Historicamente, pensando no sujeito dessa reforma, temos no início os indígenas (grupo contrário aos interesses da coroa portuguesa), juntando-se a eles os migrantes nordestinos, trabalhando na Amazônia mediante pagamento de renda em trabalho, e os negros após o fim da escravidão, no Brasil. A partir desses grupos de excluídos, surgem as primeiras ideias das ligas camponesas, segundo Martins (2003).

Na região sudeste prevaleceu o regime de colonato, com a mão de obra dos imigrantes estrangeiros. Estes, por sua vez, com a crise provocada pela modernização do campo, aderiram mais à formalização das relações de trabalho no campo do que às questões referentes a reforma agrária, diferenciando-se do primeiro grupo (indígenas e mestiços) que já haviam experimentado o sistema de escravidão por dívida na Amazônia. Em geral, o processo histórico e social de vida dos que partem para a luta, desde a implantação da Lei de terras, se apresenta como um processo diverso e conflitante.

Cada um com suas necessidades e modo de pensar essas lutas, com diferentes histórias de vida. Essa falta de homogeneidade reforça a ideia de que são pessoas que não conseguem ter estabilidade no mercado de trabalho nas cidades (subempregos), e que muitas vezes não necessariamente tem uma ligação com o meio rural, mesmo que remotamente, como se observa nos depoimentos de alguns assentados (SANTOS, 2007):

Antes de chegar ao movimento (MST), eu não sou daqui eu sou do Estado da Bahia, eu trabalhei muito tempo em Goiânia, depois vim pra Goiás (Cidade de Goiás) aí conheci minha esposa, casei, né. Trabalhava no frigorífico de Goiás Velho. Aí era um abre e fecha danado, aí ficava empregado um tempo, o outro tempo desempregado. Vivi com meu sogro quando eu casei. Aí a gente quando estava trabalhando ajudava, na hora que não estava era ele que mantinha. Então depois que eu saí do frigorífico, ficou brabo pra mim porque eu não tinha futuro. Às vezes você tem emprego, hoje tá empregado, amanhã tá desempregado. Não tem segurança. Pra mim aqui (assentamento) é meu futuro. Lá fora a pessoa que tem a quarta série, ela não vai conseguir emprego que compensa na cidade. Então meu futuro é aqui (Josué, assentamento “Che”).

Eu morava na cidade pagando aluguel, os filhos começaram a trabalhar muito cedo. A gente sempre foi fraca de situação, então era uma vida muito corrida, tendo de pagar aluguel, água, luz, comprar de tudo para os filhos na escola. Era difícil. Então eu dou muito valor nesse pedacinho de terra aqui, porque foi um sonho. Pra mim significa tudo. Pra quem não tinha nem uma casa pra morar na cidade, essa terra significa riqueza, né? Porque se a gente quiser trabalhar na terra você tira bem dizer tudo, a gente não precisa comprar quase nada se tiver coragem de trabalhar (Dona Vanda, assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Como se percebe nessas entrevistas e também nas observações realizadas em campo, as famílias que participam da luta pela terra são geralmente numerosas, extensas e não se restringe apenas ao núcleo familiar (pai, mãe e filhos), inclusive, abarcando mais que uma geração. É muito comum que, durante o acampamento, ainda, antes de conquistar a terra, quem vai

primeiro são os mais velhos, como no caso do Josué que vivia com os sogros. Como estratégia, ele ficava na cidade para trabalhar e garantir o sustento dos sogros, da esposa e da filha durante o acampamento.

Além dessa rede de parentesco, os assentados mantem firmes os laços de amizades construídos desde os tempos do acampamento:

A gente sofre muito, mas não sei por quê, mas quando a gente tá num acampamento, aquela turma toda unida, a amizade é muito forte. A gente vive como uma família, não passa a ser só amigo. Ali, se a gente precisar um do outro, qualquer coisa, tá pronto pra servir a gente. Parece que a luta, o sofrimento faz a gente formar amizade, alegria. Tristeza não tinha. Só alegria (Dona Valdeci, sobre a união no acampamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Embora esses laços de solidariedade sejam construídos durante o acampamento, conforme relata dona Valdeci, eles, em geral, não se firmam quando já estão assentados. Seja pela distância dos lotes demarcados, já que eles não podem escolher onde vão fixar residência, seja pela falta de afinidade pessoal ou pela falta de habilidade em trabalhar com o coletivo, na terra, o que acaba intensificando ainda mais a venda do lote.

Sair desta “sombra”, se libertar desta condição, emancipar-se é uma dificuldade imposta muito mais pela ação desses mediadores do que pela condição daqueles a quem a luta realmente Apesar das diversidades, essas histórias convergem para um ponto em comum: são reflexos da desordenada modernização do campo vista como condutora do desenvolvimento social. E é daí que surge essa “massa dos deserdados” que acabam sendo conduzidos para a reforma agrária sem que haja antes uma conscientização do que seja a luta pela terra. Estas histórias revelam a fragilidade de uma classe subalterna que busca seu lugar na História. Mas uma classe que está sempre à sombra de um mediador, seja ele Estado, grupos políticos ou religiosos (MARTINS, 2003).

interessa. De acordo com Martins (1989), esse problema reside historicamente num pacto com origem ainda no regime militar, em que se coloca como figura única, capitalistas e latifundiários. Esses mediadores acabam dificultando, enfraquecendo as ações dos trabalhadores ao invés de garantir a eles esclarecimentos quanto ao processo de luta pela terra.

Sendo assim, as dificuldades não estão na ação dos pobres que tentam se livrar do domínio político, religioso e ideológico de sua condição, mas sim nos grupos de mediadores que não conseguem perceber as transformações que estavam ocorrendo, pela incapacidade de seus esquemas teóricos e pelo autoritarismo de suas orientações políticas. Essa é uma crítica que aparece fortemente nas obras de José de Souza Martins, o que colaborou ainda mais para a sua utilização.

Em outras palavras, aqueles que deveriam contribuir com o processo de emancipação dos pobres da terra acabam apresentando um discurso libertador frágil separado da ação libertadora. A categoria “sem terra” não é homogênea. Em geral, grosso modo, ou foram eles mesmo “expulsos” da terra, no passado, ou são oriundos da categoria dos pequenos produtores que também, no passado, não conseguiram se expandir diante da força imposta pelo grande capital no campo. É possível perceber que ambos estão ligados pela mesma condição de não conseguirem se manter no modelo de desenvolvimento econômico imposto para o campo que, ao seu turno, só favoreceu os grandes proprietários de capital.

Esse longo período de conhecimento do assentamento “Che”, nos dá uma ideia dessa fragilidade, dessa falha do esquema teórico, de se olhar para essa categoria de maneira ampla, capaz de diversificar o modo de conduzir as necessidades reais daqueles que são agentes de seu próprio destino. Isso reflete nas dificuldades de se garantir o sucesso dos assentamentos, como o senhor Milton apresenta em sua entrevista:

Tem uma coisa que eu quero falar. É assim: nós ganhamos a terra aqui numa luta, né? Já tem cinco anos que nós tamo aqui em cima do lote. O INCRA, pois nós na terra, dividiu, deu um dinherim pra comprar um gado, e sumiu pra lá! Cê entendeu? Não tem assistência de INCRA, de governo, né? Não tem nada. Aí não tem jeito. Cê pejeja pra plantar, planta um arroz aqui no coletivo não dá certo porque tem uns que são unidos outros é desunido. Então é essa coisa, sabe? O INCRA abandonou o assentamento, não dá assistência, não tem agrônomo aqui, não tem nada. O MST ajudou conseguir a terra e sumiu pra lá. Nunca mais voltou. Quando nós morava na cidade, nós trabalhava na rua, tinha uma vidinha lá. Nossa casinha nós comeu ela debaixo da barraca. Aí eu achei que desde que fez um assentamento desse tamanho, tinha que ter uma autoridade aqui dentro. Aqui não tem autoridade pra nada. É gente vendendo, é gente comprando, trocando, gambirando. Os que ficou aqui na luta da terra desde o início mesmo, são poucos (Sr. Milton, assentamento “Che” *apud* SANTOS, 2007).

Percebemos como se faz necessário o que José de Souza Martins enfatiza em todos os seus estudos sobre o meio rural, e que tomamos como fundamental, nesta pesquisa: a importância do olhar sociológico para o “sujeito sem-terra”, não como alguém que se “sujeita”, mas como um agente potente, transformador de seu destino, de sua história.

Não somente em seu livro *O sujeito oculto*, de 2003, mas em toda sua obra que trata sobre o tema, José de Souza Martins mantém uma postura crítica quanto às ideias que se criam, que se formam sobre a figura do *camponês*, do *sem-terra*. Para ele, as palavras *camponês*, *campesinato*, *caipira*, *caiçara*, *caboclo* entres outras usadas para designar o homem do campo nas várias regiões do país, são palavras “depreciativas”, que chegam a ser, segundo o autor, “ofensivas”, Martins (1983, p. 22). Nesse mesmo sentido, segundo ele, formou-se uma cultura do desprezo, que tentaram amenizar com a ideia de “tutela”, mas que fundo representa a mesma

coisa: “a ideia de que os pobres do campo precisam de quem fale e aja por eles”, Martins (2003, p. 224).

É essa postura de pessoa ativa, daqueles que vão à luta, que buscam atingir seus objetivos, que não ficam à mercê da própria sorte, que questionam, querem aprender que encontramos nos assentados desta pesquisa. Eles procuram manter um espírito de união que os fortalecem para prosseguirem na luta do cotidiano, como vimos no relato de Renata sobre ela, os irmãos e os amigos conseguirem permanecer na terra:

O Max tá aí, lutando, tentando né, no terrenim, igual meu irmão, minha irmã, meu outro irmão prosperou uai, ele ganhou terrenim dele e tá na luta. Hoje ele tem a renda dele, hoje ele tem como sobreviver, tira o leitinho dele, planta os trem dele, tem como sobreviver né? (Renata, segunda geração, 2021).

Historicamente, o trabalhador rural nunca deixa de lutar, de sonhar com sua emancipação. No mundo todo, a história das grandes revoluções do último século passa por essa ação dos camponeses, dos trabalhadores rurais no mundo todo. Foi assim na Revolução Russa, Chinesa, as guerras em busca de libertação, na África, e até na Revolução Francesa, ainda no século XVIII. No Brasil, também não foi diferente. Temos a revolta do Contestado (Santa Catarina), Canudos (Bahia), e até mesmo exemplos aqui em Goiás, na revolta camponesa de Formoso e Trombas, já citado anteriormente. Todos envolvendo situação de muita pobreza e desfecho marcado por uma forte e violenta repressão.

Somente nesses cenários de extrema violência é que foi possível pensar em alguma forma de mudança social que suprisse a falta de direitos políticos e sociais, ainda que o custo tenha sido alto demais. No Brasil, essas mudanças ocorrem no campo e, também, na cidade, mas de modos diferentes.

No campo, as revoluções foram duramente combatidas pelos militares, enquanto na cidade tínhamos as transformações acontecendo antecipadamente, com o próprio governo se adiantando às reivindicações dos trabalhadores urbanos e concedendo alguns direitos antes mesmo que fossem reivindicados, a fim de se evitar maiores conflitos. Desse modo, temos o exército combatendo violentamente as revoluções camponesas, no campo, enquanto na cidade, as “revoluções urbanas” são conduzidas pelos próprios militares.

Nesse cenário de transformações, algumas mudanças, embora não sejam as únicas, merecem destaque: na economia houve mudanças nas relações de trabalho e na relação de propriedade, na qual trabalhadores foram expulsos porque a presença deles já não era necessária para se garantir que a terra fosse considerada produtiva, a terra passou a ter mais consistência jurídica. Na questão religiosa, ocorreram importantes mudanças. A igreja católica que muitas vezes representava os interesses do Estado e dos proprietários com o seu tradicionalismo, passa

a se posicionar mais ao lado dos trabalhadores rurais expulsos da terra, dos imigrantes, enfim, dos excluídos. A partir dessa mudança da igreja vão surgindo novas denominações religiosas por todo país, que também passa a apoiar esses grupos de marginalizados.

As religiões pentecostais aparecem como apoio aos recém-chegados à cidade, aos imigrantes expulsos, “libertos” do campo, do curral político e do monopólio do catolicismo, no meio rural. Nesse novo contexto, os evangélicos além de cooptarem essas pessoas em suas novas condições de exclusão, fazem uso da situação para entrar no meio político, ressaltando o caráter messiânico presente, muitas vezes, nos movimentos sociais, sobretudo no campo.

Na política, com a expulsão em massa desses trabalhadores, houve por consequência o esvaziamento dos chamados currais eleitorais e os proprietários (coronéis) deixaram de ter influência sobre os trabalhadores. Apesar da violência presente nessa situação, apesar do aspecto doloroso dessa ruptura, pode-se observar alguns avanços políticos presentes nos resultados das eleições, principalmente, em estados onde essa prática era muito comum, como no Acre, Rondônia, Mato Grosso e em Goiás.

Com essas mudanças ocorridas no meio político, como forma de representação dos trabalhadores rurais, o discurso era de unificar as lutas do campo no tema da reforma agrária. Mas esta, historicamente, já se encontrava fora do contexto das lutas camponesas, da luta pela terra. Houve, então, uma separação entre luta pela terra e reforma agrária, entre aqueles que pensam a reforma e aqueles a quem realmente interessa a luta. E mais uma vez, o principal interessado está posto como pano de fundo, em segundo plano. O Estado, astuta e politicamente, fazendo a cooptação de agentes, “representantes dos trabalhadores rurais”, acentua essa ruptura, esse distanciamento que os separa cada vez mais dos interesses das lutas populares. E esse impasse não é simples de resolver.

A luta pela terra não se encerra quando os trabalhadores conseguem a posse da terra. Com muito mais intensidade, inicia-se aí a emancipação do trabalhador rural com maior participação política, se organizando enquanto sociedade civil capaz de gerir politicamente o poder local em favor de seus interesses e necessidades. A exemplo do que aconteceu aqui em Goiás, na região de Trombas, em que famílias inteiras vindas principalmente da região nordeste, para fugir da seca, são atraídas pela fertilidade da região.

Ali, os camponeses começaram a se organizar, produzir e prosperar, o que acaba despertando a ira dos grandes proprietários daquela região. No início dos anos 50, houve naquela região um grande conflito na disputa pela terra. José Porfírio, líder do movimento eleito pelos posseiros, passa a organizar a região e lutar pela legalização daquelas terras. Isso o torna um homem politicamente conhecido e, em 1962, os trabalhadores rurais daquela região o elegem a deputado estadual. Mas... Tudo muda após 1964. Só o que não mudou foi a capacidade

de se reinventar dos trabalhadores rurais e, assim, continuarem nessa luta difícil, desigual e, por isso mesmo, muito perversa.

Os sujeitos dessa luta, ou melhor, como consideramos mais adequado defini-los, os agentes dessa luta, camponeses expulsos da terra, não são, em geral, considerados os protagonistas da luta pela reforma agrária. Atribuem a eles uma falta de consciência política capaz de elucidar as questões que envolvem o direito à terra, ou melhor, o direito ao trabalho na terra. Às vezes, faltam-lhes clareza sobre o ideal da reforma agrária. Uma clareza que lhes aparece oculta em face do histórico de sua existência social, de sua situação e condição socialmente imposta ao longo de sua história de vida. Mas esta situação não se torna determinante para que estes agentes não prossigam com suas lutas e também os impeçam de obterem êxito, em condições tão adversas, tão (quase) propositalmente incapazes de lhes garantir sucesso. E o assentamento Che tem se mostrado um bom exemplo dessa luta e resistência.

Esta condição coloca esses agentes numa situação de duplicidade, na qual se veem divididos entre ser o trabalhador, categoria definidora de sua história, e, ao mesmo tempo, ter de aprender a ser o proprietário da terra. Sejam eles os trabalhadores rurais da Amazônia dos anos de 1970, que lutavam para defender as terras que ocuparam com a ideia de serem devolutas, sejam eles os trabalhadores camponeses do Sul e Sudeste, ou até mesmo os assalariados. A consciência que os levam a lutar por uma terra para trabalho é histórica e politicamente determinada por suas condições, das mais adversas, mas nunca limitadas.

Para a compreensão da complexidade desses agentes, faz-se necessário um estudo que leve em conta a sua historicidade. A história não pode ser deixada de lado quando se trata de conhecer a nada simples teia de relações que compõem a vida desses agentes que partem em busca de terra para trabalho, sustento da família e, também, lugar de sossego e tranquilidade que garantam qualidade de vida.

Capítulo 4 – Assentamento “Che”: Perspectivas da Segunda Geração

4.1 Segunda geração de assentados: breve conceito e experiências

Um dos objetivos principais deste trabalho refere-se à compreensão do percurso daqueles jovens que já haviam sido entrevistados para minha pesquisa de mestrado. Com um intervalo de mais de dez anos, o modo como estes conduziram suas vidas e suas experiências no assentamento reflete como a participação no processo de luta pela terra contribuiu com a formação desta segunda geração. Há uma recorrente valorização nas falas dos entrevistados sobre o aprendizado envolvendo a luta que vivenciaram ao lado dos pais, como revela Fabrício, entrevistado desta segunda geração:

Ah pelo que nós lutou né, pelo que nós lutou pra trás, nós passou né, e tem valido a pena hoje, pelo que nós viveu, nós sofreu, nós sorriu, chorou, mas valeu a pena, ter a terra hoje. Significa tudo né, tudo de bom aqui na nossa vida, bom de mais, rs. Eu não tenho nem palavras às vezes, é bom demais ser um assentado, ter a terra pra trabalhar. Muitos querem ter uma terra e não tem né, e não consegue, e a gente ter esse pedaço de chão aí, é bom de mais, gratificante né, eu só tenho que agradecer, primeiramente a Deus né, e a luta que nós teve também, se não fosse a luta nós não tinha essa terra. Por isso que eu valorizo muito essa terra que eu tenho. Tem uns que até nem valoriza, que ganhou junto comigo, não valorizou, perdeu, vendeu, perdeu, hoje taí, sofrendo (Fabrício, Assentamento “Che”, 2021).

Essa valorização e reconhecimento da importância da luta aparece no modo como conduzem suas vidas atualmente e como eles olham para o futuro dos filhos, como tem acontecido na sucessão de uma geração (dos pais), para a outra (filhos) no assentamento “Che”. Continuando, a fala de Fabrício sobre seus filhos e o desejo que ele tem de que eles ali permaneçam: “criado tudo aí né, na terra, nasceu praticamente aí, nasceu no hospital né, mas foi criado aí, na terra, junto com nós né, não nega a raça não, vai embora, toca o barco pra frente”. (Fabrício, Assentamento “Che”, 2021).

Para elucidar o fenômeno que envolve o conceito de “geração”, e o modo como essa nova geração de assentados têm pensado e conduzido suas vidas, consideramos algumas contribuições de Mannheim [19--], para quem o conceito de gerações está ligado às ações e expressões de determinados grupos. E para compreender as ações desse coletivo enquanto grupo faz-se necessário uma análise histórica, política e social no nível macro. Para o autor, também é importante uma análise do conhecimento, desse grupo, adquirido nos espaços sociais de experiências, ou seja, no nível micro.

Desse modo, é fundamental, para esse autor, partir das relações com o meio social para

se compreender o fenômeno das gerações. E é nesse sentido que as suas contribuições são pertinentes para esta tese. Assim, podemos compreender melhor como as relações com o meio social, com as experiências vividas no processo de luta pela terra, com a formação e aprendizado que esse grupo experimentou, e a continuidade desse processo depois de assentados influenciaram e influenciam os atores na construção desta segunda geração, ainda que hoje não estejam morando efetivamente no assentamento, como é o caso da Drica, cujo os pais ainda moram:

É um aprendizado, tudo que a gente passou, tudo que a gente sofreu, e dá até pra gente valorizar o que a gente tem né, o que aprendeu. Eu sei assim por mais que eu que eu não me veja morando na fazenda, tem muito que eu aprendi muito, hoje se você me perguntar isso, se você fala assim melancia, eu sei como é que funciona, como que tem que ser, apesar de não plantar, mas todo o processo, sei todo aprendizado isso faz com que a gente valorize as coisas que a gente tem, o tanto que a gente sofreu, para conseguir o que a gente tem hoje. Eu acho importante tudo que a gente passou, saber o que passou no passado para saber o que vai ser o futuro, eu acho importante isso (Drica, Assentamento “Che”, 2021).

Drica acompanhou os pais durante o acampamento, conheceu o seu esposo desde essa época. Casaram-se e, atualmente, moram na cidade de Itaberaí. Importante destacar que ambos são filhos de assentados. Não permaneceram no assentamento porque na redistribuição¹⁵ não foram contemplados:

Na verdade a associação daqui achou por bem, porque cada um puxa pro seu saco né? Eu e o Fábio achava que tinha direito, que nós crescemos aqui, nascemos aqui desde quando começou, e outros que chegaram, filhos de comprador que tava aí, chegaram aí cada um puxa pro seu lado da associação, então montou, jogou todo mundo, e sorteou entre todos, todos, todos que quisessem entrar, podia entrar. Ninguém assim dos mais velhos, ninguém pegou, só os mais novos, então pra nós foi decepcionante (Drica, segunda geração, 2021).

Quando questionada sobre os motivos de não estarem mais morando no assentamento, Drica deixa explícito que esta questão da redistribuição foi central para saída deles do assentamento:

Não ter o nosso pedaço, não ter uma área pra nós. Assim, tem a área da mamãe, mas a área da mamãe é pra o sustento dela, tem área do meu sogro mas também é, porque se a gente dividiu a terra no meio, não dá nem pra nós nem pra eles né? Então na verdade o que motivou mais a nós sair, é não ter um lugar pra nós né? Estaria aqui até

¹⁵ Houve uma redistribuição de alguns lotes que faziam parte da sede da fazenda (núcleo comum). Mas os assentados não chegaram a um acordo quanto ao impasse: realizar sorteio entre os filhos de assentados ou abrir o sorteio para outros que cumprissem os requisitos de um candidato a ser assentado. Todos entraram no sorteio geral. Dos oito entrevistados desta segunda geração, somente um (Fabrício) foi contemplado. Os outros sete ficaram de fora e destes, duas estão na cidade de Itaberaí, e cinco seguem morando no assentamento: Cristal (lote da mãe), Mário (lote da sogra), Renata (lote do pai), Max (lote dos pais), Júlio (lote dos pais). Segundo informações de alguns dos entrevistados, a maioria dos que foram sorteados já venderam o lote, não estão mais neste assentamento. Essa situação gerou um descontentamento entre todos, especialmente, entre esta segunda geração.

hoje. Se tivesse tido um pedaço de terra estaria aqui até hoje. Com certeza (Drica, segunda geração, 2021).

A análise de Karl Mannheim [19--] em “O problema das Gerações” colabora de forma significativa para o desenvolvimento de estudos voltados para temáticas relacionadas às gerações contemporâneas. Durante este estudo, o autor analisa duas vertentes teóricas antagônicas: uma positivista e a outra romântico-histórica.

Em diálogo com alguns autores, entre eles Comte e Hume, Mannheim [19--] explica que a primeira vertente (positivista) analisa o problema a partir de fatores quantitativos, enquanto a segunda (romântico-histórica) analisa o problema com base em fatores qualitativos.

Ao refletir sobre o problema das gerações com vários autores da corrente romântico histórica, dentre eles, filósofos e historiadores como Dilthey e Pinder que compartilham da importância de se levar em consideração as diferenças geracionais, Mannheim [19--] afirma que é um erro dizer que há uma única verdade do problema das gerações, “na medida em que se pode estabelecer o ritmo de gerações, que surge em intervalos regulares” (MANNHEIM, [19--], p. 129). São os processos sociais que influenciam o fenômeno das gerações. E os processos sociais vivenciados por esta segunda geração de assentados influenciaram o modo como eles conduziram e ainda conduzem suas vidas nos dias atuais, ou seja, o modo como passam suas experiências para os filhos, como acompanhamos na entrevista com Renata:

Assim, o projeto igual meus meninos, o projeto deles, eles querem trabalhar na roça. Eles falam, meu menino mais velho mesmo fala: Eu quero trabalhar na roça! Ele quer estudar e falou que vai estudar para ser operador de máquinas né? E trabalhar na roça. E isso, é o exemplo, porque nós aqui é agricultor, mexe com essa área. Lá na Bahia os avós dele também é de assentamento. Quando nós sai daqui nós vai é pra lá, é um assentamento também né? É do meu sogro, assentamento também (Renata, segunda geração, 2021).

Um pouco mais adiante, na entrevista, Renata fala da inserção de seu filho mais velho na lida da roça, do trabalho como faz o pai e o avô:

Igual eu falo, meus meninos vai aí pelo mesmo lado né, porque é igual o meu menino mais velho, ele já tem 14 anos. Mas já faz serviço de roça. Ele cata milho, já tem pessoas que chama ele pra trabalhar, o serviço que ele dá conta né? Catar milho, tirar leite, já sabe mexer num trator, já sabe capinar, já sabe dar uma roçada. Então vai no mesmo padrão nosso mesmo, meus meninos aí. Tá indo no mesmo caminho graças à Deus. E cidade, fala em cidade... nosso Deus! Num gosta de jeito nenhum, não gosta de cidade de jeito nenhum (Renata, segunda geração, 2021).

O artigo com o título “O conceito de geração nas teorias sobre juventude” foi apresentado no primeiro Fórum de Sociologia da ISA (Barcelona, Espanha, 5-8 setembro de 2008), intitulado “Growing up in a liquid world: Youth questions and public debates”,

organizado por Carlos Feixa e Carmem Leccardi, e traduzido para o português por Lucélia de Moraes Braga Bassalo. O texto nos traz uma boa reflexão sobre os conceitos historicoromântico de Dilthey, utilizado por Mannheim [19--], em seus estudos sobre gerações:

Para Dilthey (1989) as gerações são definidas em termos de contemporaneidade e constituem num conjunto de pessoas sujeitas em seus anos de maleabilidade máxima a influências históricas comuns (intelectuais, sociais e políticas). Em outras palavras: consiste de pessoas que compartilham o mesmo conjunto de experiências, o mesmo 'tempo qualitativo'. A formação das Gerações foi conseqüentemente baseada na temporalidade completa constituída de acontecimentos e experiências compartilhadas (FEIXA e LECCARDI, 2010, p.188).

De acordo com Mannheim [19--], a investigação científica sobre o problema das gerações deve partir primeiramente do repúdio às considerações que não estejam ligadas aos processos sociais e a influência desses processos, de fato, nas gerações. E, em segundo lugar, deve se considerar, ao investigar o problema das gerações, o movimento biológico imerso no movimento dos acontecimentos sociais. Em tempo, afirma que se a investigação do problema de as gerações não perpassar por esses fatores, “todas as potencialidades proveitosas na formulação original do problema acabam por ser abandonadas à sua solução”, (MANNHEIM, [19--], p. 129).

Segundo Mannheim [19--], o problema das gerações torna-se necessário para se compreender a estrutura dos movimentos sociais, bem como intelectuais. O autor demonstra que os indivíduos de uma mesma geração podem estar ligados, mas não são fatores quaisquer (idade, aspectos biológicos) que os ligam e os definem como um grupo concreto. Para se compreender o problema sociológico das gerações é necessário que se atribua uma relevância sociológica a esses dados anteriores.

Mannheim [19--] considera que a análise do problema das gerações deve se estender para além do grupo social concreto e ressalta que, nesse grupo, deve-se considerar as posições semelhantes destes indivíduos em uma estrutura social. E a partir desta análise é possível compreender o problema das gerações, entendendo que “a unidade de gerações é constituída essencialmente por uma semelhança de posição de vários indivíduos dentro de um todo social”. (MANNHEIM, [19--], p. 134).

Aqui vale destacar a importância da análise de um tempo que não pode ser mensurável, mas pode ser apreendido qualitativamente. Dilthey traz o conceito qualitativo de tempo em que a noção de vínculo geracional é fruto das experiências vividas na contemporaneidade.

Indivíduos que crescem como contemporâneos tem maior disposição a receptividade e compartilham influências homogêneas. Porém, contemporaneidade não significa uma data

cronológica, mas sim influências similares existentes em um dado momento histórico. Nesse sentido, nas entrevistas do assentamento “Che”, em 2021, é possível perceber que, em geral, quando perguntados sobre o futuro, esta segunda geração tende a fazer uma reflexão do seu passado de luta, do presente de hoje para projetar seu futuro: “A gente como chefe de família tem que ver o que foi o passado e o que é o futuro, não pode ficar preso no passado” (Mário, segunda geração, 2021).

Até mesmo a Drica, que atualmente não mora no assentamento, mas tem os pais que vivem lá, e, além disso, sendo ela uma agente de saúde que atua no assentamento, portanto, continua muito próxima, acredita que tudo que vivenciaram e ainda vivenciam por lá, influencia seu filho de 16 anos:

Ele gosta de tá na roça, ele gosta muito. Em cima desse trator ele fica o dia inteirinho trabalhando se precisar, ele corre pro vô de lá, corre pro vô do lado de cá, e o dia interinho. Vem pra cá sozinho. Igual quando foi colher o milho, vem pra cá e toma conta. Ele é apaixonado. Eu acho que ele vai fazer agronomia, eu tenho comigo que ele não pode fazer outra coisa, é agronomia. Porque assim, por mais que nós saiu daqui foi morar na cidade, eu tô aqui duas vezes na semana, domingo eu tô aqui, praticamente todo domingo eu tô aqui, então assim ele não saiu. Agora, se nós não tivesse esse vínculo, por exemplo, se nós morasse na cidade e nosso final de semana fosse no clube, e o nosso final de semana fosse viajando, passeando, talvez, não teria influenciado ele né? (Drica, segunda geração, 2021).

Para Mannheim [19--], a união de inúmeros indivíduos pode se efetivar por laços desenvolvidos ou desejados conscientemente. Todavia, ele deixa bem claro que, mesmo que os membros pertençam a uma mesma geração, isso não quer dizer que os laços entre eles resultam em um grupo concreto. Analisar o problema das gerações, em Mannheim [19--], perpassa o conceito de posição de classe, ou seja, a posição que o indivíduo ocupa, por destino, na estrutura econômica e de poder dentro de uma determinada sociedade.

Mannheim [19--] se afasta do positivismo e se aproxima da corrente de pensamento romântico-histórica. Assim sendo, o autor analisa as gerações a partir da estrutura social integrada à existência dos indivíduos em um processo histórico social no qual estes compartilham de estilos de pensamentos em comum. E, desta forma, esta reflexão parece reforçar a ideia de que essa segunda geração compartilha o “pensamento em comum”, acreditam numa possibilidade de os filhos seguirem um projeto de vida no campo, no meio rural, como revelam as próximas entrevistas:

No momento, meu projeto é agricultura mesmo. E igual ao meu menino mais velho ele tava até com pensamento em formar em agronomia, a minha menina já quer uma área assim de medicina, uma coisa mais na cidade né, ou uma advogada, algo assim na cidade, agora meu menino como ele me acompanha muito, ele quer agricultura mesmo né? (Júlio, segunda geração, 2021).

Eu acredito que sim. Porque hoje a menina talvez nem tanto, mas o menino sim. Ele gosta demais de animal, bezerro, até ele tem um bezerro que era nenê, ele domesticou, ele amansou ele, hoje ele munta no bezerro. Então o desejo dele no amanhã ele fala assim: pai, mãe eu crescer eu vou ter uma roça, eu quero muita vaca, eu quero ter cavalo, então assim eu penso que o futuro deles talvez não seja 100% na roça, mas eu acredito que vai ser assim bem próximo dos 100%, né as vezes ir nas cidades só pra estudar mesmo (Cristal, segunda geração, 2021).

O estudo do problema das gerações, em Mannheim [19--], está integrado ao estudo das mudanças sociais, assim como das mudanças de ideias, no modo de agir em um dado contexto histórico e social. Em suma, as ideias e as ações das gerações impactam diretamente nas mudanças sociais. Aqui cabe uma relação com o assentamento “Che”, onde durante o processo de luta pela terra, as pessoas estavam mais próximas e unidas em torno de um projeto comum, ou seja, as ações eram compartilhadas pelo grupo naquele dado momento histórico-social. Eles falam em “união”, que era um período em que todos estavam unidos em prol de objetivos em comum, a conquista da terra. E para atingir esse objetivo, as dificuldades se justificavam. Fabrício relata como eles eram unidos e que a luta, apesar do sofrimento, valeu a pena: “que nos lutou né, pelo que nós lutou pra trás, nós passou né, e tem valido a pena hoje, pelo que nós viveu, nós sofreu, nós sorriu, chorou, mas valeu a pena, ter a terra hoje” (Fabrício, segunda geração, 2021).

A irmã de Fabrício também tem opinião semelhante sobre o longo período de luta e dificuldades que passaram:

Como se diz se fosse pra passar tudo que nós passou, eu passaria tudo de novo, só pra conseguir isso aqui, eu passaria de novo. Esse pedaço de terra aqui! O que nós conseguiu, muitos desistiram, e nós persistimos né? Nós ficou até... Nós pegou do começo ao fim, pra vencer né? E e o pai sempre falava: - nós vai vencer! E nós tava sofrendo... Vinha aquela... quando vinha o caminhão da cesta básica, aqueles trem, tinha coisa até que era difícil você comer e aquele sofrimento. Não podia trabalhar fora né? Pai não podia trabalhar fora, porque tinha nós que era pequeno. Nós tinha mãe, mas mãe ela deu problema dela, ela não dava conta de cuidar de nós né? Aí nós que cuidava dela. Quando o pai arrumava uma diarinha, ele ia (Renata, segunda geração, 2021).

O pensamento de Mannheim [19--] sobre as gerações torna-se tão profundo, fugindo das análises, relacionando geração e fator biológico, no sentido de deixar claro que geração não se define por idade ou pelo fator biológico, o que define uma geração para ele são as vivências, as experiências, as ideias que esse grupo de indivíduos pertencentes a uma mesma classe, a uma mesma localização, a uma mesma unidade, compartilham num determinado processo histórico. Todos esses fatores, na análise do autor, devem estar integrados às ações dos indivíduos num dado processo histórico-social.

Mannheim [19--], ao trabalhar com o conceito de unidade geracional, expõe que é aí que os indivíduos criam os vínculos que propiciam uma coesão entre os membros de uma dada geração que, ao longo do processo histórico-social, impactam na mudança social de um determinado contexto histórico, produto dos movimentos sociais e intelectuais compartilhados por indivíduos, ou seja, frutos da existência humana imersa num determinado processo histórico, numa dada estrutura social.

Podemos sintetizar que as gerações estão ligadas à existência humana em um dado processo histórico-social, de forma integrada, vinculadas, dando forma a uma geração à luz da teoria sociológica.

A análise sociológica formal do fenômeno da geração pode dar uma ajuda na medida em que dela podemos aprender o que podemos ou não atribuir ao fator geração com um dos fatores que afetam o processo social (MANNHEIM, [19--], p. 174).

4.2 Nova geração, velhos dilemas

A rápida expansão e internacionalização do capitalismo, nos anos 1960/1970, impulsionou a industrialização brasileira de tal forma que inviabilizou a reforma agrária. Ao invés de haver uma distribuição dos grandes latifúndios, estes se transformaram em empresas voltadas para o capital.

A urbanização ocorreu de forma desordenada e a situação de pobreza sai do campo para a cidade. Isto é um fato. O que é preciso ressaltar aqui é que os dados sobre meio rural brasileiro muitas vezes se encontram defasados. Geralmente os dados são de 1970, 1980 e 1990. Dessa forma é preciso um cuidado com análise desses dados.

Quando os dados são das fábricas (urbano), por exemplo, que se encontram agrupadas, geograficamente, é possível prever sua produção e venda (mercado). Diferentemente da disponibilidade que temos no campo, os ciclos dependem mais das leis da natureza e o que vale para uma região pode ser bem diferente para outra (GRAZIANO e NAVARRO, 2015). Com tantas distorções e as várias interpretações sobre quem são de fato os trabalhadores rurais brasileiros, temos um campo amplo, ainda muito aberto, cheio de potencialidades a serem exploradas pela Sociologia, pela Ciências Sociais enfim.

Nos maiores e principais setores da agropecuária brasileira, naqueles que constituem em conjunto o cerne da economia agrária do país e onde se concentra a maior parcela da população rural, os trabalhadores, como empregados que são da grande exploração, simples vendedores da força de trabalho, portanto, e não "camponeses", no sentido próprio, aquilo a que aspiram e o que reivindicam, o sentido principal da sua luta, é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego (PRADO JÚNIOR *apud* GRAZIANO, 2015, p. 37).

Prado Júnior escreveu estas palavras, em 1966, mas o assunto ainda é atual e rende grande discussões sobre o movimento daqueles que reivindicam a terra e a forma que se realiza a reforma agrária no Brasil.

A luta política dos "sem-terra" acaba sendo confundida com a luta dos trabalhadores do campo em geral, menosprezando as reivindicações dos trabalhadores rurais assalariados ou tornando esquecido o drama dos pequenos agricultores, os trabalhadores com terra (GRAZIANO, 2015, p. 38).

Dada as transformações ocorridas com a modernização do campo e o rápido avanço da industrialização, na cidade, é bastante fértil o campo de pesquisa que procura entender como se situou o sujeito, que preferimos utilizar o termo *agente* dada a sua capacidade de luta e resistência, que aparece duplamente excluído nesse processo histórico do nosso país. Por um lado, esses *agentes* foram expulsos da terra por tantos motivos já discutidos em outras oportunidades, por outro, não se encaixam nos trabalhos, nos subempregos que nada tinham a ver com suas experiências anteriores: “você vai fazer o quê na cidade, não trabalha em nada! Pra aguentar rojão na cidade, trabalhei a vida toda de empregado e não consegui nada” (Pai do Fabrício, Assentamento “Che”, 2021).

Quando estes trabalhadores não conseguem se encaixar no mercado de trabalho da cidade, acabam buscando como alternativa, voltar para o campo, para o trabalho que eles julgam estar mais preparados. E assim torna-se potencialmente mais propício a aceitarem fazer parte dos grupos organizados que partem para luta em busca de terra para trabalhar, como se observa na continuação da fala do pai do Fabrício, em 2021:

Quando eu trabalhava em Goiás velho (Cidade de Goiás) de empregado lá, me surgiu o convite que tava saindo essas terras, que se eu não queria vir pra participar, eu não pensei duas vezes, falei eu vou, vou experimentar. Aí eu falei eu vou ver, vou experimentar esse trem, aí viemos embora pra cá, sofremos muito (Pai do Fabrício, Assentamento “Che”, 2021).

Em meio a esse sofrimento e luta, também estavam o sonho, a esperança de voltar às origens, de poder viver da terra. Eles gostam de ressaltar que são vitoriosos nessa luta:

Hoje graças a Deus eu tenho minhas coisinhas aí, tenho coisa que eu nunca tive, tinha vontade de possuí e nunca possuí, através da terra aqui hoje eu tenho. Lá (cidade) eu não tinha nada, não tinha gado, não tinha nada, não tinha um carro, não tinha nada, e hoje graças à Deus eu tenho! Não tinha uns trem bom dentro de casa, não tinha uma televisão boa, não tinha nada, e hoje eu tenho graças a Deus, através aqui dessa terra (Pai do Fabrício, Assentamento “Che”, 2021).

Ao mesmo tempo que é possível reconhecer essas vitórias, também é preciso problematizar como os movimentos sociais ligados a esta temática têm se posicionado, como tem sido conduzida a luta pela terra no processo de reforma agrária. Estudos sobre o tema da luta pela reforma agrária ainda estão longe de serem esgotados. Na fala de um dos assentados desta segunda geração, ele ressalta a importância da conquista da terra:

A história desde o início né, que quando na época da luta minha mãe e meu pai da segunda ocupação, quando foi da primeira não tivemos a oportunidade, não tinha conhecimento da entrada, então nós é da segunda, tanto é que é uma data até especial dia 12/05/96 é até dia das mães né, foi entrada aí nossos pais vieram pra cá pra luta, ficou eu e minha irmã na cidade, eu como irmão mais velho, nesse ponto nós não entendia, mas nós ficou lá. Então a luta foi sofrida e é sofrida ainda, porque não deixa de ser né, mas nós tem muito orgulho do que nós passou né, da trajetória (Mário, segunda geração, Assentamento “Che”, 2021).

Os programas de reforma agrária, principalmente, os organizados após 1985, tem demonstrado atender muito mais as pressões sociais e políticas, quase sempre envolvendo violência, do que responder aos anseios daqueles que, de fato, se envolvem porque precisam da terra para trabalhar. As estratégias desse tipo de movimento não têm conseguido garantir, em grande parte dos casos, um desenvolvimento rural duradouro, como seria de se esperar de uma reforma agrária.

O final da década de 90, época em que estava acontecendo muitos movimentos em busca de terra para trabalho, a demanda já sinalizava a necessidade de uma reforma agrária com propostas mais efetivas. Além de adquirirem o direito à terra, também era preciso que lhes garantissem um modo sustentável de se trabalhar e obter renda suficiente para melhoria da qualidade de vida das famílias (DAVID, WANIEZ e BRUSTLEIN, 1998).

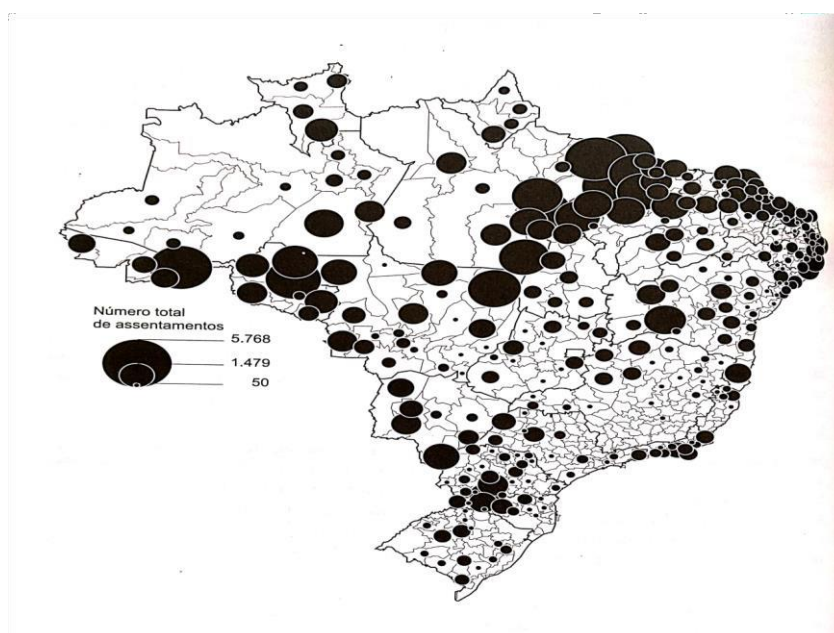
A dificuldade para a obtenção de dados fidedignos sobre as informações do mundo rural brasileiro pode, inclusive, ser parte do problema para criação de políticas públicas mais efetivas para resolver as questões do campo, em especial, dos assentamentos. No final dos anos 90, o Incra realizou o primeiro Censo da reforma agrária. Esse trabalho foi coordenado pela UnB em parceria com mais 29 universidades.

Verificou-se, nesta pesquisa, que cerca de 25% das famílias estimadas pelo INCRA não existiam de fato, ou seja, nunca foram assentadas. Outro dado importante é que em média 30% dos assentados da região norte abandonam seus lotes. E sendo esta uma das regiões mais carentes do país, portanto, não deveria ter uma taxa de abandono tão expressiva.

Em um país de dimensões continentais como o Brasil é fundamental que sejam feitos levantamentos, estudos bem elaborados e específicos por região e, assim, atender especificamente as necessidades de cada assentamento, tornando eficaz o projeto de reforma agrária, de luta pela terra de acordo com as demandas de cada grupo, em cada região.

O mapa a seguir mostra que houve, em todo território nacional, projetos de reforma agrária. É possível perceber que há um menor número de concentração desses assentamentos nas regiões Sul e Sudeste. E o maior número deles concentram-se nas regiões Norte e Nordeste. Saindo de Mato Grosso, seguindo o traçado da Rodovia BR 158 até Marabá; e daí ao Norte em direção a Tucuruí; e depois, à Nordeste para o Maranhão. Seguindo a ferrovia que liga Carajás a São Luís, está concentrado cerca de 25% de todos os assentamentos até a data do levantamento daquela pesquisa.

Figura 20 – Imagem da concentração dos assentamentos em 1996



Fonte: Schmidt, Marinho e Rosa (1998, p. 120).

É possível observar também um outro eixo de desenvolvimento seguindo do Mato Grosso do Sul ao Acre, pela rodovia BR 364, inaugurada em 1960 e pavimentada em 1983, o que gera uma melhoria para as condições dos assentamentos nesta faixa de localização.

Na região Nordeste, pode-se observar que há uma maior concentração na faixa litorânea, ao passo que, no interior (sertão), a concentração é menor.

Tem sido persistente essa dificuldade com as informações e estatísticas sobre a realidade brasileira, especialmente, aquela relacionada a produção rural, a posse e o uso da terra. Os censos agropecuários do IBGE passaram a ser utilizados com mais credibilidade a partir da

década de 50. Com a vitória dos Camponeses na Revolução de Cuba, em 1959, houve uma pressão principalmente dos Estados Unidos para a realização de uma reforma agrária efetiva na América Latina, a fim de se evitar novas revoluções. Com o golpe militar de 64, a ideia era criar uma classe média forte no campo, com a aprovação do Estatuto da Terra no governo de Castelo Branco. Porém, com a morte deste governante nada disso aconteceu.

A chamada linha-dura assume o poder e, ao invés de ser dividida, a grande propriedade foi transformada numa empresa rural. Isso acentuou ainda mais o êxodo rural e a miséria antes mais concentrada no campo, que agora se desloca também para a cidade. O desafio que se coloca na atualidade é combater o caráter excludente do desenvolvimento brasileiro, especialmente, com relação a questão agrária, mas não somente.

Pensar numa reforma agrária que seja eficaz significa olhar para o assentamento com atenção e cuidado para o momento atual. Para Graziano (1998) é preciso olhar para o campo de modo mais atento, mais atualizado, menos preconceituoso, como há algum tempo se fazia com a concepção desatenta que percebia o rural, o campo como lugar de atraso e resistente às inovações. O campo é lugar de desenvolvimento, prosperidade e não deve ser visto como local de atraso, o homem do campo não deve ser estigmatizado como caipira, desatualizado (GRAZIANO, 1998).

É preciso agora modificar essa prenoção, esse prejulgamento que tem ocorrido, ao longo dos anos, com relação aos assentamentos rurais. Mesmo com todos os problemas que possam ter por se tratar de assentamentos, esse paradigma agrarista conservador precisa ser rompido, trazendo um novo fôlego para se pensar o desenvolvimento rural. E, dessa maneira, pensar em políticas públicas que atendam às necessidades daqueles que tiram o seu sustento da terra. Esse movimento em torno de um novo olhar e de novas perspectivas podem ser percebidos na visão dessa segunda geração do assentamento “Che”:

Essa associação ela não é um movimento, mas é representativa pro assentamento, porque através dela a gente cobra da Prefeitura né? A gente, em Itaberai tem um Conselho Municipal que é formado por associações dos assentamentos e regiões, que ali a gente apresenta projeto, busca emenda, e faz requerimento pra prefeitura. Trabalha né, assim juntamente, junto com os órgãos públicos também (muitas

O que foi possível perceber, por exemplo, nas entrevistas e em outras observações, é que ainda falta a esta segunda geração uma melhor organização para compreender suas demandas e decidirem qual o caminho mais viável para o grupo. Pois como são pequenos produtores, é pouco provável que consigam alcançar bons resultados se não se fortalecerem enquanto coletivo. Na fala de Mário, aparece uma rejeição à forma como os movimentos sociais, mais especificamente o MST, pensavam essa organização, quando perguntado sobre a importância

da associação, nesse momento: “de certa forma sim, ela é importante, mas não como bandeira né? Mas como uma entidade que busca algo pra dentro do assentamento (Mário, segunda geração, 2021).

O termo “bandeira” é visto como militância e remete diretamente a atuação do MST e à forma como eles conduziram o processo de luta pela terra, no assentamento, que não foi bem aceito pelos assentados. Atualmente, existem duas associações e nas palavras de Mário (2021), uma delas atua com base no passado: “essa questão da outra associação eles prega muito do passado, fica muito martelando só em um item, um artigo, só que não resume, vamos dizer assim, né? Que só quer às vezes cobrar mas não tem a responsabilidade de ajudar”.

Ainda sobre essa outra associação, ele segue dizendo que ela representa um passado. Esse passado não é muito bem vindo e este é um assunto que eles procuram evitar. A entrevista segue sem insistência quanto ao assunto, mas ele surge em outro momento, “existe uma outra associação aí, né? Que é uma associação mais fraca que entra pra outros caminhos que eu não quero entrar em detalhes, porque...(ele para de falar)” (Mário, segunda geração, 2021)..

Outros entrevistados também compartilham desse pensamento quanto ao funcionamento das associações. Embora reconheçam sua importância, deixam claro que sua atuação muitas vezes não correspondem às expectativas e necessidades deles, e isso acaba gerando um distanciamento e enfraquecendo as reivindicações.

Tem associação, mas a associação não funciona tanto assim não. Eu já precisei da associação, eu fui lá e paguei, porque tem que pagar se você não é associado com eles lá na associação. Aí tive que pagar pra entrar nela, porque precisei dela pra correr atrás desses trem pra mim (financiamento no banco), aí acabou que era um, aí não fazia muita questão, o cara não sei se não tinham tempo, aí passou pro outro, o outro também não tinha tempo de correr atrás, porque tem que ir no banco, você tem que esperar a hora certa de conversar, aí não tinha tempo pra ficar lá. Não é má vontade dele fazer, é porque não tinha tempo, aí eu entendi que não tinha tempo, então eu decidi largar a associação. Não tá adiantando pra mim, eu mesmo vou correr atrás. Aí eu mesmo parti sozinho. Então a associação pra algumas coisas serve aqui dentro, mas é poucas coisas, ela podia ser bem melhor viu? (Max, segunda geração, 2021).

Eles demonstram ter consciência da importância e força que uma associação tem para amenizar os problemas que eles precisam enfrentar enquanto pequenos produtores, ainda mais especificamente como assentados, como segue ainda na entrevista com Max:

É porque tem muito investimento, muitas coisas que vai, porque uma pessoa não tem tanta força, mas muitas pessoas têm mais força né? Mas ainda como o pessoal geralmente não tem muito tempo, pra ficar correndo atrás das coisas, aí é pouca coisa que consegue através dela. Eu acho que tem duas associações na verdade, uma que tá totalmente desativada e a outra ativada ainda (Max, segunda geração, 2021).

O modo como esta segunda geração tem percebido e valorizado essa participação mais ativa nas demandas da vida no campo tem contribuído significativamente com a permanência deles no meio rural, garantindo, assim, o sustento de suas famílias. Mas esta tem sido uma atitude mais individualizada, e surge depois de muito tempo de assentados, conforme segue a entrevista de Max: “Hoje em dia, porque pra você vê, tem quantos anos o assentamento? Mais de dez anos de assentamento! Hoje em dia é que as pessoas tá começando a ter uma noção de o quê que é ganhar um dinheiro na terra” (Max, segunda geração, 2021).

Mas ainda é preciso manter um olhar atento quando se trata da distribuição agrária no Brasil. São muito importantes os avanços no modo como os mais jovens tem pensado no campo, como tem cultivado e principalmente como tem valorizado o sustento de suas famílias partindo daquilo que produzem no meio rural. De acordo com Graziano (2015):

Nas regiões de agricultura mais consolidadas do Sul-Sudeste, as modernas cooperativas passaram a dominar a roça. No Triângulo Mineiro ou Zona da Mata, no norte ou na serra capixaba, no Paraná e em Santa Catarina, em Mato Grosso do Sul por onde se anda se encontra uma nova geração de produtores rurais mais jovens, mais competentes, mais consciente e mais ricos (GRAZIANO, 2015, p. 161-162).

O autor continua a descrever grandes exemplos de desenvolvimento no meio rural brasileiro segundo o seu ponto de vista: “Vá conferir o dinamismo em Rondonópolis (MT), Rio Verde (GO), Balsas (MA), Barreiras (BA), Linhares (ES), Dourados (MS), Concórdia (SC), Cascavel (PR), Palmas (TO) (GRAZIANO, 2015, p. 162).

Nesse caso é preciso problematizar o que o autor nos traz. Todas as regiões apresentadas, talvez com exceção de Rondonópolis, no Mato Grosso, e Palmas, no Tocantins, são regiões de grande valor de mercado, com terras extremamente produtivas e caras, onde houve pouquíssima ou nenhuma aquisição de terras para fins de reforma agrária. Aqui em Goiás, por exemplo, a região citada é a região Sudoeste, onde fica a cidade de Rio Verde, que representa apenas cerca de 13% do total de assentamentos do estado. A grande maioria dos assentamentos rurais no Brasil ficam na região Norte (76%), seguido das regiões Nordeste (12%) e Centro-Oeste (9%). Portanto, 97% do total de assentamentos estão concentrados nessas regiões, segundo levantamento de Gosch (2014).

Os censos agropecuários de 1980 e 1985 apresentam uma maior concentração de terras, especialmente, nos estados da região sul do país:

Estas propostas vinham mostrando um aumento do grau de concentração, se comparadas com os censos anteriores, em especial com o de 1970 – refletindo assim o processo de modernização desencadeado durante os anos de 1970 pelos governos militares, que transformou principalmente os Estados do Sul do País e que se

caracterizou por ser altamente excludente, do ponto de vista do porte dos produtores (NAVARRO e RIEDL, 1998, p. 22).

Para se ter uma ideia dessa concentração de terras produtivas, nesta região, se comparadas as propriedades, 50% das de menor porte (cerca de 250 mil estabelecimentos) representavam apenas 7% da área total; enquanto que 5% das de maior porte (cerca de 25 mil estabelecimentos) detinham 60,6% do total de área apropriada do estado. Muitos produtores participam ativamente da vida política, exercendo influência nos aparatos de Estado, inclusive elegendo muitos políticos locais. Estes geralmente são grandes produtores de arroz (responsáveis por cerca de 40% da produção nacional) que, unindo-se aos pecuaristas, ainda que suas propriedades não possuam grandes avanços tecnológicos, suas propriedades:

apresentam indicadores de utilização da terra e produtividade que protegem-nas de atos desapropriatórios para fins de reforma agrária e formação de novos assentamentos, sendo este um dos principais entraves que uma política para o setor encontra nos Estados, isso é, a localização de imóveis rurais passíveis de desapropriação segundo os parâmetros indicados pelas leis e normas existentes (NAVARRO e RIEDL, 1998, p. 223).

As grandes propriedades consideradas latifúndios foram diminuindo em razão do processo de modernização dessa região. Ao longo do tempo as ocupações foram sendo dificultadas por causa das pressões demográficas e do fechamento de fronteiras agrícolas, o que inviabilizava muitas vezes o acesso à terra por parte dos filhos dos Colonos. Por esta razão, os pequenos produtores acabavam engrossando as correntes migratórias, dirigindo-se para os grandes centros urbanos ou para outras regiões agrárias do país, principalmente, Norte e Nordeste, segundo Navarro e Riedl (1998).

Ainda de acordo com Navarro e Riedl (1998), a região Sul sempre apresentou números menores em relação a quantidade de assentamentos de reforma agrária. Ele afirma “que grande parte dos assentamentos realizados nos últimos anos o foram nas regiões Norte e Nordeste, enquanto que uma quantidade quase simbólica de assentamentos aconteceu na região Sul” (NAVARRO e RIEDL, 1998, p. 228).

De modo geral, estas regiões são as localidades onde mais se efetivaram projetos de reforma agrária, ao longo dos tempos, muito provavelmente por conta das ondas de incentivos de ocupação do vasto território brasileiro e, também, pela baixa valorização de terras nestas regiões, se comparadas com as demais.

Os assentamentos do Rio Grande do Sul possuem um diferencial organizacional se comparados ao restante do país. De modo geral, eles mantêm cerca de 20% da produção, no modo coletivo (enquanto que a média desse número no Brasil é de apenas 7,5%), seguindo as orientações do MST que tem forte presença e atuação nesta região.

Assim, as ocupações de fazendas nos fins dos anos de 1970 e começo dos 1980 (dentre as quais é possível destacar a luta travada pelos posseiros na fazenda Primavera no interior de São Paulo, além dos confrontos nas fazendas Macali, Encruzilhada Natalino e Annoni no Rio Grande do Sul), somadas à luta pela “redemocratização” marcam os primeiros anos do MST (SILVA, 2018, p. 73-74).

Em todos os processos de luta pela terra organizados pelo MST há uma legítima preocupação com a conscientização dos acampados e a formação de uma identidade coletiva. Um bom exemplo para ilustrar a atuação deste movimento é caso da Fazenda Annoni, localizada na região Norte do Rio Grande do Sul, sub-região denominada Alto Uruguai que envolve parte dos municípios de Sarandi e Pontão (SANTOS, 2007, p. 75).

Silva (2018, p. 184) faz uma crítica ao que ele chamou de “processo de mercantilização e burocratização do MST”, em que “tal processo veio acompanhado do crescimento organizacional e do progressivo abandono da reforma agrária, que em verdade fora uma bandeira de luta e um objetivo real do MST apenas durante sua fase inicial”. Porém, segundo ele, esta crítica não se fundamenta se estiver desvinculada de uma crítica à própria reforma agrária e aos interesses de classes que esta representa, sendo necessária, aqui, uma complementação em defesa da “revolução agrária”, nas palavras de Silva (2018).

Os desafios que nos coloca a pensar na reforma agrária, a pensar os limites e possibilidades que ela representa para garantir uma distribuição justa da terra, redução das desigualdades e pobreza no campo, por meio do aumento da produtividade na agricultura familiar, entre tantas outras possibilidades, não é modesto e está longe de ser esgotado. Graziano (2004) também apresenta uma importante consideração acerca do drama vivido pelos “com-terra”:

Consolidar os assentamentos de reforma agrária e fortalecer os agricultores familiares tradicionais representa a equação fundamental. Aqui está o desafio da política pública na manutenção de seus empregos, garantindo renda suficiente para as famílias com-terra. Essa deve ser a prioridade número um da política agrária e agrícola. Uma verdadeira política de desenvolvimento rural (GRAZIANO, 2004, p. 77).

Guardadas as proporções ao pensamento desse autor, há que reconhecer que existem muitos e grandes desafios ainda a serem enfrentados na questão agrária no Brasil. Não somente com relação ao “sem-terra”, mas também com relação aos pequenos proprietários e a busca constante de políticas públicas que, neste caso, precisam atender a esses dois grupos que estão em uma mesma situação.

Por hora, voltemos a análise da realidade da região Sul nos assentamentos analisados até 1996, onde apesar dos esforços e do reconhecimento de que a organização coletiva traz maior representatividade, a exploração individual continua prevalecendo em cerca de 72% dos assentamentos do Rio Grande do Sul, seguido de 94% no Paraná e 89,6% em Santa Catarina.

Aliás, os levantamentos de estudos sobre esse tema têm demonstrado, de modo geral, que há uma certa dificuldade em se manter uma unidade coletiva, nos assentamentos, seja no modo de produzirem ou até mesmo em termos de organização geral desses espaços. Com o tempo, as ações vão se modificando à medida que os objetivos também se modificam e os interesses deixam de ser comuns e tornam-se mais individuais:

Eu acho que na época do acampamento a gente era mais assim, unidos. Hoje assim cada um tem seu trabalho individual, cada um trabalha pra si, cada um na sua parcela. Agora é cada um seguindo o seu caminho. Alí não, todo mundo junto trabalhando em associação não, coletivamente né? É mais individual (Cristal, segunda geração, assentamento “Che”, 2021).

Renata faz um desabafo sobre esse “individualismo” que, atualmente, gerou um afastamento que chega a trazer sofrimento, “a decepção minha é isso, o que eu falo gente o povo viu o sofrimento junto com a gente, por que que faz isso? Despreza a gente, faz a divisória. Quando nós ganhou não tinha as divisória” (Renata, segunda geração, 2021). Ela continua, com a voz emocionada quando lembra desta desunião:

Vou resumir na minha, no meu coração e no meu pensamento, o que significa desunião, povo é muito desunido. Tá faltando, união! Acabou, hoje o povo não tá unido. É uma coisa que a gente sente falta. Igual eu falo pro meu marido, antigamente tinha a turma nossos dos amigos né? Os meninos, não sei... Hoje eles tudo viraram as costas, passa pela gente na cidade alguns não te cumprimenta. O Max mesmo não. Onde é que ele me vê tem aquele carinho ainda né? Mas muitos, não sei o que deu no pensamento deles, pra te ver e renegar, virar as costas, não te cumprimentar, desfazer de você. Mais hoje eles afastaram (Renata, segunda geração, 2021).

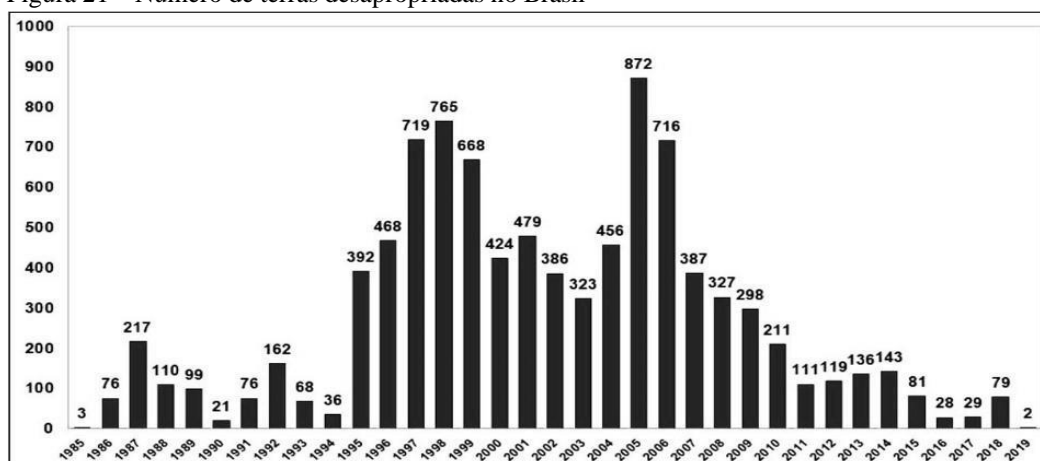
Esse afastamento ocorre, como é possível perceber, não apenas com relação à maneira de produzir. Mas, principalmente, o que deixa mais descontentamento é quando se lembram dos valores, dos tempos de muitas dificuldades que os uniam e que agora só existem nas lembranças. De qualquer modo, esse é um fator importante a se considerar porque este afastamento acaba enfraquecendo política e economicamente os assentados, quando estes precisam empreender alguma negociação.

Segundo Navarro e Riedl (1998, p. 229), “na grande maioria dos assentamentos predomina nitidamente a forma individual de exploração da terra”. Embora as formas de organização coletiva têm se mostrado mais eficientes, capaz de garantir condições mais vantajosas aos assentados, “o apego à propriedade da terra está profundamente arraigado no Brasil” (NAVARRO e RIEDL, 1998, p. 230), até mesmo em condições pouco imaginadas como em um assentamento. E isso explicaria, de acordo com o autor, a preferência dos assentados pela forma individual em detrimento da coletiva.

Em meados de 1980, houve um expressivo aumento no número de assentamentos rurais, com “mais de 1.600 projetos de assentamento rural realizado pelo governo federal ocupando uma área superior a 12 milhões de hectares distribuídos entre 200 mil famílias” (GRAZIANO, 1998, p. 164). Mas outros problemas que vão surgindo nos desafiam a olhar/investigar para além da mera distribuição de terras, por meio da luta da reforma agrária. Mais do que números recordes de assentamentos e números de famílias assentadas, é preciso pensar nas condições das áreas destinadas a este fim e na qualidade de vida daqueles que estão assentados. Não que não seja importante esta parte da distribuição que é um meio de se fazer justiça com aqueles que da terra necessitam para o sustento da família. Isto é inegável e está presente no assentamento “Che”. Mas não se deve parar por aí, uma garantia não exclui outras tantas que têm se mostrado necessárias.

E antes mesmo que os problemas da distribuição e os estruturais tais como saúde e educação fossem resolvidos, já nos anos 90, o número de terras desapropriadas, no Brasil, sofria uma desaceleração. Depois teve um crescimento seguido novamente por uma grande queda, conforme podemos observar na Figura 21 a seguir:

Figura 21 – Número de terras desapropriadas no Brasil



Fonte: <https://www.scielo.br/j/rk/a/stvqSwRD88wztYbCpGvSB4t/>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Sobre esta imagem, Graziano (1998) traz contribuições importantes que necessitam de uma análise crítica e cuidadosa:

A luta política pela reforma agrária desenvolvida de forma aguerrida pelo MST, apresenta resultados concretos óbvios. O governo, meio encurralado, cede às pressões, e incrementa os assentamentos, por meio das desapropriações das terras invadidas. Novas famílias recebem seus lotes. Individualmente, sua vida apresenta uma melhora considerável. De errantes ou favelados tornam-se pequenos agricultores. Um chão para morar uma Terra para comer. Afora a confusão estabelecida no campo tudo estaria

correto se não custasse dinheiro despendendo orçamento público (GRAZIANO, 1998, p. 168).

Até certo ponto há uma coerência em concordar com o autor. Porém, dada a longevidade de acompanhamento realizado neste assentamento, em uma perspectiva sociológica, há que se problematizar com mais riqueza de detalhes a realidade vivida por aqueles que permanecem no assentamento “Che”, mais especificamente cerca de 70% daqueles que estão ali desde o início da luta pela terra, em 1996. Para estas famílias, essa terra tem valor inestimável:

Pra mim isso aqui nossa, a gente não sabe nem o que falar né, que é tanta, é tanta alegria que a gente tem por isso aqui, que tem hora que pai fala assim, fala de ir embora. A gente fala lutou tanto né, pra conseguir, aí depois fala de ir... Mas como se diz quem é o dono é ele né, a decisão é dele. Se fosse a terra minha, eu não vendia não, Eu lutaria mais ainda, eu ia plantar muito trem, rs, ia caçar minha renda, e ia vender, ia plantar verdura, fruta, ia caçar apoio na cidade pra mim poder vender as coisas (Renata, segunda geração, 2021).

Porque eu acho que pra mim melhorou muito, muito, muito as coisas. Para algumas, porque eu não sei se foi por dificuldade né, foi embora... Mas pra algumas, igual no nosso caso, melhorou bastante! Eu morava na cidade, não sei o destino de cada um né mas talvez se eu morasse aí está trabalhando para os outros, um trabalho de você passar dificuldade. Aqui na roça não, aqui sei lá mais expectativa de viver uma vida melhor na roça é isso que eu acho. Uma pergunta meio difícil né? (Max, segunda geração, 2021).

Tendo como base esses dois depoimentos, é possível perceber que não dá para simplesmente ignorar os fatos de que há, nesses assentamentos, famílias inteiras, até três gerações, geralmente, que se dedicam, se desdobram para viver com dignidade no espaço onde está o fruto, o resultado de tanta luta. Max fala, na sequência, sobre sua experiência de já ter saído para tentar morar na cidade em busca de trabalho e renda:

Por eu ter conhecido, por eu ter sai até fora, muita gente aqui não, tem gente mora aqui desde o começo, aí quando ganhou até ainda ficou aqui fica. Mas eu por ter saído fora e ver como é que tá em geral tudo, eu já vim com outros pensamentos pra cá. Eu acho que é muita coisa, muitas coisas acontecem, muitas coisas você vê. A pessoa fica cismada, nossa será que eu tranquei a porta, fui lá conferi duas vezes se tá trancado mesmo pra depois dormir, porque seria tanta coisa acontecendo tanta coisa seu redor acontecendo, aí você chega aqui senta numa cadeira de baixo de uma sombra dessas, você esquece o mundo, fica relaxado, nem lembra de nada, da preocupação que tem. Lógico se tiver uma renda para você viver né, se tiver um carro pra andar, tem uma casa pra morar, tem uma rendinha pra você pagar, não tem tanta preocupação, na cidade não. É uma preocupação com roubo, com assaltado, vou ter que pagar isso no final do mês. É tanta preocupação que a pessoa tem. Então acho que por ter mudado pra fora (cidade) ter vivido lá, eu tive esse conhecimento, essa experiência (Max, segunda geração, 2021).

É preciso uma ruptura com certos paradigmas que permita um olhar para além do que aparece na superfície. Desse modo, poder perceber que há muitos problemas envolvendo a questão agrária no Brasil. Problemas de ordem política partidária que são difíceis de serem combatidos. Há muito envolvimento partidário onde a causa deveria ser social. E vamos às conclusões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESISTÊNCIA, DESAFIOS E NOVAS PERSPECTIVAS

A questão agrária é considerada por alguns autores como um dos temas fundamentais para se compreender a consolidação do desenvolvimento capitalista no Brasil, país colonizado, escravista e agrário. Nesta tese, buscamos compreender, desde uma escala mais ampla a uma mais específica, as transformações ocorridas no campo e o modo como estas transformações nos fez chegar ao movimento de luta pela terra e, finalmente, ao assentamento “Che”.

Neste estudo, o conhecimento desta realidade foi elucidado à luz das percepções de José Souza Martins, que procurou compreender o processo histórico da formação da sociedade brasileira partindo do estudo do rural, destas populações que estão à margem do desenvolvimento e que se dividem, ou melhor, se mesclam entre o tradicional e o moderno, sem se subverterem. Esta “mistura” coexiste no mundo rural e urbano num movimento que revela uma sociedade em constante transformação, movimento entre passado, presente e futuro em um desenvolvimento que, embora seja capitalista, não elimina as relações sociais não capitalistas.

A luta pela terra surge, então, nessa realidade dinâmica, como meio de garantir terra para trabalho para aquele que estava excluído nesse movimento entre o rural e o urbano, o tradicional e o moderno, o “atrasado” e o “desenvolvido”. Mas, essa luta, antes mesmo de ser consolidada como meio importante de garantia de direitos, tem sido reprimida, numa história quase sempre carregada de muita violência. A história deste assentamento que teve início no ano de 1996, mesmo ano do massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, e por esse motivo, sempre esteve sob pressão e sob o olhar da mídia nacional e até internacional, que muitas vezes contribuiu para amenizar uma situação de violência extrema, como revela a fala emocionada de um entrevistado: “até apanhar da polícia eu apanhei, menino na época. Até não esqueço a cara do soldado que me bateu, se eu ver ele hoje eu conheço ele, sei até o nome dele. Mas isso é passado né, já ficou pra lá, larga pra lá” (Fabrício, segunda geração, 2021).

Durante o percurso de construção desta tese, as contribuições de muitos autores foram extremamente importantes para o esboço de uma realidade tão complexa e, ao mesmo tempo, tão paradoxal. Inicialmente, a grande maioria dos assentamentos rurais no Brasil, após meados dos anos de 1980, período que foi aqui o foco principal, é organizada por movimentos sociais, como o MST, com a participação da CPT, além de outras instituições de menor proporção. No assentamento “Che”, a situação não foi diferente. A reunião inicial aconteceu próximo à Cidade de Goiás, antiga capital do estado, de onde a maioria das famílias partiram rumo a Fazenda Santa Rosa, no município de Itaberaí. Uma das entrevistadas faz um relato de como foi esta experiência:

Eu lembro, a história, vou começar lá do Goiás (Cidade de Goiás). Nós não sabia que nós ia vim pra cá pra. Pai não falou não. Só falou que ia chegar do serviço e ir pra uma reunião. Não falava o que era né, nós não sabia, mas pra nós era motivo de não... é nada não é sobre serviço. Aí depois deu um dia que o pai falou: ‘arruma os trem que nós vai numa fazenda ali’. Era umas 7 horas da noite nós arrumou esses trem, nós foi lá pra casa da dona Vanda, e de lá nós foi de a pé para saída de Goiás. Num lembro o local que nós ficou, mas nós ficou num um lugar lá escuro, aí chegou os caminhão, aí falou para a gente: ‘vocês vão entrar no caminhão, vocês criança, adulto, vocês vai entrar todo mundo e ficar em silêncio, que nós vai passar na barreira ali, e não pode fazer barulho’. E lonou (cobriu com lona) o caminhão e nós lá dentro. Quando o dia amanheceu, a base de umas 5 horas, 6 horas da manhã, colocou nós ali, e nisso eu mais meu irmão, nós tava doente. Nós tava com febre, aí nós conheceu o Miguel, que é conhecido como Lobão. Aí na época da luta pai falou pra o Lobão: cê vai ficar olhando os meninos, vai dando comida, que eu vou cortar os pau pra levantar barraca (Renata, segunda geração, 2021).

Em meio a esses acontecimentos, ela traz na lembrança momentos de tensão típicos dos momentos de acampamento, onde todos se encontram mais expostos:

E passa dia, passa dia, quando vê que não, entrou aquele tanto de polícia! Meu Deus do céu! E cercou nós, e aí os povo que era responsável, os líder né, falou: ‘não as crianças e as mulheres vão ficar na frente. E homens vão atrás’. Aí foi 2 dias de debate, sai, não sai, sai, não sai. Aí no terceiro dia nós saiu. Quê que eles fez? Os policial fez um cordão na estrada, policial de cá, policial de lá, e o nós, todo mundo no meio, largou nós lá na entrada do Uru, e o povo não satisfeito né, pararam lá e fecharam o asfalto, nem carro descia, nem carro subia. E nós naquele sol quente, e aqueles policial, acompanhando nós (Renata, segunda geração, 2021).

Partindo destes excertos da entrevista, podemos compreender como foi o início deste assentamento. As dificuldades e as lutas durante o acampamento, relatadas nesta entrevista, mostram como os momentos de tensão foram latentes. E os entrevistados em geral são unânimes em dizer que só não aconteceu alguma tragédia porque ainda estava muito em foco o massacre de Eldorado dos Carajás e, portanto, eles estavam sob constante vigília da imprensa. Isso, de certa forma, contribuiu para mantê-los com um pouco mais de segurança.

Passado este momento de luta, iniciou-se uma nova etapa, o desafio de tornar-se dono. No momento em que eles conquistam essa terra, esta segunda geração ainda é formada de jovens e que, portanto, vivem na parcela/lote dos pais. Estão começando a pensar o futuro e se esse futuro está ligado ao assentamento, ao trabalho na terra ou a novas estratégias para as suas vidas. Foi nesta etapa de suas vidas que eu os entrevistei no período do mestrado.

Naquele tempo, havia grande reclamação por parte destes jovens sobre questões como lazer, dificuldades para prosseguir com os estudos e também para obterem uma renda vinda do assentamento. Essa era a principal motivação para eles pensarem em deixar o assentamento.

Apesar de esses jovens, naquela época, apresentarem essas dificuldades, ao final das pesquisas para o mestrado, havia uma grande expectativa com relação a novos projetos que

estavam chegando ao assentamento, especialmente voltados para essa juventude. Então, quando finalizada a dissertação, são apresentados as dificuldades e os desafios de eles tornarem-se os donos da terra junto com seus pais. Mas havia, ainda, o alento dessas expectativas, que se abriam como possibilidade de esses jovens permanecerem nesse assentamento. Por isso, a motivação deste retorno para buscar compreender, nesta tese, como aqueles jovens, hoje segunda geração, seguiram suas vidas e traçaram seus percursos a partir das experiências no assentamento “Che”.

Graziano (2015) faz uma crítica à reforma agrária em seu modelo distributivista, ou seja, afirmam que para se resolver o problema da reforma agrária não basta apenas distribuir terra para os que não a possuem. Para os autores, trata-se de garantir emprego e condições de trabalho e não simplesmente distribuir terras para aqueles quem não possuem experiência para nela trabalhar. Conforme declara Graziano,

se no Brasil a reforma agrária tivesse sido feita no passado, se a terra tivesse sido distribuída, sem dúvida a nação seria mais democrática. E mais justa. Mas o fato concreto é que isso não aconteceu naquela época. Pior, não existe forma para fazê-la! Aplicar a receita antiga distribuindo um pequeno pedaço de terra para o trabalhador e, em seguida, proporcionar ajuda ao felizardo, não é mais garantia de sucesso (GRAZIANO, 2015, p. 80).

Segundo os autores, eles (os sem-terra) não conseguem competir numa economia extremamente competitiva como a de agora. Eles fazem uma crítica ao modelo defendido de que a terra distribuída deveria servir ao mercado interno. O caráter dependente da economia agrária brasileira reflete a falta de conhecimento para o avanço nesse setor, o que acaba dificultando as políticas de desenvolvimento da agricultura, na percepção destes autores. Citado por Graziano (1998, p. 159), Caio Prado Júnior diz que

não é por simples luxo teórico e preocupação acadêmica que estamos aqui insistindo nesse ponto e procurando mostrar o desacerto que consiste em interpretar a nossa economia agrária e as relações de produção e trabalho nele presentes como derivações, ou remanescentes de obsoletas e anacrônicas formas e estruturas feudais (PRADO JÚNIOR *apud* GRAZIANO, 1998, p. 159).

Mais adiante, Graziano (1998) continua a citação de Caio Prado Júnior, argumentando que o Brasil, como supuseram alguns na década de 1950 (teses centrais do partido comunista), não possui características do regime feudal:

Ora isso vai frontalmente de encontro aos fatos mais evidentes e salientes da realidade Brasileira; e mostra como essa errônea interpretação teórica pode conduzir como de fato tem conduzido no Brasil a desorientação na prática. As aspirações e reivindicações essenciais da grande e principal parte da massa trabalhadora rural no país não tem aquele sentido apontado (GRAZIANO, 1998, p. 159).

Como a intenção desta tese não é realizar um estudo detalhado da atuação dos movimentos sociais, embora seja muito importante, ou de qualquer orientação político-partidária, as contribuições desses autores são bem-vindas e nos trazem reflexões pertinentes para a análise do contexto atual dos assentamentos rurais. Entender o contexto histórico do surgimento dessas lutas tão presentes no meio rural brasileiro e tão necessárias para a compreensão da rápida expansão do capitalismo no campo, nos leva a compreender melhor os acontecimentos e até mesmo as resistências que ainda persistem entre aqueles trabalhadores que buscam seu sustento a partir do trabalho na terra, especialmente no caso dos assentados.

Para Graziano (2015), o drama da reforma agrária e a luta política contra o latifúndio não se esgotam na mera distribuição imediata de terras aos trabalhadores rurais. Ainda segundo os autores, há um discurso vazio que precisa ser superado, qual seja, “não adianta apenas dar a terra, é preciso oferecer as condições de produção” (GRAZIANO, 2015, p. 45).

Graziano e Navarro (2015) argumentam, ainda, que há um grave problema em relação à produção de dados sobre os assentamentos rurais no Brasil. Informações sobre o impacto desses assentamentos na produção rural, na questão do emprego, na geração de renda, por exemplo, não são fáceis de serem encontradas. Existem essas lacunas que muitas vezes causam a inevitável desistência da terra por aqueles que foram assentados. É quando, de fato, vamos a campo, que muitos desses dados são revelados. As dificuldades existem, os problemas são muitos e uma análise cuidadosa se faz necessária para um posicionamento mais fidedigno à realidade dos assentamentos. Nesse sentido, a Sociologia tende a cumprir bem esse papel, uma vez que esta dedica-se à compreensão da problemática social.

Entretanto, para José de Souza Martins, a sociologia tem um débito com o estudo do meio rural, não só no Brasil. O débito com o rural tem sido no mundo todo. Em suas palavras, proferidas na sessão de encerramento do X Congresso Mundial de Sociologia Rural, em 4 de agosto de 2000,

[a] Sociologia rural tem um pesado débito para com as populações rurais de todo o mundo. As gerações vitimadas por uma sociologia a serviço da difusão de inovações, cuja prioridade era a própria inovação, ainda estão aí, legando aos filhos que chegam à idade adulta os defeitos de uma demolição cultural que nem sempre foi substituída por valores sociais incluídos, emancipadores e libertadores: ou legando aos filhos o débito social do desenraizamento e da migração para as cidades ou para as vilas pobres próximas das grandes fazendas de onde saíram, deslocados que foram para cenários de pouca oportunidades (MARTINS, 2001, p. 31).

Os estudos voltados para o rural têm sido frequentemente abordados pela História, a Geografia, a Agronomia, mas muito pouco se tem pesquisado sobre o assunto dentro da Sociologia, nesta universidade, por exemplo, o que coaduna com as considerações de Martins, segundo as quais,

quando assumiu o mundo rural como objeto, a sociologia rural o fez mais como “adversária” do que como ciência isenta e neutra. Mais como ciência da modernização do que como ciência aberta à compreensão dos efeitos destrutivos e perverso que não raro a modernização acarreta (MARTINS, 2001, 32).

Assim, com vistas a contribuir de algum modo com as reflexões dos estudos sobre esta população específica do meio rural (os assentados), é que se conclui esta tese. Destarte, é muito importante que tenhamos um olhar atento, cuidadoso para com essa população, a fim de contribuirmos significativamente com a realidade dos assentamentos.

Alguns problemas são notórios, como a questão da emancipação dos assentamentos rurais pela via da concessão do título de propriedade definitiva da terra. Nas palavras de Graziano (2015, p. 45), “nunca, porém, foi definida uma política de emancipação dos assentamentos rurais”. De fato, este acaba se tornando, também, mais um dos empecilhos que travam o avanço das comunidades rurais assentadas.

Nos últimos dois anos, notícias sobre este assunto tem circulado nos *sites* do governo conforme o destaque a seguir:

O programa nacional de reforma agrária (PNRA) tem como meta garantir aos assentados a propriedade definitiva dos lotes a eles destinados. A Lei 8.629/93 regulamenta os dispositivos relativos à reforma agrária previstos na Constituição Federal, e indica que a distribuição dos imóveis ocorrerá por meio de contratos de concessão de uso, de títulos de domínio, além das concessões de direito real de uso. A instrução normativa do Incra nº 99, de 30 de dezembro de 2019, estabelece os procedimentos administrativos para a titulação dos imóveis rurais em assentamentos criados em terras de domínio ou posse do Incra ou da União, bem como a verificação das condições de permanência e regularização dos beneficiários do PNRA. Na implantação da área de reforma agrária é celebrado com a família ou Contrato de Concessão de Uso (CCU), contendo cláusula indicando os direitos e as obrigações a serem observados. Os assentamentos devem cumpri-las para terem direito ao título de domínio (TD), o qual transfere os lotes em caráter definitivo após verificado o atendimento dos requisitos do CCU e comprovado que o os assentados tenham condições de cultivar a terra e pagar por ela (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, 2021, online).

Essa questão da Titulação aparece também nas entrevistas com a segunda geração de assentados como um fator muito importante para se pensar o futuro no assentamento. Assim como durante a finalização do mestrado, em que eles, ainda jovens, mantinham a motivação e a esperança de ali permanecerem por meio dos cursos/benefícios que estavam chegando, no contexto atual, a questão da Titulação parece ser um dos impulsionadores bastante significativos. Max, por exemplo, fala das dificuldades de se obter crédito nos bancos quando se é um assentado e de como as coisas poderiam ser diferentes caso eles tivessem o título da terra:

A dificuldade é a questão de linha de crédito ainda, pouca informação pelo tanto de de linha de crédito que tem, tem poucas informações ainda pra gente correr atrás. As pessoas lá (banco) agora, até tem uma minha lá, é péssima para explicar as coisas sabe. Você chega lá, fala na má vontade porque você é de assentamento, não tem aquela vontade, igual ‘não eu sou dono de uma fazenda’, tanto que é outro tratamento lá dentro. Você chega lá e fala que é de assentamento, aí fala ‘não isso aí é difícil’, fala que não tem não, que nem eu to falando é difícil ‘tem que fazer isso, vai ter que fazer aquilo outro’, põe dificuldade, sendo que é coisa simples você vai lá, um dia que você tirar você resolve as coisas tudim. Aí coloca uma dificuldade, parece que você não vai conseguir nunca fazer (Max, segunda geração, 2021).

Ele segue falando, nestas próximas três citações da entrevista, sobre como estas dificuldades estão atreladas ao fato se serem assentados e, portanto, não possuem o título definitivo da terra:

Pesa e muito. É totalmente diferente. Pra começar você não pode colocar a terra como avalista em qualquer coisa sua. Você tem que arrumar um avalista, uma pessoa, um avalista mesmo. Que se tiver a terra, se fosse sua mesmo, com documentação, você pode chegar e colocar: eu quero deixar a terra de avalizar esse dinheiro, essa linha de crédito. Aí você coloca. Se não for, aí você não coloca, você não consegue. Se você for assentado, não, não faz não. Porque você não tem escritura dela, né. Não tem como. Aí eles fala como que não é sua ainda... Apesar que tá saindo aí, a documentação. É pra sair já, já. Tá medindo já, tá fazendo a medição pra sair (Max, segunda geração, 2021).

Quando perguntado sobre essa questão dos títulos, se ele sabe como funciona para pegar o título definitivo, apesar de ter “ouvido” falar e de achar importante, ele sabe pouco sobre o assunto, ou seja, nenhuma informação institucional havia sido repassada a eles até aquele momento:

Até hoje eu acho que ninguém conseguiu explicar isso, como funciona esse tempo (anos de assentamento). Mas a maioria dos assentamentos que tem da mesma época, todos está ganhando documentação. Não sei se é o governo que estimula ou ele quer ou não dá a documentação, porque esse governo estimulou que vai dar a documentação para todos os assentados, assim que seja legal né. E vai vir uma vistoria aparece na época. Aí, nossa, você mexe, você produz, você faz isso, faz isso, aí você produz e não tem mais nada nenhuma fazenda, nenhuma empresa no seu nome, a não ser a terra, aí se tiver só a terra eles vão legalizar você, pra pegar a escritura. Aí os que não for legal eles vão tirar. Eu ouvi falar, não sei, mas ninguém explicou até hoje como funciona esse trem. E é por tempo de anos que você tem que ter na terra, ou se é o governo que pode liberar. Daí não libera, burocracia que tem não sei. Mas tá saindo pra todo lado a documentação agora (Max, segunda geração, 2021).

De acordo com Graziano (2015), só se tinha notícia dessa titulação concedida a alguns colonos, dos antigos processos de colonização ocorridos há mais de trinta anos. Nos assentamentos, mesmo os mais antigos, até 2019, não se tinham notícias sobre este assunto:

Com exceção de uns poucos casos referentes antigos projetos de colonização, jamais um assentamento ganhou “alforria”, permanecendo desde a sua criação tutelados pelo governo federal por meio do Incra (GRAZIANO, 2015, p. 45).

Para este autor, a situação poderia ser diferente caso fosse adotada uma política ampla com vistas a possibilitar prosperidade aos assentados:

Seria perfeitamente possível definir que, após um prazo de cinco anos, garantidos os créditos iniciais e executadas as ações de infraestrutura necessária ao sucesso dos novos agricultores, estes pudessem receber o título definitivo da terra, equiparando se aos demais milhões de pequenos agricultores do Brasil (GRAZIANO, 2015, p. 45).

Esta situação acaba não mudando o *status* de “sem-terra” para “com terra”. Apesar de estarem vivendo e produzindo, sem uma política voltada para emancipação dos assentamentos, esses trabalhadores acabam permanecendo na dependência do setor público. Graziano e Navarro (2015) ainda fazem uma crítica à reforma agrária contemporânea que visa transformar desempregados da cidade em pequenos agricultores. Em suas contas, isso equivaleria a pagar um salário mínimo por treze anos para cada família assentada.

Mas o que se tem observado é que esses trabalhadores que partem em busca de terra para trabalho, em geral, possuem ou já possuíram algum vínculo com trabalho no campo, ou seja, têm uma certa experiência com esse tipo de atividade, são geralmente herdeiros do “êxodo rural”. O que pode acontecer e, de fato, tem surgido nas pesquisas, é estarem desatualizados, mas isso não seria suficiente para não considerá-los como potenciais trabalhadores do/no campo, como pequenos trabalhadores rurais. Nas entrevistas, esta situação surge como uma crítica à falta de apoio aos pequenos produtores:

Chega lá um fazendeiro, aí ‘ah vai gerar mais dinheiro’, pensamento que vai gerar mais dinheiro pro banco, mas não é! Hoje em dia na agricultura familiar, pequena às vezes tá produzindo melhor do que as grandes. Mas eles (banco) não têm esse pensamento ainda. Pensa que: é o fazendeiro, ah fazendeiro, que o fazendeiro lá tem mais condição, mas não é o pequeno hoje em dia se tiver a ferramenta que a cabeça e o banco ajudasse ele produzia quantidade grande. Portanto se alguns aqui dentro consegue, tá conseguindo, progredindo bastante, mas é mente aberta, cabeça aberta, que vai... Agora, se o cara for cabeça fechada e for nos lugar (banco), aí a maioria vê a dificuldade que tem e volta pra trás (Max, segunda geração, 2021).

Percebe-se que há otimismo envolvendo esta segunda geração, na maioria dos casos. Existem, sim, as dificuldades e limitações, barreiras difíceis de serem rompidas. Contudo, mesmo diante deste cenário, o que se percebe nas entrevistas e também nas observações feitas em campo, é que esta segunda geração tem encontrado fôlego para continuar prosseguindo e até comemorando algumas vitórias:

A gente vai vencer e vai continuar aqui! Que energia elétrica a gente tem, hoje a gente tem as redes sociais e a internet hoje aqui. O que todo mundo tem na cidade também tem aqui. Só não tem água tratada e esgoto né, mas no mais assim, graças a Deus, tem. No assentamento depois de 22, 23 anos até que nós aqui tá bem. Bem tranquilo. A gente busca sempre mais né Nilda. Mas hoje, hoje, tá dando pra sobreviver de forma até que bem, não vou reclamar, né, uma certa forma até que economicamente bem. Que graças a Deus em questão da neném (filha mais nova que precisa de cuidados especiais) né, buscou tratamento, e vem buscando tudo mesmo particular. Não tava esperando nada pelo SUS, então assim, a gente tira o leite e tem o financeiro no final do mês. O mais forte aqui mesmo gira em torno do leite (Mário, segunda geração, 2021).

Ele fala também da importância da convivência em família e das amizades construídas no assentamento ao longo dos anos:

O que é bom de viver aqui é tá perto da família né, é o que eu acho né, porque acho que um homem longe das suas raízes também fica bem perdido. E acaba que a gente, igual aqui eu tenho minha mãe do lado, tem minha irmã do lado, tem minha sogra do lado, tem a minha cunhada do lado e mais as amigas que a gente tem dentro do assentamento. É o que faz com que o lugar seja bom. Eu até, de vez em quando, eu até brinco, que não importa aonde a gente mora. O importante é a gente tá bem naquele lugar e fazer com que aquele lugar seja bom. Então hoje graças à Deus devido a esses anos todos de convivência aí no assentamento, eu me sinto bem aqui dentro. Então aqui é o meu lugar, é o que me faz feliz aqui (Mário, segunda geração, 2021).

Ele ainda fala da importância de se viver bem no assentamento e que isso não reflete só no financeiro:

A gente ainda pretende crescer mais um pouco, mas eu não... vamos supor, se Deus deu uma oportunidade de realizando, crescendo, eu não quero muita coisa, eu não quero ser um empresário grande, empresário do leite não. Que quero uma medida em que dá pra viver bem e não precisa também de me sacrificar e sacrificar a família também. Eu quero um limite pra ser feliz (Mário, segunda geração, 2021).

As conclusões desta tese, perpassada pela longa jornada de acompanhamento deste assentamento específico durante o mestrado e o doutorado, é que, de fato, os problemas inerentes às questões da reforma agrária e luta pela terra existem e são persistentes. O contexto de surgimento dessas reivindicações, de fundo profundamente social, esteve quase sempre envolto por questões político-ideológicas que não se atentavam para as reais necessidades daqueles que mais precisavam, num constante silenciamento dos excluídos.

Ademais, é preciso nos atentar para as questões de sucesso de muitas destas empreitadas. Apesar de serem alvos de muitas críticas, de várias instâncias dentro da sociedade, existem bons exemplos de territorialidades construídas e conquistadas a muitas mãos. Incluindo, inclusive, a

conquista de espaços para além das delimitações territoriais, como é o caso do PRONERA¹⁶ (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), para mencionar um exemplo. Este programa surge com o objetivo de ampliar os níveis de escolaridade dos trabalhadores rurais dos projetos de assentamentos.

A UFG, Campus Goiás, que é a universidade pública federal mais próxima do assentamento “Che”, em parceria com o Incra, já formou duas turmas pelo Pronera, no curso de Direito. No início deste ano, a segunda turma colou grau em cerimônia virtual e pode ser acompanhada via internet pelo canal do Youtube UFG Oficial. Este curso é oferecido por meio da pedagogia da alternância¹⁷. Assistindo a esta cerimônia, é possível perceber como esse tipo de política pública voltada para os trabalhadores beneficiários da reforma agrária e agricultura familiar consegue um alcance social tão importante para o desenvolvimento e a conscientização daqueles que vivem do trabalho na terra.

Embora o curso de Direito não esteja voltado especificamente para o trabalho direto no campo, este pode levar a um nível de conscientização dos direitos sociais dos trabalhadores e, assim, colaborar com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. Além de ampliar as possibilidades de mudanças, não apenas na vida de um membro da família, mas de toda a comunidade.

Diante de todo o estudo empenhado na construção desta tese, a conclusão que se apresenta, até este momento, é de que as diferenças sociais quem envolvem as questões agrárias no Brasil são grandes e ainda carecem de muitos estudos especialmente voltados para o campo da Sociologia Rural, tal como menciona José de Souza Martins em muitos de seus estudos sobre o meio rural brasileiro e suas implicações sócio-históricas.

Algumas perspectivas são menos propositivas ou até mesmo um tanto mais realistas, não vendo como positiva a questão agrária, especialmente com relação à mera distribuição de terra, sem se pensar nas implicações sociais que advém desta ação. São muitos os exemplos de dificuldades e falta de solução dos problemas relacionados ao trabalho no campo que essa distribuição tem provocado, refletindo uma falta de conscientização por parte desses trabalhadores quanto a sua situação no momento em que estes deixam de ser os “sem-terra”

¹⁶ O PRONERA foi criado em **1998**, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, mas com a forte presença dos movimentos sociais do campo e das universidades públicas ou comunitárias. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/arquivos/file/eventos/2016/vii-simposio-reforma-agraria-questoesrurais/sessao8/movimentos-sociais-campo-pronera.pdf>

fev. 2022.

Acesso em: 20

¹⁷ A Pedagogia da Alternância é uma proposta educativa voltada para o homem do campo que tem, entre os seus pilares, o desenvolvimento do meio e a formação integral do educando. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area3/area3-artigo16.pdf> Acesso em: 20 fev. 2022.

para tornarem-se os “com-terra”. O resultado dessa situação é um grande número de venda de lotes e, portanto, um considerável número de trabalhadores que voltam para as periferias das cidades, muitas vezes se sujeitando novamente ao subemprego do qual eles haviam tentado fugir quando partiram para a luta pela terra.

Nesse sentido, os movimentos sociais voltados para a luta pela terra vão perdendo credibilidade e o reconhecimento da própria sociedade sobre a função social desta luta. Embora muito justa e necessária, ela acaba sendo interpretada como onerosa para os cofres públicos e ineficaz para a sociedade. Muitas vezes, estes trabalhadores, procurando resolver um problema de ordem social que os afetam diretamente, acabam virando massa de manobra para atender reivindicações político-partidárias, como, infelizmente, as histórias e os estudos têm nos mostrado ao longo dos anos.

Porém, ironicamente, fazendo uma analogia com o sistema capitalista, que tem conseguido se renovar criando novas necessidades e realidades capazes de darem continuidade ao seu desenvolvimento, assim também tem surgido no campo novas formas, novos modos de pensar e criar estratégias de se desenvolverem por meio do trabalho no campo. São, portanto, novas formas de se criar resistência e dar continuidade ao trabalho por meio constante da busca pelo conhecimento como forma de se evitar o fracasso daqueles que um dia partiram em busca de uma solução para o problema da pobreza nas periferias das cidades.

Com relação ao assentamento “Che”, esta situação é perfeitamente perceptível, uma vez que, durante a pesquisa do mestrado, havia uma dificuldade dos jovens em se reconhecerem como trabalhadores do campo. E tudo que a maioria queria era ir para cidade. Com o tempo, estes mesmos jovens perceberam que fazer o caminho de volta para a cidade não era a solução do problema de geração de renda. Pelo contrário. Na cidade, eles estariam sujeitos a atuarem em subempregos muito disputados pelos próprios jovens da cidade, e, ainda, com grande possibilidade de terem uma renda baixa devido as questões escolares, além da alta competitividade provocada pelo excesso de mão de obra disponível.

Sendo assim, chegamos à conclusão nesta tese de que ainda há muito o que se fazer a respeito dos trabalhadores rurais “sem-terra” ou “com terra”, que são agora os assentados em vias de se tornarem pequenos produtores. As esperanças se renovam por meio da possibilidade de titulação da terra. O que esta pesquisa revelou, até o presente momento, foi que, apesar de todas as dificuldades, aqueles que ali permanecem valorizam a luta pela qual passaram e buscam novas estratégias, novos caminhos e estão constantemente renovando seus aprendizados para que possam ali permanecerem, reconhecendo suas limitações enquanto categoria de assentados rurais, mas sempre resistindo e trilhando novos caminhos.

Deixo o campo e este importante objeto de pesquisa com a certeza e a convicção de que a luta pela terra que levou à criação do Projeto de Assentamento “Che”, em Itaberaí, há pelo menos 26 anos, valeu à pena e tem valido à pena. Só para ilustrar, listamos abaixo a opinião de cada um dos entrevistados, quando perguntados se valeu à pena a luta pela terra, apesar de todas as situações de violências, medos e dificuldades que passaram e ainda passam:

Cristal: Valeu, muita a pena.

Drica: Valeu né, é um aprendizado, tudo que a gente passou.

Ana: Valeu muito sim.

Renata: Valeu! Passava tudo de novo.

Júlio: Valeu a pena lógico, que valeu a pena.

Mário: Sim! Valeu demais.

Fabrício: Valeu a pena com certeza, com certeza.

Max: Ah com certeza valeu, vale muito a pena, valeu muito a pena.

Guardadas as proporções, a conclusão que se chega, especificamente, no caso desta tese, é a de que o caminho não se dá nem pela via radical imposta pelos movimentos político-partidários, organizando as estratégias de luta sem reconhecer a necessidade da plena participação daqueles que são os principais interessados nesse movimento, nem tão pouco se firma na finitude e no esgotamento das estratégias de luta pela terra, como apontam alguns argumentos.

Volto a dizer que no caso do assentamento Che, as forças se renovam diante das dificuldades que vão surgindo, os laços que os unem pela luta da terra têm se fortalecido a cada obstáculo. Essa nova geração tem se mostrado atenta as novas mudanças e demonstram interesse em dar continuidade à vida na terra, seja tanto pelo processo de amadurecimento quanto a questão do trabalho no campo, buscando conhecer novas oportunidades de financiamento; seja por entenderem que o emprego na cidade não resolve o problema de trabalho e renda que eles estão buscando. Esse movimento do campo para a cidade, em busca de uma “vida melhor”, nas palavras de Martins, “essa transição é antes inconclusa passagem, um transitório que permanece, uma promessa de bem-estar que não se confirma, uma espécie de agonia sem fim” (MARTINS, 2001, p. 32).

Assim, esta segunda geração tem mostrado força para continuar e, nesse momento, tem suas esperanças renovadas com a possibilidade de conseguirem o título definitivo da terra para melhorar a questão da renda e, conseqüentemente, melhorar sua vida no campo. Mas também

consideram que a vida no campo tem valores para além do lucro da terra. Qual seja, ambiente mais saudável para se criar os filhos, proximidade com a natureza, ar puro, comida mais natural, amizades mais confiáveis, enfim, valores que para eles não tem preço. Esse tipo de valorização na modernidade,

pode subsistir como visão de mundo, como nostalgia criativa e auto defensiva, como moralidade em ambientes moralmente degradados das grandes cidades, como criatividade e estratégia de vida numa transição que já não se cumpre conforme as profecias dos sociólogos (MARTINS, 2001, p. 32).

Ainda há muito o que caminhar nessa estrada de alcance tão longínquo. E as discussões não se esgotam por aqui. A Sociologia Rural, concordando com José de Souza Martins, tem um longo trabalho a fazer para remediar seu débito com essa população. Para Martins (2001), o deslocamento das populações rurais, para as cidades, revelou um menosprezo, uma subestimação das populações rurais, causada pelo rápido desenvolvimento capitalista que desumaniza as relações entre as pessoas. Nesse sentido, a modernização econômica não deve limitar as possibilidades de articulação da Sociologia Rural em prol do estudo de suas populações e do modo como estas “ainda têm para reinventar o mundo e reinventar-se no mundo” (MARTINS, 2001, p. 36).

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel *et al.*. *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.
- BERGAMASCO, Sonia Maria; NORDER, Luiz Antônio. No reino da modernização: o que os números do Censo da reforma agrária (não) revelam. *In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto. Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.
- _____. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Revista Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, São Paulo, set./dez. 1997.
- _____. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos, 301).
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 2. ed. Goiânia: Editora Vieira, 2003.
- CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. *A revolta camponesa de Formoso e Trompas*. Goiânia: Editora UFG, 1988.
- CARNEIRO, Maria José. Juventude rural: projetos e valores. *In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, M. Pedro Paulo (org). Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa brasileira*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- _____. O ideal Rurbano: Campo e Cidade no Imaginário dos Jovens Rurais. *In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C.. Mundo Rural e Política: Ensaio Interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus/Pronex, 1998.
- COELHO, F. Experiência e pesquisa: reflexões sobre o MST a construção de representações sobre os presidentes brasileiros (1984-2006). *Revista Eletrônica de História em Reflexão*, Dourados, v. 7, n. 13, jan./jul. 2013.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (org.). *Mundo Rural Brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad X: Seropédica: EDUR, 2008.
- DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque; WANIEZ, Philippe; BRUSTLEIN, Violette. Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma: um atlas. *In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto. Os Assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.
- DA terra ao sonho de Rose. Direção e produção: Tetê Moraes. Narração: Lucélia Santos. Roteiro: Antônio Carlos da Fontoura. Música: Chico Buarque. Brasil: Videolar, 1987/2000. DVD duplo (117 min), colorido. Documentário. Produzido por Videolar.
- FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. *Revista Sociedade e Estado*, v. 25, n. 2, maio/ago. 2010.

FERNANDES, Bernardo M.; STEDILE, João P. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

GOSCH, Marcelo Scolari. *A influência de atividades agrícolas sobre a vegetação remanescente de cerrado em Assentamentos Rurais no Estado de Goiás*. 2015. 126 f. Dissertação de mestrado. Faculdade de Agronomia, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia. 2015

GRAZIANO, Francisco; NAVARRO, Sander. *No mundo rural: a antiga questão agrária e os caminhos futuros da agropecuária no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

GRAZIANO, Francisco. *O carma da terra no Brasil*. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

GRAZIANO, Francisco. A (difícil) interpretação da reforma agrária. In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto. *Os Assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes/Fase, 1987.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. Entrevista. Conversa com Henri Lefebvre. Tradução Manuel Rolando Berríos. São Paulo. NERU, Revista Espaço e debates, n. 30, 1990.

LEFEBVRE, Henri. Problemas de sociologia rural. In: JSM org. *Introdução crítica à sociologia*. Campinas: Hucitec. 1986.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: Martins, José de Souza; FORACHI, Marilene Mencarini. (Orgs). *Sociologia e sociedade, leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LEFEBVRE, Henri. A “práxis”: a relação social como processo. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia* (compilação de textos). Rio de Janeiro: LTC, 1977.

LEFEBVRE, Henri. *O Fim da História*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *O Marxismo*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1963.

LEITE, Sérgio *et al.* Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD; São Paulo: Editora UNESP, 2004.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia do conhecimento*. Porto Portugal: RÉ S Editora Ltda, [19--].

MARTINS, José de Souza *et al.*. *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MARTINS, José de Souza. O futuro da Sociologia Rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural, v. 15, n. 43, p. 31-36, dez. 2001. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/GzxyymmStTdtPxScJPQFJPKH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2022.

_____. Uma Sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2021.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. O Sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. *Revista Tempo Social*, v. 15, n. 2, nov. 2003, p. 141-175.

_____. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

_____. *Expropriação e violência: a questão política no campo*. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

_____. *Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo*. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. *A reforma agrária e os limites da democracia na "Nova República"*. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Titulação de Assentamento. 13 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/ptbr/assuntos/reforma-agraria/titulacao>. Acesso em: 30 maio 2022.

NAVARRO, Zander Soares; RIEDL, Mário. In: SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto. *Os Assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.

PEIXOTO, S. E. A. A. *A reforma agrária no Brasil: uma leitura das décadas de 1990 e 2000*. 2017. 272 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2017.

PEREIRA, João Márcio. Estado e mercado na reforma agrária brasileira (1988-2002). *Estudos Históricos Rio de Janeiro*, v. 28, n. 56, p. 385-404, jul./dez. 2015.

PESSOA, Jadir de Moraes. *A revanche camponesa*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

SANTOS, Leandro Soares dos. Revolução e inocência: o perfil político do campesinato brasileiro por José de Souza Martins. *Sociedade e cultura*, v. 9, n. 1, jan./jun. (2006).

- SANTOS, N. F. *Assentamento rural – Juventude e trabalho*. 2007. 92 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. *Questão de Método*. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1966.
- SCHMIDT, Benício Viero; MARINHO, Danilo Nolasco C.; ROSA, Sueli L. Couto. Os Assentamentos de reforma agrária no Brasil. *Considerações gerais sobre o Censo Nacional dos Projetos de Assentamento de reforma agrária*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.
- SILVA, Rubens V. da. *O MST e a reforma agrária*. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás – UFG, Goiânia, 2018.
- SILVA, Valtuir Moreira da. *História agrária em Goiás*. Goiânia: Ed. Alternativa, 2003.
- SOUSA, E. L.; DUQUE, G. De geração a geração: um estudo sobre a disposição dos jovens em assumirem o trabalho agrícola. In: *Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural*, Porto, 6. ed., 2002.
- SOUZA, Dalva Borges de. (org). *Goiás: Sociedade e Estado*. 2. ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e o rural*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- STÉDILE, João Pedro. *A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato*. São Paulo: Outras expressões, 2016.
- STÉDILE, João Pedro; MENDONÇA, Sonia Regina de. *A questão agrária no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. v. 5.
- TODOROV, João Claudio *et al.*. *Os assentamentos de reforma agrária no Brasil*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1998.
- XAVIER, Glauber L. As incompreensões de um novo sentido da terra: bases de um tratado de sociologia rural segundo Henri Lefebvre. *Revista Raízes*, v. 30, n. 2, jul./dez. 2010.
- _____. *Os assalariados rurais urbanizados: sobre o fenômeno urbano e os trabalhadores rurais na alta modernidade*. 2013. 276 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

ANEXOS

ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa)



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Assentamento "Chê" - Dez anos depois: segunda geração.

Pesquisador: Nilda Ferreira dos Santos

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 44415920.7.0000.5083

Instituição Proponente: Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.767.363

Apresentação do Projeto:

Protocolo de Atendimento de pendências de estudo vinculado ao Programa de Pós-graduação em sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. O projeto busca rastrear as modificações que ocorreram no assentamento "Chê" localizado no município de Itaberaí. A proposta é entrevistar os assentados procurando entender as modificações pelas quais tanto o assentamento quanto os assentados passaram ao longo de 10 anos.

Objetivo da Pesquisa:

O estudo pretende analisar a trajetória da segunda geração de assentados ao longo de 10 anos da existência do assentamento. A hipótese é a de que os jovens nascidos no assentamento têm pouco interesse em permanecer no Campo, disparando um fluxo migratório para as cidades. A pesquisa é um desdobramento da dissertação de mestrado e usa os dados coletados como referência para a pesquisa atual.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos inerentes à pesquisa, mas o problema sanitário apresentado pela pandemia exige muitos cuidados específicos e que devem ser listados e endereçados de modo claro no planejamento da pesquisa. Não há explicitação dos protocolos sanitários que serão usados.

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 4.767.363

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é importante para sua área e tem impacto no modo como se vê e se desenvolve políticas públicas agrárias no Estado de Goiás e no País.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A pesquisadora apresenta tanto o TCLE em acordo com as Resoluções CNS no 466/12 e Resolução CNS no 510/16. Está faltando o termo de compromisso. A pesquisadora apresentou uma carta explicando que, ao longo do tempo, o assentamento foi perdendo a figura do líder e, portanto, não haveria como apresentar o termo de compromisso da liderança do Assentamento. Disse também que as famílias que participarão da pesquisa já a conhecem e assinarão o TCLE dando autorização específica para a pesquisa. A pesquisadora também refez o TCLE, acrescentando as sugestões indicadas.

Recomendações:

Sugere-se à pesquisadora, adotar os protocolos da própria UFG para a realização de atividades presenciais adaptados para a realidade do assentamento e incluí-los, por escrito e em detalhe, no projeto. Também é importante que os entrevistados conheçam estes protocolos e sejam orientados a segui-los durante as entrevistas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela aprovação do protocolo de pesquisa

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa / CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios vigentes. Reiteramos a importância desde Parecer Consubstanciado, e lembramos que o pesquisador responsável deverá encaminhar ao CEP-UFG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12. O prazo para entrega do Relatório é de 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 4.767.363

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1658476.pdf	25/05/2021 11:04:02		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_atual.pdf	25/05/2021 10:57:24	Nilda Ferreira dos Santos	Aceito
Outros	Carta_pendencias.pdf	29/04/2021 20:55:04	Nilda Ferreira dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	29/04/2021 20:52:19	Nilda Ferreira dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	06/03/2021 01:41:18	Nilda Ferreira dos Santos	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	02/03/2021 17:39:17	Nilda Ferreira dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	03/12/2020 12:11:06	Nilda Ferreira dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 10 de Junho de 2021

Assinado por:
Marilúcia Lago
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br

ANEXO 2 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E SOCIOLOGIA



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Assentamento “Chê” – Dez anos depois: segunda geração”. Meu nome é Nilda Ferreira dos Santos, sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é Ciências Humanas – Sociologia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisadora responsável, via e-mail (nilda.santosufg@gmail.com) e, através do seguinte contato telefônico: (62) 99187-7079, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG) é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho tem como objetivo geral compreender como essa segunda geração de assentados visualiza/pensa o futuro na terra. Você será entrevistado e para isso deverá reservar um período de mais ou menos 1h para participar da pesquisa. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Toda pesquisa pode oferecer algum tipo de risco que procurarei minimizar ao máximo, sempre lhe mantendo informado sobre cada etapa em que tais riscos possam aparecer, como por exemplo, a divulgação dos nomes. Nesta pesquisa, os nomes serão substituídos por “pseudônimos” para preservação da identidade de cada entrevistado. Você também poderá me informar caso se sinta cansado ou por qualquer outro motivo, queira interromper a entrevista. Ressalto que sua participação e colaboração contribui grandiosamente para a promoção do desenvolvimento da pesquisa científica em nosso país.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E SOCIOLOGIA



- () Permito a utilização de gravador durante a entrevista.
() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua imagem em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha imagem nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
() Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Assentamento “Chê” – Dez anos depois: segunda geração”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisadora responsável Nilda Ferreira dos Santos sobre a pesquisa, os procedimentos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E SOCIOLOGIA



métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

ANEXO 3 – Assentamentos rurais do estado de Goiás distribuídos por regiões

REGIÃO - NOROESTE GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Araguapaz	Tesouras	11
	Balaio	25
	Goiabal	10
	Arca	16
	Goianão	36
	Santa Ana	101
	Taquaral	23
	Shekinah	24
	Serra Verde	27
	Santa Luzia	19
	Santa Dica II	14
	Faina	17 de Abril
Rosa Luxemburgo		16
Cora Coralina		07
Limoeiro		23
Santo Antônio das Areias		24
Arraial das Antas II		07
São José do Piçarrão		10
Patativa do Assaré		32
Goiás	Lavrinha	28
	Bom Sucesso	29
	Holanda	31
	União Buriti	22
	Buriti Queimado	26
	Paraíso	36
	Baratinha	15
	Mata do Baú	37
	Engenho Velho	30
	São Carlos	155
	Rancho Grande	20
	Retiro	23
	Acaba Vida II	04
	São Felipe	11
	São João do Bugre	09
	Novo Horizonte	18
	Vila Boa	12
	Varjão	19
	Magali	08
	Mosquito	43

	Serra Dourada	15
	Dom Tomaz Balduino	65
	Padre Felipe Leddet	43
	São Domingos de Gusmão	00
Heitorai	Margarida Alves	12
	São Bento	29
	Bom Jesus	12
	Lagoa Grande	17
	Brumado I	13
	Luiz Ório	21
	Dom Fernando Gomes dos	
Itaberaí	Santos	58

	Dom Helder Câmara	07
	Carlos Marighela	12
	Chê	112
	Fundão	13
Itapuranga	Bonanza	13
	Curral de Pedras	00
Matrinchã	Santa Rosa	52

REGIÃO NORTE GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Amaralina	Ferrão I	39
	Zebulândia	36
	Imperatriz	07
	Água Fria	144
	Plínio de Arruda Sampaio	198
Bonópolis	Joaquim d'Eça	95
	Geraldo Garcia	25
	Salete Strozak	34
	Anita Mantuano	17
Campinaçu	Vale do Bijuí	116
Campinorte	Iracema	93
Crixás	Antônio Tavares	33
	Carlos Lamarca	4
	Arlindo José Maria	11
	12 de outubro	17
	Alírio Correia	85
	Vitor Manuel	64
	Chico Mendes	180
	08 de março	29
Formoso	Jalyson José Veronez	19
Mara Rosa	Santa Maria	15
	Josué e Calebe	30
Minaçu	Água Quente	43
	Roberto Martins Melo	85
	Dom Roriz	99
	Noite Negra	88
	Mucambão	40
	Céu Azul	20
	São Salvador	163
Montividiu do Norte	Pai Eterno	37
	José Porfírio	30
	Boa Vista do Norte	30
	João Rufino da Silva	19
	Santa Fé	58
	São Pedro do Norte	39
	Florianópolis dos Santos	139

	Joia da Mata	14
	Ana Terra	26
	Mata Azul	43
	Santa Julia	164
	Curral de Pedra	28
	Dona Hilda	34
	Santa Marta	459
	São Manoel	57
Mundo Novo	Escarlete	40

	Joaquim Santana	10
	Samurai	57
Mutunópolis	Feliciano de Feitas	10
	Pablo Neruda	13
	Mutun	20
	Emílio Zapata	12
	Conceição	58
	José Martí	35
	Julião Ribeiro	17
	Engenho do Bom Sucesso	31
	Santa Rita do Broeiro	18
	Aranha	24
	Rio Vermelho	59
	Acaba Vida	59
	Água Limpa	23
	Salto para o Futuro	30
Niquelândia	Água Forra	60
	Cantoneiras	47
	Santa Maria do Crixás-Assu	45
Nova Crixás	São Judas	50
	Lagoa Genipapo	42
	Florestan Fernandes	55
	Tarumã	26
	Camilo Torres	56
	Roseli Nunes	34
	Sepeti de Araújo	26
	Pontal do Araguaia	86
Novo Planalto	Antonio Conselheiro	26
	Salvador Allende	61
	Santa Tereza	72
	Deus me deu	27
	Pioneira	70
	Padre Josimo	46
Porangatu	Santa Dica	96

	Paulo Gomes Da Silva Filho Doide	23
	Josué De Castro	27
	Fernando Silva	92
	Irmã Dorothy	66
Santa Teresinha de Goiás	Morada Do Sol	20
	Vitória Da União	16
São Miguel do Araguaia	São José	45
	Umuarama	119
	Campo Alegre	124
	Rio Araguaia	93
	Gustavo Martins	55
	Lageado	18
	Vasco de Araújo	171
Trombas	José Ribeiro da Silva	33
Uirapuru	Bacuri	54
	Mãe Maria	36
Uruaçu	José Vítor da Silva	35
	Sebastião Rosa da Paz	23
	Benedito de Almeida de Campos	20
	São Lourenço	20

REGIÃO OESTE GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Anicuns	Ribeirão do Meio	41
Aragarças	São Pedro	27
Arenópolis	Elton Josá da Silva	00
Baliza	Vale do Araguaia	83
	Vitória do Nativo	20
	Bebedouro	32
	Oziel Alves Pereira	529
	Nova Aliança	09
Bom Jardim de Goiás	Novo Tempo	31
	Miceno Moreira de Barros	12
	Califórnia	58
	Sonho de Rose	13
	Jair Ezequiel Rodrigues	24
	Campo Formoso	32
	Mixirica	09
	Nova Pousada	11
Bom Jardim de Goiás / Aragarças	Serra Negra	15
Bom Jardim de Goiás / Aragarças	Pequena Vanessa II	132
Buriti de Goiás	Irmã Odília	08
Caiapônia	Cachoeira Bonita	64
	Morrinhos	20
	Lagoa da Serra	105
	Conquista	34

	Nossa Senhora da Abadia	39
	Vale da Boa Vista	44
	Dom Carmelo Scampa	30
	Eldorado dos Carajás	29
	Padre Ilgo	118
	Keno	46
	Querência	18
	Morrinhos II	08
	Café Abelha	31
	Recanto Sonhado	17
	Boa Vista II	05
	Flamboyant	19
	Três Marias	43
	Monte Sinai	29
	Talismã	07
	Araúna	08
	Lebre	103
	Macaúba	25
	Nossa Senhora Aparecida	32
	Aleluia	05
	Azes do Araguaia	106
	Primavera	51
Doverlândia	Nova Esperança	33
	Mamoneiras	52
	Nossa Senhora de Fatima	80
	Serra do Facão	11
	Francisco Roque da Cruz	15
Fazenda Nova	Bom Prazer	32
Jussara / Fazenda Nova	Albino Vieira	47
Iporá	Padre Nilo	32
	Itapira	24
	Arco Iris	09
	Tamboril	20
Itapirapuã	Liberdade	54
	Boa Vista	21
	Retiro Velho	19
	Paulo Freire	18
Jandaia	Cachoeirinha	16
	São José do Rosário	07
Jaupaci	Padre Galileu Martins da Silva	43
	Albino Vieira	47
Jussara	Reata	13
Novo Brasil	Esmeralda Maria	14
Palestina de Goiás	Padre José	20
Palmeiras de Goiás	Canudos	314
Paraúna	José Carlos da Silva	10

	Geraldo Machado	03
	Canadá	17
Piranhas	Fortaleza	39
Piranhas / Caiapônia	Nascente São Domingos	67
Santa Fé de Goiás	Bom Jesus do Araguaia	30

REGIÃO SUDOESTE GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Acreúna	Jenipapo	27
Cachoeira Alta	Nova Flor da Serra	22
Caçu	Raposa Serra do Sol	13
	Sonho Real	35
	Santa Elza	28
	São Jeronimo	48
Chapadão do Céu	Pratinha	40
Itajá	Nova Conquista	17
Itarumã	Santo Expedito	25
	8 de Outubro	19
Jataí	Terra e Liberdade	85
	Romulos Souza PEREIRA	61
	Nossa Senhora de Guadalupe	57
	Santa Rita	23
	Rio Paraíso	172
	Rio Claro	17
Lagoa Santa	Ícaro	05
	Sete de Setembro	34
	1º de Maio	05
Mineiros	Serra das Araras	21
	Formiguinha	16
	Pouso Alegre	08
	Babilônia	17
Paranaiguara	Juca Arantes	24
Perolândia	Lagoa do Bonfim	63
	Três Pontes	43
Rio Verde	Vaianópolis	36
	Pontal do Buriti	103
	Água Bonita	21
	Ponte de Pedra	113
	Rio Verdinho	27
	Vale do Cedro	23
	Vale do Sonho/Rio Preto	23
	Rio Doce	14
	Fortaleza II	16
Santa Helena de Goiás	Hidrocilda	20
	Bauzinho	18
	São Gabriel	17
Santa Rita do Araguaia	Chico Moleque	09
	Dois Saltos	19

REGIÃO CENTRO GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Barro Alto	Santa Fé da Laguna	39
Goianésia	Vitória	61
	Presente de Deus	136
	Itajá II	18
Itapaci	Santa Casa	13
	Vale São Patricio	33
Nova Glória	Oriente	34
Rialma	Poções	68
Santa Isabel	Nova Aurora	48
Santa Rita do Novo Destino	São Thiago	30
	Independência	50
	Lagoa Santa	23
	Engenho da Pontinha	13
	Lagoa Seca	27
São Luiz do Norte	Monte Moriá	10
	Novo Horizonte II	51
Vila Propício	Serana	65
	Santa Clara	31
	Marly Peixoto de Oliveira	00
	Maria Cícera das Neves	96
	Dandara	98
	Acanjarana	33

REGIÃO ENTORNO GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Abadiânia	Barro Amarelo	32
Corumbá de Goiás	Dom José Gomes	11

REGIÃO SUDESTE GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Goiandira	Madre Cristina	17
Ipameri	Ana Ferreira	00
	Olga Benário	77
Orizona	Maria da Conceição	16
Silvânia	Buriti	14
	São Sebastião	33
	João de Deus	17

Região – SUL GOIANO

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	FAMÍLIAS
Morrinhos	Tijunqueiro	19
	Tijunqueiro II	15
	São Domingos	86
Piracanjuba	Piracanjuba	12
	Boa Esperança	50
Professor Jamil	Rochedo	31
Varjão	Palmares	59

Disponível em: <https://incragoias.wordpress.com/distribuicao-dos-assentamentos-no-estado-de-goias/>. Acesso em: 20 jan. 2019.

ANEXO 4 – Assentamentos rurais do estado de Goiás distribuídos por ordem alfabética Os dados deste Painel estão mais completos.

Data de atualização: 31/12/2017

Superintendência Regional Goiás - SR 04 Assentamentos - Informações Gerais

SR	CÓD. PA	NOME PA	CÓD. IBGE	MUNICÍPIO	CAPACIDADE	FAM. ASSENT.	ÁREA PA	DT. CRIAÇÃO
SR 04 - Goiás	GO0011000	PA BARRO AMARELO	5200100	ABADIÂNIA	35	32	1208.7213	08/03/1989
SR 04 - Goiás	GO0192000	PA JENIPAPO	5200134	ACREÚNA	27	27	1180.1189	22/02/2001
SR 04 - Goiás	GO0041000	PA ZEBULÂNDIA	5200829	AMARALINA	40	36	1498.8906	23/10/1995
SR 04 - Goiás	GO0179000	PA ÁGUA FRIA	5200829	AMARALINA	157	143	12023.5613	07/02/2000
SR 04 - Goiás	GO0245000	PA FERRÃO I	5200829	AMARALINA	41	39	2201.3006	15/07/2005
SR 04 - Goiás	GO0368000	PA IMPERATRIZ	5200829	AMARALINA	11	7	913.8866	18/08/2008
SR 04 - Goiás	GO0167000	PE RIBEIRÃO DO MEIO	5201306	ANICUNS	41	41	395.09	10/11/1999
SR 04 - Goiás	GO0008000	PA SÃO PEDRO	5201702	ARAGARÇAS	28	27	2065.7105	03/12/1987
SR 04 - Goiás	GO0074000	PA TESOURAS	5202155	ARAGUAPAZ	11	11	631.7871	20/06/1997
SR 04 - Goiás	GO0078000	PA GOIABAL	5202155	ARAGUAPAZ	11	10	971.0788	20/06/1997
SR 04 - Goiás	GO0123000	PA TAQUARAL	5202155	ARAGUAPAZ	27	23	2461.6852	24/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0138000	PA BALAIO	5202155	ARAGUAPAZ	25	25	1440.7437	23/10/1998
SR 04 - Goiás	GO0145000	PA ARCA	5202155	ARAGUAPAZ	16	16	1189.0202	11/12/1998
SR 04 - Goiás	GO0161000	PA SANTA ANNA	5202155	ARAGUAPAZ	103	101	4120.4627	13/08/1999
SR 04 - Goiás	GO0195000	PA SHEIKINAH	5202155	ARAGUAPAZ	24	24	936.0006	09/08/2001
SR 04 - Goiás	GO0241000	PA SANTA LUZIA	5202155	ARAGUAPAZ	19	19	737.102	18/08/2004
SR 04 - Goiás	GO0372000	PA GOIANÃO	5202155	ARAGUAPAZ	36	36	2468.3228	05/03/2009
SR 04 - Goiás	GO0419000	PA SERRA VERDE	5202155	ARAGUAPAZ	28	27	2979.5927	14/12/2012
SR 04 - Goiás	GO0096000	PA BEBEDOURO	5203104	BALIZA	35	32	4250.1229	06/11/1997

SR 04 - Goiás	GO0222000	PA OZIEL ALVES PEREIRA	5203104	BALIZA	553	529	38559.835	21/06/2004
SR 04 - Goiás	GO0226000	PA VITÓRIA DO NATIVO	5203104	BALIZA	20	20	1095.0985	22/12/2004
SR 04 - Goiás	GO0227000	PA NOVA ALIANÇA	5203104	BALIZA	9	9	428.7495	24/02/2005
SR 04 - Goiás	GO0232000	PA VALE DO	5203104	BALIZA	84	83	4278.3552	15/03/2005

		ARAGUAIA						
SR 04 - Goiás	GO0228000	PA SANTA FÉ DA LAGUNA	5203203	BARRO ALTO	39	36	2095.6624	23/03/2005
SR 04 - Goiás	GO0043000	PA CAMPO FORMOSO	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	32	32	2324.345	27/12/1995

SR 04 - Goiás	GO0060000	PA SERRA NEGRA	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	16	15	697.9298	21/11/1996
SR 04 - Goiás	GO0093000	PA NOVA Pousada	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	12	11	1317.3916	06/11/1997
SR 04 - Goiás	GO0130000	PA MIXIRICA	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	9	9	1021.7737	10/08/1998
SR 04 - Goiás	GO0198000	PA NOVO TEMPO	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	29	29	2579.8491	20/08/2001
SR 04 - Goiás	GO0242000	PA MICENO MOREIRA BARROS	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	13	12	1144.43	21/06/2005
SR 04 - Goiás	GO0284000	PA CALIFORNIA	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	57	58	2534.5485	23/12/2005
SR 04 - Goiás	GO0285000	PA SONHO DE ROSE	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	13	13	746.26	23/12/2005
SR 04 - Goiás	GO0341000	PA JAIR EZEQUIEL RODRIGUES	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	26	24	988.858	11/12/2006
SR 04 - Goiás	GO0366000	PA PEQUENA VANESSA II	5203401	BOM JARDIM DE GOIÁS	117	130	11072.8615	20/12/2007
SR 04 - Goiás	GO0259000	PA JOAQUIM DEÇA	5203575	BONÓPOLIS	113	95	5825.9845	30/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0359000	PA ANITA MANTUANO	5203575	BONÓPOLIS	21	17	1701.168	31/10/2007
SR 04 - Goiás	GO0391000	PA SALETE STROZAK	5203575	BONÓPOLIS	36	34	1801.0821	01/12/2009
SR 04 - Goiás	GO0393000	PA GERALDO GARCIA	5203575	BONÓPOLIS	33	25	1392.2756	04/12/2009
SR 04 - Goiás	GO0381000	PA IRMÃ ODÍLIA	5203939	BURITI DE GOIÁS	8	8	309.8452	28/07/2009
SR 04 - Goiás	GO0119000	PA SÃO JERÔNIMO	5204300	CAÇU	50	48	1564.598	26/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0233000	PA SANTA ELZA	5204300	CAÇU	28	28	748.5219	27/12/2002
SR 04 - Goiás	GO0234000	PA SONHO REAL	5204300	CAÇU	36	35	934.2945	20/05/2005

SR 04 - Goiás	GO0367000	PA RAPOSA SERRA DO SOL	5204300	CAÇU	13	13	710.9235	18/08/2008
SR 04 - Goiás	GO0160000	PA LAGOA DA SERRA	5204409	CAIAPÔNIA	107	105	5113.6049	13/08/1999
SR 04 - Goiás	GO0172000	PA MORRINHOS	5204409	CAIAPÔNIA	21	20	936.7389	22/12/1999
SR 04 - Goiás	GO0204000	PA NOSSA SENHORA DA ABADIA	5204409	CAIAPÔNIA	41	39	2442.0619	21/05/2002
SR 04 - Goiás	GO0205000	PA CACHOEIRA	5204409	CAIAPÔNIA	64	64	3266.4386	21/05/2002

		BONITA						
SR 04 - Goiás	GO0214000	PA CONQUISTA	5204409	CAIAPÔNIA	40	34	2269.9612	10/12/2002

SR 04 - Goiás	GO0276000	PA DOM CARMELO SCAMPA	5204409	CAIAPÔNIA	40	30	1721.2331	17/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0352000	PA ELDORADO DOS CARAJÁS	5204409	CAIAPÔNIA	29	29	1160.042	01/08/2007
SR 04 - Goiás	GO0370000	PA KENO	5204409	CAIAPÔNIA	59	46	3953.0565	04/03/2009
SR 04 - Goiás	GO0374000	PA VALE DA BOA VISTA	5204409	CAIAPÔNIA	44	44	2468.4	29/04/2009
SR 04 - Goiás	GO0406000	PA PADRE ILGO	5204409	CAIAPÔNIA	120	118	7557.1142	19/08/2010
SR 04 - Goiás	GO0176000	PA VALE DO BIJUI	5204656	CAMPINAÇU	142	116	7276.8449	31/08/2000
SR 04 - Goiás	GO0158000	PA IRACEMA	5204706	CAMPINORTE	101	93	6875.4819	28/06/1999
SR 04 - Goiás	GO0131000	PA PRATINHA	5205471	CHAPADÃO DO CÉU	40	40	1477.4437	11/08/1998
SR 04 - Goiás	GO0272000	PA DOM JOSÉ GOMES	5205802	CORUMBÁ DE GOIÁS	11	11	254.7397	14/12/2004
SR 04 - Goiás	GO0342000	PA ANTÔNIO TAVARES	5206404	CRIXÁS	36	33	2712.0298	15/12/2006
SR 04 - Goiás	GO0362000	PA VITOR MANOEL	5206404	CRIXÁS	75	63	4609.978	19/11/2007
SR 04 - Goiás	GO0379000	PA CARLOS LAMARCA	5206404	CRIXÁS	4	4	271.7141	06/07/2009
SR 04 - Goiás	GO0386000	PA ARLINDO JOSE MARIA	5206404	CRIXÁS	11	11	678.532	08/11/2009
SR 04 - Goiás	GO0405000	PA 12 DE OUTUBRO	5206404	CRIXÁS	18	17	1222.9454	12/08/2010
SR 04 - Goiás	GO0416000	PA ALIRIO CORREIA	5206404	CRIXÁS	88	85	6958.2613	23/01/2012
SR 04 - Goiás	GO0022000	PA LEBRE	5207253	DOVERLÂNDIA	103	103	3892.4082	13/12/1991
SR 04 - Goiás	GO0037000	PA AZES DO ARAGUAIA	5207253	DOVERLÂNDIA	107	106	4065.764	15/09/1995
SR 04 - Goiás	GO0044000	PA NOSSA SENHORA APARECIDA	5207253	DOVERLÂNDIA	33	32	1032.012	25/03/1996
SR 04 - Goiás	GO0062000	PA CAFÉ ABELHA	5207253	DOVERLÂNDIA	31	31	1125.1831	12/12/1996
SR 04 - Goiás	GO0071000	PA RECANTO SONHADO	5207253	DOVERLÂNDIA	17	17	603.3405	14/05/1997

SR 04 - Goiás	GO0094000	PA BOA VISTA II	5207253	DOVERLÂNDIA	5	5	197.989	06/11/1997
SR 04 - Goiás	GO0097000	PA FLAMBOYANT	5207253	DOVERLÂNDIA	19	19	1453.1725	12/12/1997
SR 04 - Goiás	GO0121000	PA TRÊS MARIAS	5207253	DOVERLÂNDIA	43	43	2373.2149	05/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0133000	PA ARAÚNA	5207253	DOVERLÂNDIA	9	8	378.3426	15/09/1998
SR 04 - Goiás	GO0134000	PA NOVA ESPERANÇA	5207253	DOVERLÂNDIA	34	33	1433.8627	16/09/1998
SR 04 - Goiás	GO0144000	PA ALELUIA	5207253	DOVERLÂNDIA	5	5	251.0827	29/12/1998
SR 04 - Goiás	GO0156000	PA PRIMAVERA	5207253	DOVERLÂNDIA	53	51	2498.5862	29/06/1999

SR 04 - Goiás	GO0199000	PA TALISMÃ	5207253	DOVERLÂNDIA	7	7	297.7794	20/08/2001
SR 04 - Goiás	GO0365000	PA MONTE SINAI	5207253	DOVERLÂNDIA	29	29	2071.007	20/12/2007

SR 04 - Goiás	GO0398000	PA MACAUBA	5207253	DOVERLÂNDIA	25	25	2352.24	16/03/2010
SR 04 - Goiás	GO0056000	PA LIMOEIRO	5207535	FAINA	23	23	1217.2907	18/11/1996
SR 04 - Goiás	GO0177000	PA SÃO JOSÉ DO PIÇARRÃO	5207535	FAINA	10	10	828.2746	13/04/2000
SR 04 - Goiás	GO0190000	PA SANTO ANTÔNIO DAS AREIAS	5207535	FAINA	24	23	1227.5658	22/02/2001
SR 04 - Goiás	GO0244000	PA CORA CORALINA	5207535	FAINA	8	7	338.467	21/06/2005
SR 04 - Goiás	GO0351000	PA 17 DE ABRIL	5207535	FAINA	31	31	1430.5046	11/06/2007
SR 04 - Goiás	GO0361000	PA ROSA LUXEMBURGO	5207535	FAINA	16	16	960.9568	14/11/2007
SR 04 - Goiás	GO0410000	PA ARRAIAL DAS ANTAS II	5207535	FAINA	7	7	470.8995	15/12/2010
SR 04 - Goiás	GO0007000	PA MAMONEIRAS	5207600	FAZENDA NOVA	53	52	2507.7785	14/08/1987
SR 04 - Goiás	GO0103000	PA SERRA DO FACÃO	5207600	FAZENDA NOVA	11	11	517.1957	22/12/1997
SR 04 - Goiás	GO0132000	PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	5207600	FAZENDA NOVA	80	80	3672.9675	11/08/1998
SR 04 - Goiás	GO0357000	PA BOM PRAZER	5207600	FAZENDA NOVA	32	32	1267.9732	09/10/2007
SR 04 - Goiás	GO0360000	PA FRANCISCO ROQUE DA CRUZ	5207600	FAZENDA NOVA	15	15	694.5651	06/11/2007
SR 04 - Goiás	GO0338000	PA JALYSON JOSÉ VERONEZ	5208103	FORMOSO	19	19	1632.9694	28/11/2006
SR 04 - Goiás	GO0388000	PA MADRE juliana	5208509	GOIANDIRA	18	17	729.0034	24/11/2009
SR 04 - Goiás	GO0191000	PA PRESENTE DE DEUS	5208608	GOIANÉSIA	136	136	6102.1435	22/02/2001
SR 04 - Goiás	GO0207000	PA ITAJÁ II	5208608	GOIANÉSIA	18	17	976.3611	16/07/2002
SR 04 - Goiás	GO0267000	PA VITÓRIA	5208608	GOIANÉSIA	61	60	3688.0208	23/03/2005
SR 04 - Goiás	GO0004000	PA MOSQUITO	5208905	GOIÁS	43	43	1786.2397	17/10/1986

SR 04 - Goiás	GO0009000	PA SÃO JOÃO DO BUGRE	5208905	GOIÁS	9	9	454.8255	25/04/1988
SR 04 - Goiás	GO0016000	PA SÃO FELIPE	5208905	GOIÁS	13	11	674.4915	03/09/1991
SR 04 - Goiás	GO0017000	PA ACABA VIDA II	5208905	GOIÁS	4	4	271.8076	03/09/1991
SR 04 - Goiás	GO0019000	PA RETIRO	5208905	GOIÁS	23	23	736.4457	03/09/1991
SR 04 - Goiás	GO0020000	PA RANCHO GRANDE	5208905	GOIÁS	21	20	800.1473	03/09/1991
SR 04 - Goiás	GO0027000	PA SÃO CARLOS	5208905	GOIÁS	156	155	5711.8198	06/02/1995

SR 04 - Goiás	GO0030000	PA LAVRINHA	5208905	GOIÁS	28	28	706.7123	06/02/1995
SR 04 - Goiás	GO0048000	PA MATA DO BAU	5208905	GOIÁS	41	37	1561.0707	09/04/1996

SR 04 - Goiás	GO0049000	PA NOVO HORIZONTE	5208905	GOIÁS	22	18	1018.5037	16/05/1996
SR 04 - Goiás	GO0053000	PA PARAÍSO	5208905	GOIÁS	38	36	1278.8022	14/10/1996
SR 04 - Goiás	GO0054000	PA BURITI QUEIMADO	5208905	GOIÁS	26	26	1198.1491	07/11/1996
SR 04 - Goiás	GO0055000	PA UNIÃO BURITI	5208905	GOIÁS	22	22	760.6935	14/11/1996
SR 04 - Goiás	GO0067000	PA HOLANDA	5208905	GOIÁS	31	31	1347.0227	16/09/1998
SR 04 - Goiás	GO0073000	PA BOM SUCESSO	5208905	GOIÁS	30	29	1714.1569	30/05/1997
SR 04 - Goiás	GO0081000	PA BARATINHA	5208905	GOIÁS	15	15	762.8931	02/10/1997
SR 04 - Goiás	GO0082000	PA VILA BOA	5208905	GOIÁS	13	12	793.2248	17/10/1997
SR 04 - Goiás	GO0098000	PA ENGENHO VELHO	5208905	GOIÁS	30	30	1122.1655	09/12/1997
SR 04 - Goiás	GO0111000	PA VARJÃO	5208905	GOIÁS	19	19	1088.8791	05/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0116000	PA MAGALI	5208905	GOIÁS	8	8	423.2522	05/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0170000	PA SERRA DOURADA	5208905	GOIÁS	15	15	239.3928	17/12/1999
SR 04 - Goiás	GO0243000	PA DOM TOMAZ BALDUINO	5208905	GOIÁS	65	65	2961.3902	21/06/2005
SR 04 - Goiás	GO0102000	PA BOM JESUS	5209606	HEITORAÍ	12	12	420.6035	28/04/1998
SR 04 - Goiás	GO0107000	PA LAGOA GRANDE	5209606	HEITORAÍ	17	17	549.2355	23/12/1997
SR 04 - Goiás	GO0112000	PA BRUMADO I	5209606	HEITORAÍ	13	13	422.263	05/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0125000	PA MARGARIDA ALVES	5209606	HEITORAÍ	12	12	451.6383	04/05/1998
SR 04 - Goiás	GO0188000	PA SÃO BENTO	5209606	HEITORAÍ	30	29	1099.5359	22/12/1997
SR 04 - Goiás	GO0246000	PA OLGA BENÁRIO	5210109	IPAMERI	85	76	4322	09/08/2005
SR 04 - Goiás	GO0354000	PA PADRE NILO	5210208	IPORÁ	34	32	1463.4962	28/08/2007
SR 04 - Goiás	GO0129000	PA CHÊ	5210406	ITABERAÍ	117	112	4219.3908	06/08/1998
SR 04 - Goiás	GO0143000	PA FUNDÃO	5210406	ITABERAÍ	16	13	426.6257	21/12/1998
SR 04 - Goiás	GO0197000	PA CARLOS MARIGUELA	5210406	ITABERAÍ	12	12	379.0017	20/08/2001

SR 04 - Goiás	GO0221000	PA DOM HELDER CÂMARA	5210406	ITABERAÍ	8	7	211.955	30/08/2004
SR 04 - Goiás	GO0300000	PA DOM FERNANDO GOMES DOS SANTOS	5210406	ITABERAÍ	58	58	1383.6589	16/11/2006
SR 04 - Goiás	GO0340000	PA LUIZ ÓRIO	5210406	ITABERAÍ	21	21	548.3355	28/11/2006
SR 04 - Goiás	GO0106000	PA VALE DO SÃO PATRÍCIO	5210901	ITAPACI	33	32	1551.2589	28/12/1997
SR 04 - Goiás	GO0218000	PA SANTA CASA	5210901	ITAPACI	13	13	710.0484	15/03/2004

SR 04 - Goiás	GO0010000	PA BOA VISTA	5211008	ITAPIRAPUÃ	21	21	1228.6594	19/12/1988
SR 04 - Goiás	GO0013000	PA RETIRO VELHO	5211008	ITAPIRAPUÃ	20	19	609.7663	20/10/1989

SR 04 - Goiás	GO0092000	PA TAMBORIL	5211008	ITAPIRAPUÃ	20	20	1110.5032	06/11/1997
SR 04 - Goiás	GO0142000	PA ITAPIRA	5211008	ITAPIRAPUÃ	24	24	1043.7902	12/02/1999
SR 04 - Goiás	GO0344000	PA LIBERDADE	5211008	ITAPIRAPUÃ	55	54	2227.8321	22/12/2006
SR 04 - Goiás	GO0373000	PA ARCO IRIS	5211008	ITAPIRAPUÃ	10	9	427.3508	05/03/2009
SR 04 - Goiás	GO0399000	PA BONANZA	5211206	ITAPURANGA	13	13	773.1033	21/06/2010
SR 04 - Goiás	GO0369000	PA 8 DE OUTUBRO	5211305	ITARUMÃ	19	19	563.9284	30/09/2008
SR 04 - Goiás	GO0407000	PA SANTO EXPEDITO	5211305	ITARUMÃ	25	25	877.7444	20/09/2010
SR 04 - Goiás	GO0155000	PA PAULO FREIRE	5211701	JANDAIA	20	18	696.236	03/02/1999
SR 04 - Goiás	GO0163000	PA CACHOEIRINHA	5211701	JANDAIA	16	16	362.0112	27/10/1999
SR 04 - Goiás	GO0014000	PA RIO PARAÍSO	5211909	JATAÍ	176	172	5565.093	27/12/1989
SR 04 - Goiás	GO0126000	PA SANTA RITA	5211909	JATAÍ	23	23	961.201	04/05/1998
SR 04 - Goiás	GO0200000	PA RIO CLARO	5211909	JATAÍ	17	17	639.6084	20/08/2001
SR 04 - Goiás	GO0349000	PA NOSSA SENHORA DE GUADALUPE	5211909	JATAÍ	61	57	1235.5883	30/04/2007
SR 04 - Goiás	GO0353000	PA ROMULOS SOUZA PEREIRA	5211909	JATAÍ	62	61	1932.7419	16/08/2007
SR 04 - Goiás	GO0358000	PA TERRA E LIBERDADE	5211909	JATAÍ	85	85	2926.8041	31/10/2007
SR 04 - Goiás	GO0271000	PA SÃO JOSÉ DO ROSÁRIO	5212006	JAUPACI	7	7	648.0315	01/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0275000	PA PADRE GALILEU MARTINS DA SILVA	5212006	JAUPACI	43	43	1291.6818	18/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0348000	PA ALBINO VIEIRA	5212204	JUSSARA	47	47	1893.7415	14/03/2007
SR 04 - Goiás	GO0400000	PA 1º DE MAIO	5212253	LAGOA SANTA	5	5	119.8133	06/07/2010
SR 04 - Goiás	GO0402000	PA SETE DE SETEMBRO	5212253	LAGOA SANTA	34	34	910.962	06/07/2010
SR 04 - Goiás	GO0403000	PA ICARO	5212253	LAGOA SANTA	5	5	122.0284	06/07/2010

SR 04 - Goiás	GO0080000	PA SANTA MARIA	5212808	MARA ROSA	15	15	951.65	25/09/1997
SR 04 - Goiás	GO0418000	PA JOSUE E CALEBE	5212808	MARA ROSA	30	30	1056.5169	21/12/2012
SR 04 - Goiás	GO0095000	PA SANTA ROSA	5212956	MATRINCHÃ	52	51	3426.1596	04/11/1997
SR 04 - Goiás	GO0026000	PA CÉU AZUL	5213087	MINAÇU	21	20	1695.9153	06/02/1995
SR 04 - Goiás	GO0029000	PA MUCAMBÃO	5213087	MINAÇU	41	40	3405.4237	06/02/1995
SR 04 - Goiás	GO0031000	PA NOITE NEGRA	5213087	MINAÇU	110	88	9818.2215	06/02/1995
SR 04 - Goiás	GO0052000	PA SÃO SALVADOR	5213087	MINAÇU	165	163	7666.2976	14/10/1996
SR 04 - Goiás	GO0220000	PA DOM RORIZ	5213087	MINAÇU	101	99	5024.6259	24/08/2004

SR 04 - Goiás	GO0297000	PA ROBERTO MARTINS MELO	5213087	MINAÇU	86	85	3310.586	25/10/2006
SR 04 - Goiás	GO0298000	PA ÁGUA QUENTE	5213087	MINAÇU	45	43	2377.6852	26/10/2006
SR 04 - Goiás	GO0169000	PE BABILÔNIA	5213103	MINEIROS	27	17	3177.2589	10/11/1998
SR 04 - Goiás	GO0277000	PA SERRA DAS ARARAS	5213103	MINEIROS	22	21	1354.608	30/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0278000	PA FORMIGUINHA	5213103	MINEIROS	20	16	1414.7405	30/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0290000	PA POUSO ALEGRE	5213103	MINEIROS	8	8	373.5804	08/08/2006
SR 04 - Goiás	GO0157000	PA CANADÁ	5216403	PARAÚNA	17	17	608.5789	29/06/1999
SR 04 - Goiás	GO0057000	PA SANTA JÚLIA	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	167	164	9009.1258	18/11/1996
SR 04 - Goiás	GO0127000	PA MATA AZUL	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	43	43	2329.7192	08/06/1998
SR 04 - Goiás	GO0162000	PA SÃO PEDRO DO NORTE	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	40	39	2441.7109	13/09/1999
SR 04 - Goiás	GO0165000	PA SANTA FÉ	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	59	58	2859.9937	27/10/1999
SR 04 - Goiás	GO0184000	PA CURRAL DE PEDRA	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	29	28	1208.4938	02/05/2000
SR 04 - Goiás	GO0189000	PA BOA VISTA DO NORTE	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	30	30	1394.1317	22/02/2001
SR 04 - Goiás	GO0286000	PA PAI ETERNO	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	40	37	1850.6741	23/12/2005
SR 04 - Goiás	GO0287000	PA JOSÉ PORFÍRIO	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	30	30	1294.877	18/01/2006
SR 04 - Goiás	GO0292000	PA JOÃO RUFINO DA SILVA	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	20	19	876.9102	28/08/2006

SR 04 - Goiás	GO0301000	PA FLORIANO CARDOSO DOS SANTOS	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	139	139	5096.8032	17/11/2006
SR 04 - Goiás	GO0337000	PA JÓIA DA MATA	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	14	14	475.6096	21/11/2006
SR 04 - Goiás	GO0343000	PA ANA TERRA	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	26	26	1094.6201	18/12/2006

SR 04 - Goiás	GO0389000	PA DONA HILDA	5213772	MONTIVIDIU DO NORTE	34	34	1688.4294	27/11/2009
---------------	-----------	---------------	---------	------------------------	----	----	-----------	------------

SR 04 - Goiás	GO0151000	PA SÃO DOMINGOS	5213806	MORRINHOS	86	86	3448.5671	27/01/1999
SR 04 - Goiás	GO0168000	PA TIJUQUEIRO	5213806	MORRINHOS	20	19	370	10/11/1999
SR 04 - Goiás	GO0209000	PA TIJUNQUEIRO II	5213806	MORRINHOS	15	15	298.6488	23/10/2002
SR 04 - Goiás	GO0063000	PA SÃO MANOEL	5214051	MUNDO NOVO	60	57	2629.2923	30/12/1996
SR 04 - Goiás	GO0136000	PA SANTA MARTA	5214051	MUNDO NOVO	460	459	19546.841	09/11/1998
SR 04 - Goiás	GO0173000	PA ESCARLETE	5214051	MUNDO NOVO	43	40	2310.3652	08/02/2000
SR 04 - Goiás	GO0091000	PA SAMURAI	5214101	MUTUNÓPOLIS	58	57	4303.115	06/11/1997
SR 04 - Goiás	GO0274000	PA JOAQUIM SANTANA	5214101	MUTUNÓPOLIS	13	10	535.3472	17/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0280000	PA FELICIANO DE FREITAS	5214101	MUTUNÓPOLIS	14	10	625.8254	19/12/2005
SR 04 - Goiás	GO0380000	PA EMÍLIO ZAPATA	5214101	MUTUNÓPOLIS	13	12	670.2009	06/07/2009
SR 04 - Goiás	GO0383000	PA PABLO NERUDA	5214101	MUTUNÓPOLIS	15	13	690.2007	21/09/2009
SR 04 - Goiás	GO0387000	PA MUTUN	5214101	MUTUNÓPOLIS	26	20	1587.0298	09/11/2009
SR 04 - Goiás	GO0005000	PA ACABA VIDA	5214606	NIQUELÂNDIA	72	59	46742	01/04/1987
SR 04 - Goiás	GO0018000	PA RIO VERMELHO	5214606	NIQUELÂNDIA	59	59	3995.8262	03/09/1991
SR 04 - Goiás	GO0065000	PA ARANHA	5214606	NIQUELÂNDIA	24	24	1031.4376	30/12/1996
SR 04 - Goiás	GO0174000	PA CONCEIÇÃO	5214606	NIQUELÂNDIA	58	58	1878.9841	08/02/2000
SR 04 - Goiás	GO0193000	PA ENGENHO DO BOM SUCESSO	5214606	NIQUELÂNDIA	32	31	925.8423	22/02/2001
SR 04 - Goiás	GO0194000	PA SANTA RITA DO BROEIRO	5214606	NIQUELÂNDIA	20	18	623.2988	22/02/2001
SR 04 - Goiás	GO0346000	PA JOSÉ MARTÍ	5214606	NIQUELÂNDIA	45	35	1716.03	31/01/2007
SR 04 - Goiás	GO0364000	PA SALTO PARA O FUTURO	5214606	NIQUELÂNDIA	37	30	1825.9323	06/12/2007
SR 04 - Goiás	GO0396000	PA JULIÃO RIBEIRO	5214606	NIQUELÂNDIA	17	17	2599.5795	02/03/2010
SR 04 - Goiás	GO0411000	PA AGUA LIMPA	5214606	NIQUELÂNDIA	23	23	1190.3695	15/12/2010

SR 04 - Goiás	GO0050000	PA CANTONEIRAS	5214838	NOVA CRIXÁS	47	47	3295.3918	19/09/1996
SR 04 - Goiás	GO0061000	PA SÃO JUDAS	5214838	NOVA CRIXÁS	50	50	3300.1256	12/12/1996
SR 04 - Goiás	GO0124000	PA LAGOA GENIPAPO	5214838	NOVA CRIXÁS	42	42	3292.146	02/04/1998
SR 04 - Goiás	GO0264000	PA FLORESTAN FERNANDES	5214838	NOVA CRIXÁS	60	55	1929.6253	30/08/2005
SR 04 - Goiás	GO0281000	PA SANTA MARIA DO CRIXÁS-ASSU	5214838	NOVA CRIXÁS	45	45	2329.2217	21/12/2005

SR 04 - Goiás	GO0417000	PA TARUMA	5214838	NOVA CRIXÁS	26	26	1250.1318	12/06/2012
SR 04 - Goiás	GO0105000	PA ORIENTE	5214861	NOVA GLÓRIA	34	34	908.9053	08/05/1998

SR 04 - Goiás	GO0404000	PA ESMERALDA MARIA	5215207	NOVO BRASIL	15	14	987.3672	06/07/2010
SR 04 - Goiás	GO0237000	PA PONTAL DO ARAGUAIA	5215256	NOVO PLANALTO	96	86	4640.0746	26/11/2003
SR 04 - Goiás	GO0293000	PA SEPÉ TIARAJÚ	5215256	NOVO PLANALTO	27	26	1150.9793	23/10/2006
SR 04 - Goiás	GO0294000	PA ROSELI NUNES	5215256	NOVO PLANALTO	37	34	1734.4057	23/10/2006
SR 04 - Goiás	GO0295000	PA ANTÔNIO CONSELHEIRO	5215256	NOVO PLANALTO	30	26	1455.3112	23/10/2006
SR 04 - Goiás	GO0296000	PA CAMILO TORRES	5215256	NOVO PLANALTO	64	56	2655.2084	23/10/2006
SR 04 - Goiás	GO0397000	PA MARIA DA CONCEIÇÃO	5215306	ORIZONA	16	16	791.3299	04/03/2010
SR 04 - Goiás	GO0390000	PA PADRE JOSÉ	5215652	PALESTINA DE GOIÁS	21	20	1336.8903	01/12/2009
SR 04 - Goiás	GO0181000	PA CANUDOS	5215702	PALMEIRAS DE GOIÁS	329	313	13255.3445	17/03/2000
SR 04 - Goiás	GO0414000	PA JUCA ARANTES	5216304	PARANAIGUARA	24	24	973.8477	18/03/2011
SR 04 - Goiás	GO0408000	PA JOSÉ CARLOS DA SILVA	5216403	PARAÚNA	10	10	721.7517	14/10/2010
SR 04 - Goiás	GO0413000	PA GERALDO MACHADO	5216403	PARAÚNA	3	3	144.2237	16/02/2011
SR 04 - Goiás	GO0128000	PA LAGOA DO BONFIM	5216452	PEROLÂNDIA	63	63	2139.6179	10/06/1998
SR 04 - Goiás	GO0175000	PA TRÊS PONTES	5216452	PEROLÂNDIA	43	43	1873.9494	17/03/2000
SR 04 - Goiás	GO0032000	PA BOA ESPERANÇA	5217104	PIRACANJUBA	53	50	1743.0915	11/07/1995
SR 04 - Goiás	GO0279000	PA PIRACANJUBA	5217104	PIRACANJUBA	18	12	242.0636	08/12/2005
SR 04 - Goiás	GO0186000	PA FORTALEZA	5217203	PIRANHAS	39	39	1953.1839	03/07/2000
SR 04 - Goiás	GO0273000	PA NASCENTE SÃO DOMINGOS	5217203	PIRANHAS	70	66	2777.4157	17/11/2005

SR 04 - Goiás	GO0045000	PA SANTA TEREZA	5218003	PORANGATU	81	72	4024.894	02/04/1996
SR 04 - Goiás	GO0076000	PA PIONEIRA	5218003	PORANGATU	76	70	5396.2877	22/06/1997
SR 04 - Goiás	GO0223000	PA PADRE JOSIMO	5218003	PORANGATU	49	46	2227.4906	29/09/2004
SR 04 - Goiás	GO0240000	PA IRMÃ DOROTHY	5218003	PORANGATU	67	66	3163.7109	16/11/2005
SR 04 - Goiás	GO0345000	PA SALVADOR ALLENDE	5218003	PORANGATU	68	61	3221.4788	22/12/2006
SR 04 - Goiás	GO0350000	PA SANTA DICA	5218003	PORANGATU	100	96	4067.0924	10/05/2007

SR 04 - Goiás	GO0355000	PA JOSUÉ DE CASTRO	5218003	PORANGATU	29	27	1196.776	30/08/2007
SR 04 - Goiás	GO0363000	PA FERNANDO SILVA	5218003	PORANGATU	94	92	5457.2391	22/11/2007

SR 04 - Goiás	GO0392000	PA DEUS ME DEU	5218003	PORANGATU	27	27	1441.3004	02/12/2009
SR 04 - Goiás	GO0395000	PA PAULO GOMES DA SILVA FILHO	5218003	PORANGATU	25	23	2040.3962	09/02/2010
SR 04 - Goiás	GO0149000	PA ROCHEDO	5218391	PROFESSOR JAMIL	31	31	983.022	12/02/1999
SR 04 - Goiás	GO0180000	PA POÇÕES	5218607	RIALMA	68	66	3063.4399	08/02/2000
SR 04 - Goiás	GO0077000	PA PONTE DE PEDRA	5218805	RIO VERDE	117	113	4951.9581	20/06/1997
SR 04 - Goiás	GO0114000	PA ÁGUA BONITA	5218805	RIO VERDE	22	21	1080.4651	03/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0115000	PA PONTAL DO BURITI	5218805	RIO VERDE	105	103	5977.7631	07/05/1998
SR 04 - Goiás	GO0122000	PA VAIANÓPOLIS	5218805	RIO VERDE	36	36	889.3968	20/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0152000	PA VALE DO SONHO/RIO PRETO	5218805	RIO VERDE	25	23	1113.1883	27/01/1999
SR 04 - Goiás	GO0153000	PA RIO VERDINHO	5218805	RIO VERDE	27	27	655.8454	03/02/1999
SR 04 - Goiás	GO0187000	PA VALE DO CEDRO	5218805	RIO VERDE	25	23	692.2551	10/08/2000
SR 04 - Goiás	GO0206000	PA RIO DOCE	5218805	RIO VERDE	14	14	520.5544	28/05/2002
SR 04 - Goiás	GO0208000	PA FORTALEZA II	5218805	RIO VERDE	16	16	457.7921	21/10/2002
SR 04 - Goiás	GO0263000	PA BOM JESUS DO ARAGUAIA	5219258	SANTA FÉ DE GOIÁS	32	30	1254.0235	25/05/2005
SR 04 - Goiás	GO0135000	PA HIDROCILDA	5219308	SANTA HELENA DE GOIÁS	21	20	503.7417	22/09/1998
SR 04 - Goiás	GO0137000	PA BAUZINHO	5219308	SANTA HELENA DE GOIÁS	18	18	418.6629	23/10/1998
SR 04 - Goiás	GO0171000	PA SÃO GABRIEL	5219308	SANTA HELENA DE GOIÁS	17	17	444.0737	22/12/1999
SR 04 - Goiás	GO0147000	PA NOVA AURORA	5219357	SANTA ISABEL	48	45	1460.7394	25/02/1999

SR 04 - Goiás	GO0299000	PA CHICO MOLEQUE	5219407	SANTA RITA DO ARAGUAIA	11	9	402.4922	01/11/2006
SR 04 - Goiás	GO0356000	PA DOIS SALTOS	5219407	SANTA RITA DO ARAGUAIA	19	19	968.0804	01/10/2007
SR 04 - Goiás	GO0015000	PA LAGOA SECA	5219456	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	27	27	1106.1766	03/09/1991
SR 04 - Goiás	GO0047000	PA ENGENHO DA PONTINHA	5219456	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	13	13	761.4607	02/04/1996

SR 04 - Goiás	GO0201000	PA LAGOA SANTA	5219456	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	24	23	829.6091	31/10/2001
---------------	-----------	----------------	---------	----------------------------	----	----	----------	------------

SR 04 - Goiás	GO0202000	PA INDEPENDÊNCIA	5219456	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	57	50	2494.1821	31/10/2001
SR 04 - Goiás	GO0203000	PA SÃO THIAGO	5219456	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	32	30	2538.6524	31/10/2001
SR 04 - Goiás	GO0382000	PA VITÓRIA DA UNIÃO	5219704	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	16	16	773.0476	08/09/2009
SR 04 - Goiás	GO0409000	PA MORADA DO SOL	5219704	SANTA TEREZINHA DE GOIÁS	21	20	1043.3849	22/10/2010
SR 04 - Goiás	GO0288000	PA NOVO HORIZONTE II	5220157	SÃO LUÍZ DO NORTE	52	51	1912.289	19/07/2006
SR 04 - Goiás	GO0412000	PA MONTE MORIA	5220157	SÃO LUÍZ DO NORTE	10	10	484	06/12/2010
SR 04 - Goiás	GO0113000	PA LAGEADO	5220207	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	18	18	1092.2924	30/12/1997
SR 04 - Goiás	GO0117000	PA SÃO JOSÉ	5220207	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	46	45	2904.8492	03/03/1998
SR 04 - Goiás	GO0164000	PA UMUARAMA	5220207	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	121	119	5675.2577	27/10/1999
SR 04 - Goiás	GO0216000	PA CAMPO ALEGRE	5220207	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	124	124	5766.2902	11/02/2003
SR 04 - Goiás	GO0282000	PA GUSTAVO MARTINS	5220207	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	57	55	2403.4077	21/12/2005
SR 04 - Goiás	GO0283000	PA RIO ARAGUAIA	5220207	SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA	93	93	3968.1092	21/12/2005
SR 04 - Goiás	GO0006000	PA JOÃO DE DEUS	5220603	SILVÂNIA	19	17	335.1234	12/05/1987

SR 04 – Goiás	GO010000	PA SÃO SEBASTIÃO	5220603	SILVÂNIA	33	33	2195.5112	18/12/1997
SR 04 – Goiás	GO0384000	PA BURITI	5220603	SILVÂNIA	14	14	324.9869	21/09/2009
SR 04 – Goiás	GO0289000	PA JOSÉ RIBEIRO DA SILVA	5221452	TROMBAS	35	33	1545.7937	03/08/2006

SR 04 – Goiás	GO0139000	PA MÃE MARIA	5221577	UIRAPURU	36	36	1850.4109	27/11/1998
SR 04 – Goiás	GO0378000	PA BACURI	5221577	UIRAPURU	59	54	2999.9489	16/06/2009
SR 04 – Goiás	GO0051000	PA SEBASTIÃO ROSA DA PAZ	5221601	URUAÇU	23	23	2326.2728	09/10/1996

SR 04 – Goiás	GO0347000	PA SÃO LOURENÇO	5221601	URUAÇU	20	20	1302.8133	02/03/2007
SR 04 – Goiás	GO0394000	PA BENEDITO DE ALMEIDA CAMPOS	5221601	URUAÇU	21	19	987.0011	16/12/2009
SR 04 – Goiás	GO0339000	PA PALMARES	5221908	VARJÃO	65	59	1131.9102	28/11/2006
SR 04 – Goiás	GO0072000	PA SERANA	5222302	VILA PROPÍCIO	73	65	3945.5237	14/05/1997
SR 04 – Goiás	GO0099000	PA SANTA CLARA	5222302	VILA PROPÍCIO	31	31	1423.8536	18/12/1997
SR 04 – Goiás	GO0154000	PA ACANJARANA	5222302	VILA PROPÍCIO	36	33	1736.8009	03/02/1999
SR 04 – Goiás	GO0255000	PA DANDARA	5222302	VILA PROPÍCIO	98	98	7048.008	14/10/2004
SR 04 – Goiás	GO0385000	PA MARIA CICERA DAS NEVES	5222302	VILA PROPÍCIO	117	96	7341.6863	23/10/2009
SR 04 – Goiás	GO0434000	PA PATATIVA DO ASSARE	5207535		35	32	1056.2513	24/06/2015
SR 04 – Goiás	GO0423000	PA SANTA DICA II	5202155		14	14	525.5769	05/12/2013
SR 04 – Goiás	GO0439000	PA ÁGUA FORRA	5214606		52	0	1364.8558	12/12/2016
SR 04 – Goiás	GO0430000	PA PE. FELIPE LEDDET	5208905		43	43	1499.234	16/09/2014
SR 04 – Goiás	GO0442000	PA MARLY PEIXOTO DE OLIVEIRA	5222302		60	0	1354.8541	05/07/2017
SR 04 – Goiás	GO0444000	TERRITORIO QUILOMBOLA TOMAS CARDOSO	5203203		41	38	1813.3072	26/09/2017
SR 04 – Goiás	GO0422000	PA MORRINHOS II	5204409		10	8	321.3154	05/12/2013
SR 04 – Goiás	GO0436000	PA ANA FERREIRA	5210109		45	0	1929.6356	30/11/2015
SR 04 – Goiás	GO0401000	PA NOVA CONQUISTA	5210802		17	17	474.662	06/07/2010

SR 04 – Goiás	GO0438000	PA 8 DE MARÇO	5206404		29	0	1312.9526	20/09/2016
SR 04 – Goiás	GO0433000	PA JOAO PAULO II	5216007		24	24	487.9628	08/12/2014
SR 04 - Goiás	GO0437000	PA REATA	5212204		18	13	429.0865	06/12/2015
SR 04 - Goiás	GO0431000	PA JOSE VITOR DA SILVA	5221601		35	35	1532.0984	16/09/2014
SR 04 – Goiás	GO0432000	PA PLINIO DE ARRUDA SAMPAIO	5200829		200	198	8201.8351	15/12/2014
SR 04 – Goiás	GO0443000	PA ELTON JOSE DA SILVA	5202353		49	0	750.5941	24/07/2017
SR 04 – Goiás	GO0426000	PA CHICO MENDES	5206404		185	180	8103.6572	05/12/2013
SR 04 – Goiás	GO0435000	PA NOVA FLOR DA SERRA	5204102		22	22	469.168	14/10/2015

SR 04 - Goiás	GO0421000	PA QUERÊNCIA	5204409		18	18	730.0388	11/11/2013
SR 04 - Goiás	GO0427000	PA VASCO DE ARAÚJO	5220207		171	171	5016.7389	03/06/2014
SR 04 - Goiás	GO0440000	PA SÃO DOMINGOS DE GUSMÃO	5208905		46	0	1594.3507	24/04/2017
SR 04 - Goiás	GO0441000	PA CURRAL DE PEDRAS	5211206		17	0	636.0822	30/05/2017

Disponível em: <https://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php>. Acesso em: 15 out 2021.